



**ACTA DA SEGUNDA SESSÃO
ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE VISEU
REALIZADA NO DIA DEZOITO
DE ABRIL DE DOIS MIL E OITO**

-----No dia dezoito de Abril do ano de dois mil e oito teve lugar, no Solar dos Peixotos, a segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu, presidida pelo Senhor António Joaquim Almeida Henriques, secretariado pelos Senhores António Elísio de Jesus Dias e Joaquim Pedro Martins do Amaral Lourenço, respectivamente como primeiro e segundo secretários. -----

-----A Sessão teve início às catorze e cinquenta horas, tendo-se verificado as faltas (justificadas) dos Senhores Deputados: António Fernando Correia de Campos e Carla Alexandra Oliveira Almeida. José dos Santos Costa, Maria Irene Paiva Lourenço Pereira e Patrícia Alexandra Almeida Monteiro (não justificadas). -----

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**, após verificação das faltas dos Senhores Deputados, acima referenciados e tendo verificado a existência de quórum, dá início à Sessão dizendo o seguinte:” Então muito boa tarde, pedia o favor de se sentarem, vamos dar início à nossa Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, começo por cumprimentar as Senhoras e os Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Membros da Imprensa. Vamos começar desde já com uma questão processual, os Senhores Deputados receberam com certeza, um outro Ponto, que se pretendia incluir na Ordem de Trabalhos que tem a ver com o “**RELATÓRIO DA COMISSÃO ARBITRAL MUNICIPAL DE VISEU**”. Eu pedi para se enviar por e-mail para os Senhores Deputados que o tem, e para distribuir aqui fisicamente, portanto este ponto se estivessem de acordo e se ninguém tivesse nada a objectar, seria incluído como um Terceiro Ponto na Ordem de Trabalhos de hoje. Isto poderá ser feito ao abrigo da regra dos dois terços, eu perguntava se algum dos Senhores Deputados se opõe, se alguém se abstém. Aprovado por unanimidade está incluído como Terceiro Ponto na Ordem de Trabalhos. Aproveitava também para dar duas informações de natureza prática, nós hoje vamos ter a Ordem de Trabalhos que conhecem, no ponto da informação do Senhor Presidente da Câmara, haverá um momento em que se fará uma apresentação, daí estar aqui este projector. Entretanto, aproveitava para os convidar, nós vamos ter duas Sessões da Assembleia Municipal nos próximos dias, na terça-feira teremos a Assembleia Municipal Jovem, aderiram à iniciativa seis Agrupamentos mais a Escola Jean-Piaget. Como sabem a preparação da Assembleia Municipal Jovem foi precedida de várias reuniões com as Escolas, proporcionamos aos jovens visitas a várias empresas de toda a Região. Para tomarem contacto, designadamente, com questões ambientais e com as questões das energias renováveis e portanto, participou neste processo a Cerutil do Sátão, a Martifer, a Interecycling de Campo de Besteiros, a Central de Biomassa de Mortágua, o Parque Eólico de Vouzela. Estas empresas foram visitadas pelos nossos jovens dos Agrupamentos, prepararam trabalhos e Projectos de Recomendação e as perguntas que irão ser colocadas. Na próxima terça-feira a Sessão irá decorrer às nove horas da manhã, onde estão envolvidos como sabem os Deputados da Assembleia Municipal que estão directamente ligados à Comissão de



Protecção de Menores. Já agora pedia à Doutora Graça Pinto que estivesse presente, era importante que estivessem todos os representantes dos partidos representados na Sessão, para poderem intervir e eventualmente responderem às questões que os jovens nos coloquem. A primeira parte da Assembleia Municipal Jovem, será efectuada só entre os jovens para entre eles discutirem as experiências que tiveram e as visitas que fizeram, a segunda parte será a colocação de questões, algumas à Autarquia, questões também ao Governo, estará representado não pelo Senhor Secretário de Estado mas presumo eu por um Director-Geral da Direcção Regional do Ambiente, desde já ficam convidados a participar para além dos Deputados Municipais que estão envolvidos na organização da iniciativa. Ficam convidados a participar nos trabalhos. Aproveitava aqui, em sede de Assembleia Municipal, agradecer à Autarquia a excelente colaboração que nos deu em toda esta preparação e às próprias Empresas. Porque genericamente todas elas suportaram as deslocações dos jovens e ofereceram o almoço, foi uma forma de colaboração interessante, isto dividido por todos não custou nada e acabou por ser uma participação extremamente importante e referir também aqui que a Câmara Municipal de Vouzela colaborou, e a Câmara Municipal de Mortágua também, foi através dela que o almoço foi oferecido aos jovens que visitaram a Central de Biomassa de Mortágua. Acho que era justo fazer estes agradecimentos, para ficarem registados em Acta, de pessoas que colaboraram nesta iniciativa. Sobre a Assembleia Municipal Jovem eram estas as informações que gostava de vos deixar. Sobre a Sessão Comemorativa do “Vinte e Cinco de Abril” que decorrerá de hoje a oito dias, em Silgueiros, conforme tínhamos combinado, ela decorrerá nos termos habituais de Sessão Ordinária, que nós deliberamos aqui fazer aos Deputados da Constituinte. Foram convidados todos os Deputados da Constituintes, dois dos quais já morreram e dois deles estão com uma idade, que não estão em condições de participar, acabamos por ter três respostas positivas para participação na Mesa Redonda que estamos a preparar, portanto esta Mesa será com o tema “O papel da Assembleia Constituinte na Consolidação da Democracia” e os três Deputados Constituintes que responderam afirmativamente e que vão estar presentes, serão os Deputados Constituintes: *Carlos Alberto Coelho de Sousa, João Alfredo Félix Vieira Lima e Victor Manuel Freire Boga*, dois do PSD e um do PS, da parte do PP até ao momento não tive nenhuma confirmação, vai-se fazer a Mesa Redonda com as pessoas que manifestam voluntariamente a vontade de estar presentes. Irá ser assim que decorrerá a Sessão, e depois teremos o habitual almoço que também é uma gentileza da parte do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Silgueiros, que tem dado toda a colaboração a esta iniciativa. Por outro lado, acaba por ser interessante relembrarmos o nome dos nossos Deputados da Constituinte, porque esta será uma oportunidade de nos recordarmos dos ilustres visienses que participaram num momento particularmente importante da História de Portugal do pós vinte e cinco Abril. A informação está dada, e obviamente o apelo a todos os Senhores Deputados para que a Assembleia Municipal tenha o maior número possível de participantes, até porque é uma Assembleia Extraordinária conforme sabem. Dadas estas informações, também foi distribuída a correspondência recebida e expedida, se quiserem mais alguns esclarecimentos poderão solicitá-los aos nossos serviços. -----



CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA: -----

- A Assembleia Municipal recebeu vários convites, de diversos Organismos, Associações e Entidades, convidando o Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações. -----
- Diversas entidades e partidos políticos, solicitaram a cedência do Salão da Assembleia Municipal. -----
- A ANMP remeteu a este Órgão Autárquico, um exemplar da revista número cento e sessenta e seis referente a Fevereiro de dois mil e oito; Remete três exemplares do Boletim número sessenta e sete, referente ao mês de Março de dois mil e oito. -----
- A Câmara Municipal de Viseu remete vários convites à Assembleia Municipal; O Presidente do Conselho Municipal de Segurança de Viseu, remete Convocatória para o dia seis de Março de dois mil e oito pelas quinze e trinta horas; O Conselho Municipal de Educação de Viseu remete Convocatória para reunião em doze de Março de dois mil e oito pelas catorze e trinta horas; Remete ofícios para serem agendados na Sessão de dezoito de Abril de dois mil e oito; Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre a Actividade Municipal e situação financeira. -----
- O Senhor Carlos A. Coelho de Sousa enviou um e-mail a agradecer o amável convite expresso no nosso ofício numero trinta de treze de Março de dois mil e oito e pede para o esclarecer de algumas dúvidas. -----
- A Direcção Regional da Economia do Centro remete ofício sobre “Licenciamento Comercial”. Envio de elementos para a decisão da Comissão Municipal de Viseu – artigo dezassete. -----
- Os Senhores Deputados remetem justificação de falta à Sessão de vinte e cinco de Fevereiro de dois mil e oito: António Fernando Correia Campos do PS e Maria da Graça Melo C. Marques Pinto (BE). -----
- O Município de Mirandela remete para conhecimento a Moção do Grupo Parlamentar do PSD, apresentada e aprovada na Assembleia Municipal de quinze de Fevereiro de dois mil e oito. -----
- O Senhor Deputado António Elísio de Jesus Dias solicita Suspensão de Mandato no período de vinte e cinco a vinte e oito de Abril de dois mil e oito e o Senhor Deputado António Fernando Correia de Campos entre dezassete de Abril e quatro de Maio. -----
- O Município de Valença remete Moção da CDU – Coligação Democrática Unitária, aprovada em Sessão Ordinária. -----
- O Senhor Deputado António Elísio de Jesus Dias, Primeiro Secretário da Assembleia Municipal de Viseu informa o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, das anomalias do material informático existente nesta Assembleia. -----
- O Arquivo Distrital de Viseu remete Editorial sobre a vida de “António, Bispo de Viseu”. -----
- O Gabinete do Secretário-Geral do PS acusa a recepção da Carta que acompanhava a Moção votada por esta Assembleia no passado dia vinte e cinco de Fevereiro de dois mil e oito. -----
- O Grupo Parlamentar do PCP acusa a recepção da Moção sobre “Revisão da Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais” e remete ofício com cópia da resposta governamental sobre arqueólogos avançados no Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico. -----
- A EDP, Produção Bioeléctrica S.A comunica que estão disponíveis para a visita à CTBF de Mortágua. -----
- O Senhor Deputado Municipal Paulo Jorge Almeida Pereira, solicita Suspensão de Mandato de vinte e quatro a trinta de Abril. -----
- A Assembleia Municipal de Mogadouro remete a esta Assembleia Municipal duas Moções aprovadas por maioria, sobre: “Direito à Cidadania” e “Moção de Rejeição”. -----



- A Escola Profissional de Torredeita remete a esta AM a revista “Evoluir aprendendo”.
- O Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Loba justifica a ausência à reunião do Conselho Municipal de Educação realizada em doze de Março de dois mil e oito. -----
- A Senhora Deputada Maria Irene Paiva Lourenço Pereira (PS) remete justificação de falta para a Sessão Ordinária de dezoito de Abril de dois mil e oito. -----

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA: -----

- Foi dado conhecimento por via oficiosa à Câmara Municipal de Viseu, de todas as deliberações tomadas na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no passado dia vinte de Fevereiro de dois mil e oito. -----
- Foi dado conhecimento dos diversos pedidos de cedência do Salão da AM, aos Partidos Políticos que o solicitaram, bem como, às Entidades e Organismo que efectuaram o mesmo pedido. -----
- Foram remetidos ofícios para conhecimento a várias Entidades, da fotocópia da Moção apresentada pelo Senhor Deputado Jorge Manuel de Sousa Mota, do Partido Social Democrata, na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal realizada no passado dia vinte e cinco de Fevereiro do ano em curso: Associação Nacional dos Municípios, ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias; Partido Social-Democrata, Partido Comunista Português, Partido Socialista, Partido CDS/PP, Bloco de Esquerda, Partido Ecologista “Os Verdes”. -----
- Foi remetido via oficiosa, convites ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Secretário de Estado do Ambiente (Senhor Doutor Humberto Rosa) e Comunicação Social, para participação na “III Assembleia Municipal Jovem dois mil e oito, vinte e dois de Abril dois mil e oito. Dia Mundial da terra – Somos todos amigos do ambiente”. -----
- Foi solicitado via oficiosa a diversas Empresas, a visita às suas instalações no âmbito da “III Assembleia Municipal Jovem dois mil e oito”, que se realizará a vinte e dois de Abril de dois mil e oito. “Dia Mundial da Terra – Somos todos amigos do Ambiente”, tais como: Generg SA, Vulcano, Termo Domésticos SA, Visabeira SGPS, O & M SA, Interecycling, Sociedade de Reciclagem SA, Martifer SA. -----
- Foi enviado via oficiosa aos Agrupamentos Escolares o Programa da “III Sessão Escolar da Assembleia Municipal de Viseu. Dia Mundial da Terra – Somos todos Amigos do Ambiente”. -----
- Foi remetido aos Membros desta Assembleia Municipal, Convocatória para a Sessão Comemorativa do vinte e cinco de Abril. -----
- Foi remetido ofício convite da “Sessão Comemorativa do XXXIV Aniversário do vinte e cinco de Abril “ para o Senhor Presidente da Câmara, Vereadores e Imprensa. -----
- Foi remetido convites aos Senhores Deputados eleitos pelo círculo de Viseu à Assembleia Constituinte, para após a “Sessão Comemorativa do trigésimo quarto Aniversário do vinte e cinco de Abril” participarem numa mesa redonda, subordinado ao tema “O papel da Assembleia Constituinte na consolidação da Democracia”. -----
- Foi remetido ofício a informar o Senhor Deputado Municipal José Pedro Ferreira da Cunha (PSD), que irá substituir o Senhor Deputado Municipal António Elísio de Jesus Dias do Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata em virtude deste ter suspenso o Mandato de vinte a vinte e oito de Abril. -----
- Foi remetido ofício ao Senhor Presidente da ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias, para conhecimento a fotocópia da Moção apresentada nesta Assembleia Municipal, em vinte e cinco de Fevereiro de dois mil e oito, pelo Senhor Deputado Municipal do Partido Social-Democrata, Jorge Manuel de Sousa Mota. -----
- Foi remetido por via oficiosa convites para a Conferência Debate “Pobreza e Exclusão Social” que se realizará em vinte e seis de Maio de dois mil e oito pelas dezassete e trinta horas aos Senhores Eng.º José Esteves Correia e Professor Dr. Bruto da Costa. -----



– Convocamos por via officiosa o Senhor Deputado José Mário Aguiar para substituir o Senhor Deputado Municipal Paulo Jorge de Almeida Pereira a partir do dia vinte e quatro a trinta de Abril nesta Assembleia Municipal. -----

– Informamos o Partido Social-Democrata que o Senhor Deputado Municipal Paulo Jorge de Almeida Pereira solicitou a suspensão do Mandato de vinte e quatro a vinte e oito de Abril do corrente ano, sendo substituído por o Senhor Deputado José Mário Aguiar. – Remetemos officio a agradecer ao Senhor Presidente da Câmara de Sernancelhe, o convite das “Comemorações do vinte e cinco de Abril”. -----

– Foram endereçadas Convocatória e respectiva Ordem de Trabalhos, aos Senhores Presidentes e Membros desta Assembleia Municipal, Presidente da Câmara, Vice-Presidente e respectivo Executivo Municipal, Director Financeiro da Câmara Municipal de Viseu, convidando-os para a primeira Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal no dia dezoito de Abril de dois mil e oito. -----

– Foi remetido a todas as Juntas de Freguesia deste Concelho, o Edital da Sessão desta Assembleia Municipal, que se realizará no próximo dia dezoito de Abril de dois mil e oito, para afixação na sede das mesmas. Igualmente foi remetido aos partidos políticos, a um jornal diário e a um semanário, para publicação. -----

– Foi enviado por via officiosa aos Lideres Parlamentares a Actividade Municipal. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Iráamos passar ao período “*Antes da Ordem do Dia*”, eu tenho até ao momento sete Senhores Deputados inscritos. Vou então colocar a Acta à votação, a qual foi aprovada com duas abstenções. Seguidamente dou a palavra ao Senhor Deputado António Vicente. –

- UM – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE FIGUEIREDO (PSD) – Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “O senhor Primeiro-Ministro esteve recentemente no distrito de Viseu para anunciar a concessão das Auto-estradas do Centro. Foram dois dias a contactar com as populações do interior, a anunciar obras há muito reclamadas pelos autarcas da região centro e foi uma oportunidade para o líder distrital do PS se comprazer a anunciar, na comunicação social regional, a vinda do líder do seu partido a Viseu. Veio depois o senhor Ministro das Obras Públicas e um dos seus Secretários de Estado para anunciar, na sede do concelho e capital deste distrito de Viseu, que o troço do IP três entre Viseu e Coimbra iria ser complementado com uma auto-estrada de 68km, que irá permitir o desenvolvimento regional, diminuir a sinistralidade, combater o isolamento e fixar as populações. Ou seja, o Governo reconhece, desta forma, as assimetrias entre o interior e o litoral e assume que a região centro foi penalizada em detrimento doutras regiões onde de há muito se circula em auto-estrada. É sobre esta matéria que centro a minha intervenção. Primeiro para tornar claro que a posição do PSD é de natural satisfação pelo lançamento da concessão da auto-estrada entre Viseu e Coimbra, assim como pela construção do troço do IC doze, entre Mealhada e Mangualde. Foram sete longos anos de espera, foram muitas vidas perdidas e foi um entrave ao desenvolvimento económico da região. Acreditamos que a nova rede viária vai trazer um forte impulso à competitividade económica da região; acreditamos que vai melhorar a vida das populações e acreditamos também que será possível reduzir distâncias e salvar vidas. Acreditamos até que, este anúncio e a vinda dos membros do Governo a Viseu, finalmente, para anunciar obra, não é uma acção eleitoralista. Seria muito mau se assim fosse. Mas queremos afirmar, de forma inequívoca, que estaremos atentos ao cumprimento dos prazos e às derrapagens orçamentais que, habitualmente, encarecem as obras públicas em vinte, trinta ou mais pontos percentuais. Até final do ano estaremos atentos à abertura das propostas e, em dois mil e nove, cá estaremos a aplaudir o arranque das obras, num total de cento e oitenta e cinco quilómetros de novas estradas, num investimento global de setecentos e quarenta milhões de euros. Depois, em dois mil e onze, seremos os primeiros a aplaudir a acção do governo, no momento da inauguração das



novas rodovias. A nossa satisfação pelo arranque da ligação a Coimbra em perfil de auto-estrada não nos faz esquecer o tempo longo de espera que Viseu suportou, até ver o IP três transformado em auto-estrada, quando os restantes troços do IP três já estão concluídos há anos, em auto-estrada. Não nos esquecemos de que Viseu e a região Centro estiveram ausentes das principais ligações rodoviárias, assistindo à construção da rede viária no Norte e Sul do país e à volta das grandes cidades de Lisboa e Porto. Não nos esqueceremos também de que há outras estradas a aguardar oportunidade para serem requalificadas, estradas onde se continua a morrer, como é o caso da estrada número vinte e nove, próximo do Sátão; Não nos esquecemos da ligação, em rodovia, à cidade da Covilhã, nem dos compromissos de duplicação de vias, em troços de ligação às auto-estradas que cruzam o concelho de Viseu. A onda concretizadora do Governo em obras públicas, que deu oportunidade a que os críticos contestem a oportunidade e a necessidade de tanto betão, e cheguem até a afirmar que foi abandonado o plano tecnológico e a política do conhecimento – chavão deste Governo durante estes três anos de governação – leva-nos a afirmar aqui o propósito de não deixar também cair no esquecimento a necessidade de definir a rede ferroviária para Viseu. Um racional aproveitamento dos fundos do QREN deverá permitir a construção da ligação, em ferrovia, de Viseu à Linha da Beira Alta. As populações abrangidas por este investimento têm direito a uma resposta, assim como têm o direito de saber o que está definido sobre o traçado do comboio de alta velocidade que atravessa Viseu e a localização da estação que vai servir estas populações. Do mesmo modo, as populações da região de Viseu não deixarão de reivindicar a criação da Universidade Pública de Viseu, sobretudo quando se anunciam obras para outras cidades do interior, que passam pela construção de parques científicos e tecnológicos. A iniciativa de Associação Industrial de Viseu, com a colaboração de instituições de ensino superior da região, que permitiu o arranque da Escola dos Estudos Avançados das Beiras é bem o exemplo do que o Estado podia fazer mas não fez, e nós questionamo-nos como é possível que falem trinta ou quarenta milhões de euros para investir em estruturas de Educação e Investigação como sejam a Universidade Pública de Viseu, e haja tanto dinheiro quatrocentos, quinhentos ou seiscientos milhões para investir noutros sítios, em novas travessias sobre o Tejo, travessias que uns consideram desnecessárias porque muito próximo está a Ponte Vasco da Gama e se prevê que efectivamente a travessia apenas vem servir o Aeroporto de Alcochete, pergunto eu como é possível não haver dinheiro para investir numa Universidade Pública numa região do interior e se gasta tanto dinheiro noutras regiões do Litoral e sobretudo na grande metrópole que é a capital. E porque falamos em acessibilidades, não seria de descurar a possibilidade de retomar a ideia das ligações aéreas entre Viseu e Lisboa, ainda que para isso seja afectada uma verba significativa para ampliação e beneficiação do aeródromo Gonçalves Lobato, na nossa cidade. Temos um aeródromo desaproveitado, que poderia receber voos domésticos e servir de desenvolvimento para a vasta região das Beiras, mas não tem havido vontade política para investir no alargamento do campo de aviação Gonçalves Lobato da nossa cidade. Com o previsível aumento do número de empresários a operar em Viseu, e com as perspectivas de crescimento da nossa cidade, servida por uma rede de estradas de excelência, temos de pensar noutras vias alternativas. Depois seria um meio para aproveitar o potencial turístico da região. Não podemos contentar-nos com esmolas. Viseu aguentou durante demasiado tempo o esquecimento dos governantes e, embora satisfeitos com o anúncio do lançamento de novas vias, não podemos calar o desequilíbrio existente no território. Por isso, pedimos maior atenção do Governo para o município de Viseu e região centro interior na aplicação dos fundos do QREN. E apelamos aos parceiros de todos os partidos aqui representados, de um modo especial aos membros desta assembleia, eleitos pelo Partido Socialista, para que esqueçam as cores partidárias e se unam numa causa comum, – a defesa dos interesses desta região. -----



- MESA – Dá a palavra à Senhora Deputada Fátima Ferreira. -----

- DOIS – SENHORA DEPUTADA MARIA DE FÁTIMA COELHO FERREIRA (PS) –
 Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Juro que não sabia que a intervenção do Senhor Doutor Vicente seria sobre acessibilidades, e portanto é esse tema que eu aqui trago, mas antes gostaria, se me é permitido, neste ponto, responder-lhe algumas coisas ao que trouxe aqui, relativamente às políticas do Governo e às suas prioridades. É um pouco chover no molhado falarmos de Pontes das grandes obras deste Governo, quando estas questões foram suficientemente debatidas, são questões europeias prioritárias em termos de políticas nacionais e internacionais e as questões da Universidade, são chover no molhado porque há prioridades, as da Educação Básica em que o Governo tem investido imenso como todos sabemos e portanto haverá neste momento outras preocupações. Mais tarde de certo virá novamente as preocupações da Universidade e do Ensino Superior de Viseu. Então relativamente às acessibilidades, gostaria de dizer o seguinte: desenvolvimento sustentado e acessibilidades, estão inequivocamente associadas, nos tempos que correm são crescentes as exigências de segurança, viabilidade, conforto, rapidez nos fluxos de transporte e informação, estes constituem como é evidente e como disse também o meu antecessor, importantes factores de diferenciação. Vencer a distância entre o Litoral e o Interior, modernizando as infra-estruturas rodoviárias é um desafio, deste Governo e de outros, mas este fez. Aposta assim na redução dos desequilíbrios e assimetrias regionais, na coesão económica e social do País e também no reforço da competitividade de Portugal no espaço internacional. Está em curso um sistema de mobilidade para o interior do País que vai condicionar a qualidade de vida das pessoas e a sua fixação em áreas desertificadas, potenciar a implementação de actividades económicas e criar postos de trabalho, daí que face ao anúncio pelo Primeiro Ministro José Sócrates a vinte e nove de Março, a construção do troço da auto-estrada que ligará Viseu a Coimbra, substituindo o IP três, vimos apresentar a esta Assembleia uma *Moção de Congratulação* por esta decisão Governamental, pois corresponde a uma antiga reivindicação da generalidade das populações e dos Autarcas da Região. Passo a ler a *Moção*: “Ao longo dos anos, no que respeita ao sector rodoviário, eixos tão estruturantes como a “A vinte e quatro” e a “A vinte e cinco” mobilizaram a vontade política de todos no sentido da sua concretização. Hoje, são já uma realidade. A cerimónia que assinalou a conclusão da A vinte e cinco, presidida pelo Primeiro-Ministro, José Sócrates, foi um momento marcante para o País em geral, mas, muito em particular, para a região e para Viseu. Entretanto, há muito que a vontade política de todos se dirigiu para uma outra grande aspiração: ligar Viseu a Coimbra por auto-estrada. O IP três a Sul de Viseu, passou, portanto, mais intensamente, para a Ordem do Dia. O compromisso com a sua realização, assumido pelo Primeiro-Ministro, bem como o seu desejo de estar presente no acto da concessão, conforme anunciou no Politécnico de Viseu em Novembro do ano passado, estão cumpridos com o lançamento em vinte e nove de Março de dois mil e oito do concurso respectivo. E, importa relevar, que nele está incluída a parte final do IC doze, Mangualde-Canas de Senhorim, que ligará aquela cidade a Mortágua. O investimento de setecentos e quarenta milhões, na Região Centro, nas novas acessibilidades, com aplicação mais significativa no distrito de Viseu, representa, por isso, não só a materialização de uma reivindicação antiga, mas também novas oportunidades de trabalho e produção local de riqueza. Os cerca de setenta quilómetros do IP três a Sul de Viseu permitir-nos-ão poupar cerca de quarenta por cento do tempo na nossa ligação a Coimbra. Se esse dado é fundamental, muito mais importante é sublinhar a possibilidade de redução da sinistralidade e das mortes, que foram mais de noventa que se perderam na última década, no actual IP três. Assim, neste contexto, a Assembleia Municipal de Viseu, decide reconhecer o apreço pela determinação e decisão do Governo do Primeiro-Ministro José Sócrates em cumprir para com Viseu uma promessa que corresponde aos anseios de todos



quantos, dos vários quadrantes políticos, se envolveram numa reivindicação que faz justiça ao concelho, à região e ao país. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar intervém do seguinte modo: “ Há uma Moção que a Senhora Deputada apresentou, que eu coloco à discussão, pergunto se algum dos Senhores Deputados se quer pronunciar sobre a mesma. Dá a palavra ao Senhor Deputado Mendes Silva. -----

- TRÊS – SENHOR DEPUTADO FRANCISCO ANDRÉ DINIS REIS MENDES DA SILVA (CDS/PP) – Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “Como é óbvio não contava que esta Moção fosse apresentada, nem contava falar disto antes do período da Ordem do Dia, no entanto não queria deixar de dizer que o CDS/PP, votará contra esta Moção. Porque ainda concordando com os benefícios de mobilidade em causa e segurança que as obras trarão para o Distrito de Viseu e para a Região Centro. Não ficamos muito confortáveis com este tipo de bajulação de um determinado Governo, sabendo que grande parte das obras são obras de vários Governos, provavelmente por demorem tempo demasiado, atravessam vários Governos e por outro lado o grande esforço é dos contribuintes portugueses que permite de facto essa construção. Se a Doutora Fátima cá tivesse vindo, agradecer ou propor uma Moção de apreço aos contribuintes portugueses e até mesmo perante o Estado Português, eu votava a favor, agora fazer este tipo de bajulação a um determinado Primeiro-Ministro e a um determinado Governo, acho que é “Chicana política!”, e o CDS é contra.” -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria. -----

- QUATRO – SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA FARIA (PSD) – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Da parte do PSD irá votar a favor, porque tudo o que sejam investimentos estratégico, e até porque nós durante muito tempo e principalmente a Autarquia de Viseu reivindicou esse investimento, nós congratulamo-nos com ele. De qualquer maneira, estamos perante um anúncio de uma concessão e que foi um concurso de concessão/construção e exploração, com uma data precisa de dois mil e onze e o que nos interessa fundamentalmente é a sua concretização, esperemos mesmo que seja em dois mil e onze, porque todos nós devemos, como alguém disse “Devemos ter memória” e não sei se se lembram em noventa e seis, também um Governo por acaso do Partido Socialista, na altura quando nós reivindicamos a auto-estrada de Viseu a Aveiro, veio dizer não senhor, não à uma nova auto-estrada porque nós vamos duplicar o IP cinco em dois mil, era o tal plano rodoviário, estará pronta? Esteve pronta em dois mil e cinco. Aquilo que pedimos, é também congratulamo-nos, com o investimento, pedimos é a sua concretização nos tempos previstos que é dois mil, e onze. ---

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar profere as seguintes palavras: “ Iremos passar à votação, a Moção foi aprovada com quarenta e um votos a favor, dois contra e onze abstenções. A seguir na lista tenho eu a palavra. -----

- CINCO – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO JOAQUIM ALMEIDA HENRIQUES (PSD) – Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “Venho a esta tribuna sensibilizar e vos falar de uma questão que é de extrema importância, e que nos deve unir a todos. Como é do conhecimento o Governo há cerca de três anos anunciou o PRACE, Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, que entre muitos objectivos visava a reestruturação dos serviços. Aquilo que constava desse projecto a que os serviços cada vez mais seriam racionalizados numa lógica de coerência, porque objectivamente ter uns serviços que funcionavam no ponto de vista distrital, outros no ponto de vista NUT dois, portanto regional, outros com outras configurações. O Estado estava organizado, contava-se na altura em mais de sessenta formas de organização diferentes e esperámos que as diferentes Leis Orgânicas fossem publicadas. para sabermos como é que os serviços iriam ficar e de que forma. Grande parte destas Leis Orgânicas neste momento publicadas e um dos traços comuns, é que há um ou outro serviço que manterá o caris distrital, sabe-



se lá até quando? Até porque ainda hoje foi aprovada uma Lei na Assembleia da República em relação às NUT três, mas que o grosso dos serviços ficariam organizados numa lógica da NUT dois. Obviamente perante esta observação e expectativa que todos geramos, é como é, que estes serviços se vão localizar um pouco por toda a Região Centro. Porque sabemos nós, que cada vez mais, onde estiverem os serviços descentralizados, isto é, as Direcções Regionais, onde estarão as pessoas? O Orçamento? Onde estará a massa crítica? Porque grande parte dos serviços que são prestados aos cidadãos cada vez mais vão ser prestados através da Internet, das Lojas de Cidadãos ou das Lojas das Freguesias, portanto numa perspectiva de proximidade dos cidadãos. Em termos práticos os Distritos que tiverem ou mantiverem Direcções Regionais, mantém poder, os que não tiverem Direcções Regionais, pura e simplesmente a prazo, vão-se cada vez esvaziando mais. A verdade é que verificando o dia de hoje, Viseu até agora e ainda há bocado se falava da forma que o Partido Socialista muitas vezes se congratula com determinadas coisas, o Líder do Partido Socialista vêm-se congratular com a grande vitória que o Partido Socialista tem por ficar em Viseu com a Direcção Regional do Instituto das Condições de Trabalho, há mais de vinte Direcções Regionais neste momento na Região Centro. Direcções Regionais com o peso de uma economia, com o peso da cultura, da segurança social, da formação profissional, da educação e por aí fora. Direcções Regionais, que de facto tem muito peso, quer em termos das pessoas que lá estão, em termos dos orçamentos que movimentam, da importância que tem e do poder efectivo que possuem, eu até agora não vi anunciado em Viseu uma única Direcção Regional com esta importância tão estruturante, pelo contrário, tenho visto e das contas que fiz, que das vinte e tal Direcções Regionais pelo menos dezassete, dezoito vão continuar com a sua sede em Coimbra. Anunciou-se que a Direcção Regional de Economia iria para Aveiro, a Direcção Regional de Agricultura e Pescas iria para Castelo Branco e que a Direcção Regional das Finanças iria para a Guarda, esta é a triste realidade com que somos confrontados. Eu acho que esta é claramente um vector que deve merecer da nossa parte uma posição unânime fase ao Governo dizer assim: “Meus caros amigos isto é inadmissível para o Distrito de Viseu”, que tem pujança económica, que está a fazer de tudo no ponto de vista económica para se poder desenvolver, do ponto de vista Autárquico está a fazer um grande esforço para o seu próprio desenvolvimento e é o próprio Estado na sua reestruturação principal que não volta a haver, aquilo que perdemos agora não recuperamos com toda a certeza nos próximos trinta anos. Hoje trazia-vos aqui uma Mocção, que tem como objectivo... que pudéssemos em Sede de Assembleia Municipal dar também voz a uma reivindicação, que é, por um lado que o Governo ainda está a tempo, porque o Governo recuou um pouco, quando fez o ensaio com a Direcção Regional de Economia que ia para Aveiro, Coimbra barafustou e o Ministro travou. Por isso ainda estamos naquela lógica do pára/arranca de experiências é claramente o momento para dizermos ao Governo que Viseu não admite que efectivamente se venham a concentrar as Direcção Regionais todas nalgum lado e que Viseu fique com uma simples migalha que é esse tal Instituto das Condições de Trabalho. Por outro lado também é público, não estou a cometer nenhuma inconfidência, que o próprio Instituto os “Estradas de Portugal” está em curso uma grande reestruturação que poderá levar a fecharem todas as direcções distritais das Estradas de Portugal. Ora aqui tem o Governo numa sociedade que está a cem por cento com o dinheiro de todos nós, porque as Estradas de Portugal são cem por cento de capital do Estado, é uma excelente oportunidade para compensar Viseu de tudo aquilo que nos estão a tirar. Portanto a vinda para cá da Direcção Regional das Estradas de Portugal poderia ser uma boa forma de estabelecermos aqui alguma compensação para Viseu do ponto de vista do esvaziamento de serviços que efectivamente é visível nestes três anos de governação socialista. Eu apresentaria uma Mocção que colocaria à consideração dos Senhores e Senhoras Deputados que reza assim: “O Governo está a implantar o PRACE, Programa de Reestruturação da



Administração Central do Estado que, do ponto de vista da reestruturação dos serviços, levou à aprovação de novas leis orgânicas com o objectivo de racionalização da estrutura. Grande parte destes serviços, assumem a NUT II (Centro) como referência, o que pressupõe que os referidos serviços regionais sejam distribuídos numa forma equitativa pelos seis distritos desta Região, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Aveiro, Leiria e Viseu. Da nossa parte, há a consciência cada vez maior de que a evolução passa pela disponibilização de um conjunto de serviços na internet, democratizando e desburocratizando o acesso, e a criação de serviços de proximidade nos Concelhos e nas Freguesias. O que verdadeiramente pesa e interessa, num futuro próximo, é ter ou não serviços desconcentrados regionais, a importância de uma cidade será também aferida por este critério. Pelo levantamento efectuado, existem mais de vinte Direcções Regionais, estando em Coimbra (CCDR, ARS, Cultura, ASAE, IAPMEI, Educação, Cultura, IEF, Serviços Hidrográficos, Gestão do Património Arquitectónico, DR Viação, IMC, IGESPAR, entre outras), em Aveiro (Economia?), em Castelo Branco (Agricultura), na Guarda (Finanças?), em Leiria não se conhece nenhuma localização e, em Viseu, a anunciada Direcção Regional da Inspeção das Condições de Trabalho. Face ao que se conhece, Viseu não está posicionado para áreas estruturantes como a coordenação regional, economia, saúde, segurança social, educação, formação, finanças, agricultura, áreas que trariam competências para Viseu, que concentrariam quadros, que teriam impacto no desenvolvimento do nosso Distrito. O desenvolvimento de um território como Viseu assenta no seu tecido económico, nas infra-estruturas, mas também num modelo de desenvolvimento e no conjunto de serviços, entre eles os públicos, que consegue captar. A reestruturação em curso será irreversível, Viseu corre o risco de ficar cada vez mais desertificado de serviços públicos. Assim, e face a este cenário, a Assembleia Municipal de Viseu, reunida no dia dezoito de Abril de dois mil e oito deliberou: Manifestar a sua preocupação face à forma como estão a ser localizadas as sedes das Direcções Regionais e exigir que as mesmas sejam distribuídas de uma forma equitativa pelos seis distritos da Região Centro de Portugal; Solicita ao Governo, na pessoa do Senhor Primeiro-Ministro, que esclareça, no âmbito do PRACE e das diferentes leis orgânicas aprovadas, que Direcções Regionais (NUT II) e Sub-Regionais (Distritais) ficarão na NUT II Centro de Portugal e qual a sua distribuição por Distritos; Reivindica a instalação, dentro das áreas estruturantes, de uma das Direcções Regionais ligadas à Saúde, Educação, Economia, Agricultura, Segurança Social ou Formação Profissional; Manifestar preocupação quanto aos resultados práticos da reestruturação das Estradas de Portugal, EP, reivindicando a instalação em Viseu da Direcção Regional deste organismo que permitiria servir os seis. ---

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado João Cruz. -----

- **SEIS – SENHOR DEPUTADO JOSÉ DUARTE DA SILVA FERREIRA CRUZ (PS) –** Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “ Em relação à Mocção apresentada aqui pelo Doutor Almeida Henriques, eu devo dizer que substantivamente estamos de acordo com ela, não por se tratar de um esvaziamento, porque não ocorreu nenhum esvaziamento, nunca existiram, e portanto evidentemente ao abrigo da proposta do PRACE faz todo o sentido que Viseu reivindique um Órgão desconcentrado com peso significativo ao nível de uma Direcção Regional para Viseu. Estamos substantivamente de acordo. Relativamente ao que se passa em relação à Segurança Social eu devo dizer que esta tem uma base Distrital, outrora teve uma base Regional, e por via da nova Lei Orgânica tem uma base Distrital e isso é importante para Viseu. Porque o orçamento da Segurança Social em Viseu não é despiciendo, sobre essa matéria acharia que devia haver uma pequena correcção desse ponto de vista. Não é uma Segurança Regional é Distrital, já cá está, não vale a pena estar a reivindicá-la mais. Eram estas as considerações que eu gostaria de fazer sobre uma proposta que o Partido Socialista vê com bons olhos e aprovará. -----



- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Hélder do Amaral. -----
 - **SETE – SENHOR DEPUTADO JOSÉ HELDER DO AMARAL (CDS/PP)** – Usa da palavra para intervir da seguinte forma: “Muito simplesmente queria apenas registar o voto favorável do CDS/PP a esta intervenção. Pretendemos e gostaríamos que ela não ficasse, apenas e só como uma Mocção votada, como mais um afirmar de vontades que depois não dão em nada. O que está aqui em causa é algo de relevante, hoje mesmo na Assembleia da República se votou a Regionalização encapotada do Partido Socialista e nós julgo que devemos assinalar sempre que há uma outra via, não quero fazer a discussão da regionalização nem isso interessa para aqui, mas aquilo que é fundamental na desconcertação e descentralização da Administração Central do Estado e que não pode deixar de fora Viseu. Outros geram os Governos e o Partido Socialista fazia disso um grande “cavalo de batalha”, reivindicando para Viseu, sedes ou organismos do Estado. Mantenho a mesma postura da reivindicação mas agora o Governo é do Partido Socialista e uma vez que o PRACE está em implantação, era bom que os Senhores Deputados do Partido Socialista tomassem isso como sua primeira responsabilidade, sendo certo que são dados como todo os outros e faremos o que for possível para que Viseu não seja esquecido. Porque, o que está em causa não é só criar influências, mas é criar aquilo que se chama os bens centrais que depois por si só permitem que outros serviços e outros interesses possam ser instalados. Viseu não pode fazer este sacrifício sózinho, de desenvolvimento e crescimento quando depois o Estado o que faz é primar pela ausência ou virar-nos as costas, portanto esta Mocção faz todo o sentido, nós votaremos favoravelmente com estas considerações.” -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Almeida Henriques. -----

- **OITO – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO JOAQUIM ALMEIDA HENRIQUES (PSD)**

- Usa da palavra para responder do seguinte modo: “Numa forma muito rápida, eu só queria rebater uma afirmação que foi aqui feita pelo Senhor Deputado João Cruz, porque esvaziamento não é só tirar um serviço é diminuir a importância desse mesmo serviço e aquilo que nós sabemos é que nesta reestruturação e face à importância que têm as Direcções Regionais e as novas tecnologias que felizmente aproximam os cidadãos da Administração, o que se virá a verificar, é que a generalidade de alguns serviços que teríamos distritais, a prazo, vão ser cada vez mais esvaziados, o esvaziamento do ponto de vista concreto dá-se por essa via, por outro lado também em relação aos serviços distritais a evolução natural, até por a Lei que foi hoje aprovada que matou definitivamente as áreas metropolitanas e as comunidades urbanas, hoje morreram definitivamente, três anos depois o Partido Socialista tem a coragem de as matar. A verdade é que toda a reestruturação de serviços com base de todas as Leis aprovadas, cada vez mais em torno das NUT dois. Hoje também foram feitas algumas reestruturações a Concelhos limite como é o caso de Mortágua, que deixam de fazer parte de uma NUT e passam a fazer parte de outra e depois na grande NUT dois. Portanto todos os serviços com o tempo vão-se acomodar, sem fazer futurologia, provavelmente até o sistema eleitoral terá que se adaptar a esta estabilização do País em torno dos NUT três e dois. Desse ponto de vista, mesmo os tais serviços distritais que ainda persistem e que são muito poucos, a prazo serão colocados em causa face a esta nomenclatura NUT dois e NUT três, por outro lado não podemos aceitar que nos deem areia para os olhos. Quando se fala por exemplo da questão do vinho, esta é uma questão sobretudo de articulação entre as várias regiões vitivinícolas da Região Centro. Por outro lado mal parecia que quando o Dão tem o peso que tem, no contexto da Região Centro, não ficasse cá a sede da futura vitivinícola da Região Centro, era o que faltava, assim como, vamos ver na área do Turismo como vai ficar a situação da sede da futura organização do Turismo, aí está uma boa oportunidade para o Partido Socialista de Viseu serrar fileiras e reivindicar aquilo que cá está, a sede do Turismo é na Casa Amarela, não nos tirem também esta mais valia que foi conquistada e



contratada por várias Entidades. Entretanto deixava ficar estas chamadas de atenção.” ---

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho. -----

- **NOVE** – **SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CAVALHO (PS)** – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Eu tinha prescindido da minha intervenção porque o Doutor João Cruz disse aquilo que eu iria dizer. Portanto não pretendia acrescentar mais nada. Simplesmente esta resposta do Senhor Presidente da Assembleia, funcionando como mero membro da Assembleia, obriga-me a dizer algumas coisas, nomeadamente uma coisa que o meu colega de bancada Doutor João Cruz não referiu, é que quando se fala no esvaziamento nos últimos três anos..., ainda há bocado o Senhor Deputado Mota Faria disse uma coisa importante, é que as pessoas têm memória. A primeira vez que as Direcções Distritais perderam importância e peso foram nos Governos do Doutor Cavaco Silva, estamos a falar em três anos? Viseu tem infelizmente para nós perdido importância em algumas coisas, neste caso concreto, quando diz que há uma reestruturação que vai concentrar a nova Orgânica nas NUTES, portanto há uma perda de influência, eu estou de acordo mas é uma nova concepção, vamos ver como é que funciona. Quando o Senhor Deputado diz e eu subscrevo a cem, por cento que Viseu não pode ficar prejudicada nesta reestruturação, e como o Doutro João Cruz já disse, a minha bancada vota favoravelmente a isso, nós não estamos de acordo que fique cá apenas a Protecção do Trabalho, e não estamos de acordo porque objectivamente a Protecção de Trabalho não tem um peso que têm aquelas organizações regionais que referiu no âmbito da economia, das estradas, enfim todas as outras que referiu. Apenas não podia deixar passar o facto de se referir que é só nestes últimos três anos e que neste momento com a reestruturação, nós como todos os outros estamos a perder, é um problema de reestruturação.” -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa em substituição, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Não havendo mais pedidos de intervenção, passávamos à votação da *Mocção*, a qual foi aprovada por unanimidade. Dá a palavra ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho.” -----

- **DEZ** – **SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS)** – Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “Face ao volume de processos em contencioso que, em Mapas e com a Informação do Senhor Presidente da Câmara, vinham referenciados e eram entregues a cada uma das Bancadas desta Assembleia, e porque a informação contida nessas referências era manifestamente inconclusiva, nomeadamente por dela não poder deduzir-se, minimamente, em que processos judiciais estava a Câmara Municipal envolvida e montantes em que, eventualmente, poderia ser responsabilizada, tive a ocasião de requerer, em vinte e sete de Fevereiro de dois mil e sete, que me fossem fornecidos os seguintes elementos: *Quantos Processos Judiciais estão em curso contra a Câmara Municipal de Viseu no Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, e respectivos valores dos pedidos em que, em teoria, a Câmara Municipal de Viseu pode ser condenada? E quantos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra? E valores envolvidos? E quantos no Tribunal do Trabalho de Viseu? E quantos no Tribunal Judicial de Viseu? E neste Tribunal, que espécies e valores envolvidos? E, finalmente, qual o montante em que a Câmara Municipal de Viseu foi, nos diversos Tribunais, condenada nos últimos cinco anos?*” A tal requerimento não foi dada qualquer resposta pela Câmara Municipal, o que me obrigou, sete meses volvidos, a requerer em vinte e oito de Setembro de dois mil e sete que, ao abrigo das disposições aplicáveis do Código do Procedimento Administrativo, a resposta me fosse dada no prazo de dez dias dias. Finalmente, não no prazo legal, mas já no corrente ano de dois mil e oito – e tenho aqui que realçar, por justiça, que a ultrapassagem deste prazo foi por mim aceite em face das explicações que amavelmente me foram dadas pelos ilustres Juristas Avençados da Câmara Municipal de Viseu – foram-me então entregues Mapas relativos aos Processos



em curso. Infelizmente, a Câmara Municipal não me forneceu qualquer resposta à última das questões que coloquei, ou seja, qual o montante em que foi condenada, em qualquer Tribunal, nos últimos cinco anos. Seja como for, os Mapas que me foram entregues, inteiramente diferentes dos anteriormente entregues às bancadas da Assembleia, eram pelo menos esclarecedores dos montantes envolvidos nos Processos em curso – como de resto passaram a daí em diante. Daí que possam ser retirados os seguintes valores em que a Câmara Municipal pode vir a ser responsabilizada: No Tribunal Judicial de Viseu, excluindo expropriações – *Quinhentos e vinte e sete mil, novecentos e setenta e um euros e sessenta cêntimos*. No Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu – *Dois milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, seiscentos e noventa e sete euros e dez cêntimos*. No Tribunal Administrativo e Fiscal (e Tribunal Administrativo de Círculo) de Coimbra – *Cento e dez mil, cento e noventa e quatro euros*. Em negociação extra-judicial no Conselho Superior de Obras Públicas – *Trezentos e sessenta e um mil, duzentos e noventa e nove euros*. Em Processos de Expropriação (considerando exclusivamente os valores achados no Relatório Maioritário dos Peritos) – *Onze milhões, oitocentos e vinte e dois mil, seiscentos e quinze euros*. No total de *quinze milhões, duzentos e noventa mil, setecentos e setenta e seis euros*. Esclareço que só tive em consideração, relativamente aos Processos de Expropriação, os valores achados no Relatório Maioritário do Peritos, valor esse que é superior aos valores propostos pela Câmara mas muito inferiores aos indicados pelos Expropriados que, a serem considerados, andariam na casa dos vinte milhões de euros. O montante que indico, de resto substancialmente superior ao que veio a ser encontrado pelo Senhor Revisor Oficial de Contas no Relatório de Certificação Legal de Contas, que indica o montante de *nove milhões, nove mil, novecentos e vinte euros*, afigura-se-me muito elevado, e é preocupante, tanto mais que, como não deixa o mesmo ROC de referir, no Ponto nove ponto dois do Relatório: *“Do procedimento de circularização aos advogados, tomamos conhecimento de que se encontram instaurados contra o Município processos em tribunal, cujo desfecho é incerto, no montante de nove milhões, nove mil e novecentos e vinte euros, facto que não se encontra divulgado no Anexo das Demonstrações Financeiras, nem no Relatório de Gestão”*. Parece, assim, que era pertinente o meu requerimento. Nem eu, nem quem consultasse os Mapas de Contencioso que então eram fornecidos à Assembleia poderia aperceber-se dos montantes em que, eventualmente, o Município pode ser condenado a suportar por via de decisões judiciais. E, como não me foi respondido, como atrás referi, à última das questões que coloquei, continuo, continuamos todos ao que suponho, sem saber em quanto o Município foi condenado a pagar nos últimos cinco (agora seis, porque já passou um ano) anos. Paralelamente, a constatação do ROC parece indicar que, nas contas da Câmara Municipal de Viseu não está feita qualquer provisão para estes montantes. Montantes que, saliente-se, podem vir a aumentar, uma vez que, em termos de recurso, os montantes requeridos pelos Expropriados, são muitíssimo superiores, como referi. A estas questões, solicito ao Senhor Presidente da Câmara que me elucidie, a mim e aos demais Membros desta Assembleia”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Pedro Antunes. -----

- **ONZE** – **SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BENTO MADEIRA ANTUNES (PS)** – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Eu na última Assembleia de Setembro, falei aqui de uma questão que me preocupa e certamente a todos vós, que é o facto de Viseu dar poucas actividades económicas fase à sua estrutura a vários níveis, desde logo sociais. Salvo erro na quarta-feira no dia dezasseis de Abril, o Doutor Fernando Ruas anunciou pelo que li na Comunicação Social, finalmente o arranque do Parque Industrial de Lordosa ou melhor o Parque Tecnológico de Lordosa, e este Tecnológico levanta algumas questões. Nomeadamente os parques que agora muito na moda se chamam tecnológicos, eram as zonas industriais, as grandes infra-estruturas, os parques que depois passaram a industriais, os parques empresariais etc... e agora, enfim



está na moda os parques tecnológicos. Portugal até tem alguns bons exemplos de parques tecnológicos, nomeadamente o Tagus parque, o Biocante de Cantanhede aqui bem perto de nós, ainda há pouco tempo e com a colaboração do SEC, o de Coimbra o Iparque, e se nós atendermos a esses parques tecnológicos, vemos que há uma estreita colaboração ou inclusive o estabelecimento de consórcios com as universidades, associações empresarias, etc... e por outro lado há desde logo o lançar de sementes de projectos, quer directamente em termos industriais, indústrias de tecnologia avançada, quer em termos de implantação de centros de investigação, universidades, politécnicos, etc..., então eu venho aqui colocar ao Doutor Fernando Ruas a seguinte questão: Está previsto algum estreitamento de relação entre a Câmara e este tipo de instituições, para promover aqui um “brinquinho”, desculpem a expressão, que finalmente faça nascer, um ou mais clusters na área da tecnologia ou outras, por exemplo, pensando na área do parque, tem três quilómetros quadrados ou trezentos hectares e pensando por exemplo na existência felizmente nesta região de algumas imprensas na área das energias renováveis, quais são as intenções da Câmara para promover a implantação, aí de indústrias ainda estas mais avançadas e de outros promover a colaboração com as instituições do ensino superior em Viseu etc..., queria perguntar também directamente se já há algum projecto de intenções relativamente à instalação de alguma empresa nesse parque, era só esta questão que eu queria trazer aqui”. -----

- MESA – Dá a palavra à Senhora Deputada Graça Pinto. -----

- DOZE – SENHORA DEPUTADA MARIA DA GRAÇA MELO CABRAL MARQUES PINTO (BE) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “O Senhor Presidente da Câmara em diversas ocasiões tem manifestado o seu apreço pelo exercício da cidadania activa, apreço esse, com o qual me congratulei, porque como sabe Vossa Excelência é uma das pessoas que se tem debatido nesta Assembleia, e noutros fóruns pelo exercício do direito de cidadania e pela importância cidadã na resolução dos problemas, quer a nível do País, quer a nível local, e vem esta introdução a propósito dos motivos que me trazem aqui a intervir no período antes da Ordem do Dia. Temos estado em contacto com cidadãos que a seu tempo, e há vários anos, colocarão questões a nosso ver bastante pertinentes sobre a situação da sua área residencial, da sua Freguesia e avançaram inclusive com propostas concretas para a sua resolução. Parece louvável no contexto do exercício da cidadania activa, esse interesse dos cidadãos e essa assunção que o distingue de todos nós e a resolução de todos os problemas passa também pelas nossas mãos e devemos intervir. São duas situações ambas a meu ver, trata-se de uma petição de um movimento pró-Viriato, petição essa entregue em dois mil e cinco e que mereceu na altura uma menção elogiosa por parte do Presidente da Câmara na medida em que conseguiu reunir a assinatura de mais de dois mil moradores da zona, entendiam esses cidadãos que a alteração do traçado da Estrada Velha, iria provocar distúrbios e transtornos à vida das pessoas, populações que aí habitam e se deslocam. Nomeadamente implicando perda de tempo, gasto de combustível e mais desgaste das pessoas. Foram entretanto feitas várias demarches, reuniões, contactos com as entidades que foram envolvidas no processo apontado na altura como solução, construção de uma rotunda. Foi consultada a Direcção da Escola Viriato que colocou algumas condições, mas deu o seu acordo a essa solução, foram também feitas várias iniciativas no sentido de esse processo se desenrolar, independentemente da justeza ou não. Das propostas apresentadas pelos cidadãos entendemos nós que é da mais elementar justiça e respeito pelo exercício da cidadania activa a informação continuada do andamento do processo. Ora segundo esses cidadãos quer os contactos que com eles tivemos, nunca mais tiveram qualquer informação do andamento deste processo, as questões ficaram em stand-by, a informação inexistente, parece-nos da mais elementar justiça que essa informação seja dada, não só neste fórum, neste local, mas aos directamente interessados, os cidadãos. Preocupa-nos de facto esta



ausência de diálogo e falta de consequência com as afirmações de respeito da cidadania activa. Outra situação que nos traz aqui também, e acerca da qual gostaríamos de ser esclarecidos, é a situação que se prende e que se vive em Fragosela. Cidadãos de Fragosela, desde há uns anos a esta parte, vêm colocando questões que se prendem com más condições de vida e de habitabilidade em certas zonas de Fragosela, reporto-me concretamente à situação daquilo que é conhecido pelo Bairro do Lagedo. Na Rua do Lagedo, a meu ver e penso que estou bem informada, metade da rua continua sem saneamento básico, há várias zonas de Fragosela que apresentam condições de insalubridade, com esgotos que escoam a céu aberto pelas ruas, infiltrações de fossas que não estão devidamente isoladas em terrenos, e portanto contaminando minas e curso de água e também situações que tem a ver com falta de atempada recolha de lixo. Não sei, Senhor Presidente da Câmara, até que ponto e em que medida, a situação dependerá inteiramente dos Serviços Municipalizados ou da Câmara? Certo é, que os cidadãos têm direito a ver resolvidos os seus problemas que se vêm arrastando de há muito tempo. Tem vindo a ser avançada a ideia no caso da Rua do Lagedo o atraso na pavimentação e no alargamento, se deve a não haver concordância com as dimensões que têm sido discutidas, pelo que conheço do processo há da parte dos moradores a intenção de chegar a um acordo, inclusive de ceder a algumas questões, não percebo portanto a razão pela qual se arrasta esta problemática e a razão também pela qual os cidadãos não são devidamente informados, sobre as razões desses atrasos, e disse”. – MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Côtã, Senhor Joaquim Polónio. -----

- TREZE – SENHOR JOQUIM POLÓNIO LOPES (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CÔTA) (PSD) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Mais uma vez subo a esta tribuna para falar sobre a estrada duzentos e vinte e nove, desta vez com um bocadinho de satisfação por ter ouvido da boca do Senhor Secretário de Estado aquando da vinda do Senhor Ministro das Obras Públicas a Viseu anunciar a Auto-Estrada, que a estrada duzentos e vinte e nove iria sofrer um estudo para requalificação, isto é um bocadinho satisfação, porque daqui até à concretização vai muito que se lhe diga. Eu queria dizer também, que esta promessa já nos tem vindo a ser feita desde à pelo menos... e tentei à bocadinho junto do meu colega de Cavernães avivar a memória, porque ele também participou comigo, como Mundão, São Pedro de France e Cepões de uma petição que foi feita na altura já dada a degradação da estrada já na altura. Foi-nos prometido de imediato um estudo e a requalificação daquela via, isto vão lá pelo menos, e segundo o meu colega que me ajudou, sete anos. Espero que agora este anúncio do Senhor Secretário de Estado não leve o mesmo tempo para a requalificação em concreto, dado que até constantemente continuamos a deparar-nos com acidentes graves. Nomeadamente ontem, infelizmente mais um, com aquela gravidade de onde resultou inclusive um morto e um ferido grave, isto é lamentável que se mantenha uma via daquelas naquele estado. Ainda agora quando vinha para baixo, repararei naquilo e quase já não sabia se pisava alcatrão ou se pisava poças de água, isto é uma realidade podem constatá-la “in loco”. Convido toda a gente e aqueles menos crentes, a deslocarem-se um bocadinho a Norte do Concelho e verificarem se eu falo verdade, ou venho para aqui fazer demagogia, está lá onde se pode ver. Outra razão, é que enquanto eu for Autarca, e mesmo como cidadão hei-de fazê-lo, desafiava todas as forças vivas deste Concelho principalmente os do Norte, a não nos calarmos e continuarmos a reivindicar uma verdadeira alternativa para aquela estrada, porque a estrada ainda que seja requalificada não é o suficiente, estamos todos cientes disso, sabemos que aquela estrada está completamente entupida de tráfego, por isso devemos continuar a reivindicar uma ligação em condições em alternativa àquela como eu já aponte e o Senhor próprio Presidente da Câmara teve já o cuidado de o referir também e que está na disposição de receber como e passando por assim dizer uma estrada urbana que é mais o que ela é actualmente muito embora em péssimas condições. Em jeito



de resposta com atraso, ou como foi aqui dado pelo Senhor Deputado Alberto Ascensão e peço-lhe se hoje tiver alguma dúvida, quanto à minha intervenção o faça de imediato o Senhor Deputado ou qualquer outro, para eu atempadamente poder-lhe responder, porque eu não me julgava tão importante, sou apenas um simples Presidente de Junta, mas não me julgava tão importante para ser o responsável pelas estradas de Portugal, ou tentar responsabilizar-me pela situação da estrada, como está na acta da reunião ordinária na altura, querendo dizer que eu estaria na qualidade de primeiro responsável de quem lida de mais perto com aquele problema”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Deputado tem um pedido de esclarecimento, faça favor tem a palavra o Senhor Deputado Alberto Ascensão”. -----

- CATORZE – SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DE ASCENÇÃO (PS)

– Pede a palavra para responder do seguinte modo: “Eu só venho aqui agradecer ao Senhor Presidente da Junta, o Senhor Polónio, a oportunidade que me dá de esclarecer aquilo que certamente fui mal interpretado, é óbvio que não me passava pela cabeça que o primeiro responsável seria o Presidente da Junta, este é o responsável por o que ocorre lá, mas não por aquilo que se deve fazer lá. Também na mesma Assembleia aqui, disse numa outra oportunidade, se calhar os poderes e as competências e atribuições das Juntas é que deviam ser alteradas, no sentido de atribuírem alguns recursos financeiros e autonomia financeira e administrativa para poderem exercer de facto algumas funções, que não são possíveis enquanto se mantiverem assim. Portanto, se ficou essa interpretação por parte do Senhor Polónio, não foi isso que eu quis dizer, o que eu quis dizer foi que a primeira responsabilidade certamente é informar quem de direito, no sentido de tomar a iniciativa, se calhar exprimi-me mal, e por isso tenho o direito de tirar essa ilação, mas não foi aí que quis chegar, aliás como sabe também já exerci essas funções de Presidente de Junta que muito me honraram, tenho que o dizer e sei o que sente um Presidente da Junta quando é confrontado com problemas desses, não tire daí a ilação que quero responsabilizar os Presidente de Junta. Normalmente nas dificuldades sou muito solidário com eles. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Fragosela. -----

- QUINZE – SENHOR ANTÓNIO DE ALMEIDA JESUS LOPES (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGOSELA (PSD))

– Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Eu não tinha ideia de... nem se quer me tinha inscrito para usar da palavra, mas como foi referenciada a Freguesia de Fragosela e pela parte negativa, eu vim aqui para transmitir à Senhora Deputada que o Senhor Presidente da Junta estará sempre disponível sempre que ela solicitar, ou algum dos outros Deputados, para visitarem a Freguesia de Fragosela. Não é só o bairro do Lagedo, felizmente temos uma Freguesia a crescer e como sabe eu sou o Presidente da Junta de Fragosela, legalmente eleito para os destinos da Freguesia já no segundo mandato, por mais curioso que pareça já fui eleito por dois Partidos, portanto é sinal que não estou ali por acaso. No que refere às fossas a céu aberto, eu gostaria que a Senhora Deputada dissesse aonde? É que eu não conheço na minha Freguesia que andem fossas a céu aberto, porque isso aí, também estaria em causa os Serviços Municipalizados que licenciam as fossas, também deveria saber e isso tem sido público está a ser entregue por estes dias uma grande ETAR que vai servir Fragosela de Baixo, Fragosela de Cima e Espadanal, foi posto a concurso e penso que já foi encontrado o construtor, foi publicado nos jornais das comunidades os colectores para ligar essa ETAR. Está neste momento a decorrer, os colectores para a ETAR de Prime que foi acabada de construir, portanto não é vir aqui denegrir a Freguesia de Fragosela, que estão fossas a céu aberto, mas mesmo sem esses colectores as fossas das casas não estão a céu aberto, esse paleio tem sido muito frequente por alguns elementos que concorreram à Junta de Freguesia de Fragosela do Bloco de Esquerda e isso em Junho ou Julho, num desses dois meses, vai haver um processo em Tribunal, porque um elemento acusou-me em um de Janeiro de dois mil e seis



que o Presidente da Junta aí está escrito não fui eu que o escrevi na lista e foi confirmado pelo Ministério Público que o Presidente da Junta pactuava com os construtores, ajudava-os, licenciava casas com fossas a céu aberto eu não tive outro remédio pegar no jornal e apresentá-lo no Ministério Público, isso foi averiguado, houve matéria crime, o facto é que essa pessoa vai ser julgada brevemente. Portanto apelo a todos aqui presentes, e os ausentes, se tiverem alguma dúvida sobre Fragosela contactem o Presidente da Junta ou qualquer outro elemento porque temos muito gosto em lhes mostrar uma Freguesia ao contrário de outras Freguesias e de outros Concelhos, até com outras influências políticas, está a crescer a olhos vistos, só não vê quem não quer. Sobre o bairro do Lagedo, esse bairro só ainda não foi requalificado, por culpa de algumas pessoas, queríamos fazer um bairro bonito, com um arruamento lindo e alguns elementos, não é o povo do Lagedo, isso era o que faltava! alguns elementos do Lagedo e alguns se calhar dos que tem as tais fossas a céu aberto não queriam uma rua com passeio, queriam outras coisas... queriam ter protagonismo político e aí teve que ser requalificado, o projecto de alinhamentos que existiu, teve que ser alterado e agora temos o projecto já publicado, esteve em discussão pública, está legalmente em condições de se fazer a obra, portanto não há problema nenhum, em Fragosela temos alguns problemas por isso é que andamos em obras e por isso é que temos, dois mil e sete e dois mil e oito um orçamento da Câmara Municipal já negociado cerca de sessenta mil contos de obras algumas já com projectos para arrancarem brevemente e temos o bairro do Lagedo precisamente na lista de obras prioritária para dois mil e oito a dois mil e nove”. -----

- MESA – Dá a palavra à Senhora Deputada Graça Pinto. -----

- DEZASSEIS – SENHORA DEPUTADA MARIA DA GRAÇA MELO CABRAL MARQUES PINTO (BE) – Pede a palavra para responder do seguinte modo: “Obviamente Senhor Presidente da Junta de Fragosela não vim aqui para “arremessar pedras”, passe a expressão, nada me move, antes pelo contrário tenho toda a consideração pelo trabalho dos Senhores Presidentes de Junta e das Juntas de Freguesia. As questões que eu vim aqui colocar de facto, tem vindo a lume em diversos Órgãos de Comunicação Social, não me foram transmitidas por um ou dois cidadãos como aqui foi sugerido, que tem alguma rivalidade política com o Senhor Presidente de Junta, eu tenho aqui recortes de jornais desde dois mil e três sobre estas questões, com notícias de vários cidadãos alguns deles parece-me que nunca tiveram ligação, nem próxima, nem distante com o Bloco de Esquerda, nem contactos sequer, e colocam estas questões e comunicaram estas exactamente a quem poderia divulgá-las, aos média, e falam exactamente de infiltrações de água, de fossas mal construídas eu não disse a céu aberto, mal isoladas, foi o que eu disse, em cursos de água. Não fui eu que inventei, não fui eu que sonhei, com notícias que dizem que os cidadãos estão de facto preocupados, com a atraso do alargamento da rua do Lagedo, como estão preocupados com problemas de salubridade e como de facto de ter fotografias com escorrências de fossas mal isoladas e de problemas de isolamento que são graves para a saúde pública, tenho fotografias isto não é inventado. Isto não põe em causa Senhor Presidente de Junta, e nós temos que ter humildade, todos nós de reconhecer que paralelamente da obra bem feita, temos aspectos que estão por resolver a nível das nossas competências, portanto não leve a mal, nem entenda isto como algum ataque pessoal, longe de mim, nem tenho qualquer contencioso e não é o meu estilo. Portanto a questão que está aqui e eu estou aqui em nome dos interesses das populações, que me vincularam e me fizeram chegar estas preocupações”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- DEZASSETE – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Vou tentar ser breve também, as perguntas que foram colocadas não foram muitas à Câmara, mas eu vou tentar responder aquelas que fui expurgando naturalmente. Sobre a primeira intervenção, são conhecidas as demarches



sobre a ligação rodoviária é um longo rosário que conhecem e também conhecem o desenvolvimento da forma como foram apresentadas, tudo foi público, acho que defendemos pelo menos o nome de Viseu, tentamos defende-lo e acho uma feliz coincidência, veio o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que também é Deputado da Nação dizer agora que na Lei dos Municípios que fazia parte da nossa NUT três, já nem faz parte, e Mortágua não sei se foi por coincidência, mas foi aí exactamente onde foi apresentado o estudo da Auto-Estrada, feliz coincidência de facto. Nós concordamos que as Auto-Estrada são para esbater as assimetrias, mas também gostaria de dizer o seguinte e em relação às duas intervenções sobre auto-estradas, cuidado com o anunciar, e o fazer se não tinha que me socorrer aqui de um Deputado desta Assembleia que já não faz parte mas toda a gente se deve recordar com certeza com alguma saudade, e deve estar aí nas actas da Assembleia o Senhor Deputado Augusto Oliveira, que em determinada altura sugeria ao Presidente da Câmara uma série de coisas, algumas se calhar até tipo Júlio Verney, mas para dizer quando elas aparecessem-se para dizer que era o Augusto de Oliveira que as tinha feito. Estamos ainda no domínio do prometer e eu lembro a propósito, pode-se prometer, fazer, outros a prometer, outros a inaugurar, não há nenhuma coincidência temporal, basta dizer que este Governo... e também foi dito pelo Senhor Ministro publicamente, inaugurou duas auto-estradas que estavam concluídas, deixaram-nas concluídas e muito justamente inaugurou-as, mas portanto entre o inaugurar e o propor, são momentos bem distintos, ficamos a aguardar. Também me lembro muito bem, que foi no Salão da Câmara Municipal onde um dos primeiros estudos foram feitos, em dois mil e três, vejam lá o primeiro estudo sobre esta auto-estrada, quantos titulares já passaram? Portanto eu congratulando-me com o anúncio vamos aguardar a auto-estrada pronta e também por o resto que vem aí. Como foi aqui referido por as ligações aéreas no passado, concretamente quando elas foram anuladas e reatadas, esqueceram-se de Viseu, isto é também um facto. Ainda agora foram reatadas para a capital de Trás-os-Montes e para Bragança, e Viseu não está incluído, podemos dizer que as coisas que eram adquiridas, depois podem não o ser. Sobra a rede ferroviária, é aquilo que é dito por um Ministro, a ligação à linha da Beira-Alta, nunca mais ninguém falou nela, os requerimentos sucessivos que eram feitos no anterior Governo, deixaram de o ser e parece que aquilo que foi dito e aquilo que eu ouvi, é que teremos ligação ferroviária através de alta velocidade em dois mil e dezassete, isto satisfaz de facto os presentes. Podemos estar aqui também a fazer uma Moção, a regozijarmo-nos com isso. Eu não voto, mas se votasse não contaria o meu voto favorável, naturalmente. Acho que sobre auto-estradas estamos conversados, sobre o PRACE eu gostaria de dizer que comungo em absoluto com o que foi dito, com muito conhecimento de causa, o Senhor Presidente da Assembleia e aliás a Moção foi aprovada por unanimidade, dá logo para nos congratularmos, mas eu gostaria de vos lembrar a forma envergonhada como foi tratada esta Direcção Geral da Inspeção do Trabalho, eu conheço-a muito bem, nem os Senhores tiveram coragem de a anunciar, já estava instalada há muito tempo quando se vieram regozijar, porque ela está tão envergonhada, numa casinha na Avenida António José de Almeida que ninguém sabe o que é que faz, e fiquem a saber os Senhores Deputados que as quatro ou cinco pessoas que lá estão, tem a cobertura de cem Concelhos, se ficam muito satisfeitos com isto! Eu não sei de facto se é esta a compensação de PRACE. Também acho que era capaz de não compensar, tudo aquilo que eventualmente não é contemplado, de facto não vejo muita gente a preocupar-se com isso. Sobre a Lei do Associativismo Municipal que foi aqui trazida pelo Doutor Almeida Henriques, eu gostaria de dizer que ela matou de facto, aquilo que estava escrito com toda a legitimidade, mas é uma morte de três anos de atraso com todas as consequências que aí advêm, o que é facto é que nós com três anos de atraso anunciamos que íamos matar uma Lei que estava em vigor, matamo-la três anos depois, com todas as consequências. Até com esta consequência curiosa, as



comunidades urbanas e as áreas metropolitanas continuam a receber dinheiros do Estado o que não deixa de ser curioso, deixaram-se a marinar, para depois se matarem desta forma. Eu gostaria de vos dizer contemplando elas uma boa parte daquilo que a Associação a que presido refere, que há lá uma série de situações com que eu não estou de acordo e portanto o farei no lugar próprio. Também direi essa posição ao afastamento dos Municípios Portugueses em relação à Lei do Associativismo Municipal. Estando nós conscientes de que acolheu muitas das nossa reivindicações, depois quando se diz da sede da Região de Turismo por exemplo que é aqui levantada, gostaria de dizer que a Câmara Municipal, se calhar única, fez a tempo escrevendo à tutela, que já cá temos a sede, gostaríamos de manter a sede da Região de Turismo aqui, espero também que não seja só a voz isolada da Câmara a fazer este trabalho, possivelmente haverá mais gente com mais responsabilidade nesta matéria no diálogo com a Administração Central. Depois dizer o seguinte, eu estou de acordo quando se diz que Viseu perde importância, mas cuidado perde-a naquilo que é conteúdo funcional da Administração Central, só aí de resto nós não deixamos os Autarcas que Viseu perca importância, a importância que tem perdido é naquilo que a Administração Central, sediada em Lisboa nos retirara ou não nos dá. Nós não deixaremos que Viseu perca importância, tem subido a importância e apesar de tudo, apesar de haver gente a nadar ao contrário, portanto o que significa que quem cá está tem feito um esforço redobrado, mas Viseu tem ganho importância e de que maneira, de forma muito notória, ganharia muito mais importância se não houvesse gente a remar ao contrário, mas ainda há nomeadamente naqueles barcos junto ao Terreiro de Paço, há gente a remar ao contrário, mas portanto não deixarei dizer de que Viseu perdeu importância sobretudo no contexto Nacional, não é verdade. Sobre o prato quente com algumas surpresas, eu não sei se a confusão quando o Doutor Almeida Henriques, o Senhor Presidente da Assembleia, chamou o Doutor João Cruz ou o Doutor Ribeiro de Carvalho, para falarem mas não sei quem confeccionou esta situação, mas há uma coisa que os Senhores podem ter a certeza o Presidente da Câmara tem a obrigação de adivinhar quais são as questões a serem postas, e prepara-se convenientemente para elas, também o fiz. Eu já sabia que essa questão ia aqui ser colocada, preparei-me muito convenientemente para ela, para dizer ao Senhor Deputado o seguinte: A primeira coisa, acho estranho que sempre na Câmara, uma coisa que sabe que delegamos nos seus colegas juristas, a pergunta que me fez, foi colocada aos seus colegas avençados da Câmara e ao Departamento Jurídico e mandei-os tratar com o Senhor Deputado, acho que foi a forma mais clara de o fazer e portanto tudo aquilo das informações que pretender, são tratadas assim, não é o Presidente da Câmara que vai corrigir os dados. Ficou muito preocupado, mas parece que foi a primeira vez, vamos ter a Câmara Municipal com esse cenário negro que traçou de tanga, podemos vir a pagar quinze milhões de Euros, meu Deus! Temos a Câmara Municipal de tanga, aquilo que eu ando a dizer é um pouco contrário a isso, nós dizíamos que tínhamos a situação equilibrada e o Senhor quis deixar aqui a ideia... calma lá, o contencioso sempre existiu, o contencioso não é da responsabilidade da Câmara, como sabem, a Câmara defende-se do contencioso. Se ninguém colocar a Câmara no contencioso, a Câmara não o fará por sua livre iniciativa por isso é que temos os assessores jurídicos e os advogados avençados, portanto vivemos nisto há muito tempo vamos dando resposta, pagamos se formos condenados, não pagamos se não formos, isto é uma dialéctica completamente normal. Gostaria também de os ver preocupados, se por exemplo o Estado Membro, Portugal com aquilo que se diz em Bruxelas, que pode vir a ser multado, pode vir, pode não vir? Nós podemos perder em Tribunal e podemos não perder e portanto, estar a projectar uma eventual punição da Câmara, ainda por cima com uma coisa muito curiosa e teve o cuidado de se relevar, eram expropriações, quantas vezes nós trouxemos aqui isto, é porque não há a coragem de fazer um Código Expropriativo, é porque não há a coragem de fazer intervir no sentido de que as



expropriações tenham o preço justo, assim como a Norte custam muito mais as expropriações que a obra em si, a não ser que a Câmara não faça obras, não faz obras não faz expropriações a Câmara não tem os terrenos tem que os expropriar e portanto quando as pessoa não estão em acordo vão para o Tribunal e a Câmara sujeita-se naturalmente. Agora queria dizer-lhe o seguinte: Tomaram os Portugueses todos e este Fórum com certeza também gostaria de o ouvir, que o País tivesse em termos financeiros como a Câmara Municipal de Viseu, se calhar era agradável. Com as contas tão arrumadinhas eu queria garantir que enquanto nós aqui estivermos, temos a casa direita não fique preocupado, nem alarme os Visienses porque não há nenhuma razão, antes pelo contrário. Já agora queria dizer-lhe uma outra coisa, teve alguma dificuldade em ler o ROC “Revisor Oficial de Contabilidade”, depois do envio à Assembleia Municipal eu pedi um esclarecimento ao ROC e tenho-o aqui que o vou ler, penso que ficam esclarecidas de uma vez por todas as questões que aqui trouxe, sabe o que é que o ROC diz: Espero que entenda esta linguagem e que fica tudo esclarecido. Compreendemos o constrangimento sentido pela Câmara Municipal na elaboração das demonstrações financeiras do Município de Viseu, relativamente aos investimentos financeiros, registados no balanço e reportado à data de trinta e um de Dezembro de dois mil e sete, eu gostaria que tomasse atenção, as Entidades participadas pelo Município estão em prazo para encerrar e aprovarem as suas contas até ao dia trinta e um de Março de dois mil e sete, o Município tem que emitir as suas contas até ao final do Mês de Março e aprová-las até ao final do mês de Abril e depois remata assim, na realidade os processos de encerramento e aprovação das contas ocorrem em simultâneo e é difícil, se não impossível apesar do esforço efectuado. Reflectir as demonstrações financeiras do Município em formação correcta e adequada sobre os investimentos financeiros e empates de capital, está aqui a sua dúvida, não está? O que veio dizer o Senhor Revisor Oficial de Contabilidade, é que por os prazos serem os mesmos, que é impossível à Câmara fazer aqui reflectir isso, mas é bom que a gente deixe assim algumas coisas para trazerem aqui, pois nós depois vimos demonstrar que sabemos o que estamos a fazer. Eu sabia que o Senhor ia pegar nisto, tanto sabia que tenho aqui os documentos, e eu não lhe respondi ali, como tanto me apetecia, por isso o Senhor tenha calma. O que o Senhor trouxe aí, eu tenho aqui e tinha a resposta, esta é que o Senhor não tem. Portanto eu lamento mas tenho que tratar das coisas, de uma outra maneira, porque assim não me parece, “passe a expressão, um jogo muito limpo”. O Deputado Pedro Antunes perguntou-me o que é que queremos fazer, eu vou dizer-lhe o que é que vamos fazer... Quando me perguntou a definição de Parque Tecnológico, nós conhecemos muito bem e não conhecemos apenas o Tagus Parque, conheço todos os Parques Tecnológicos de Oeiras, inclusivamente aquele onde habitualmente a Selecção Nacional estagia. Estagia num Hotel num Parque Tecnológico, esse é o nosso conceito de Parque Tecnológico é um sitio onde não haja um Parque Industrial apenas, nem o Parque Empresarial mas localizadas instituições do saber, uma série de coisa ligadas à ciência e à tecnologia, onde se podem instalar, isto é o que estamos a preparar no Parque Tecnológico de Lordosa-Campo. Queria dizer-lhe mais, nós avançamos com esta primeira fase, esperando naturalmente e isto os Senhores com certeza que o verão lá, a elaboração de uma estrutura fundamental que era a rede viária que permitiu a ligação entre o nó de Moselos e a Estrada número dois, condição sinequanon para iniciar o Parque e o que decidimos agora exactamente, porque o entregamos à Gestin. Toda a gente sabe que a Gestin é que vai gerir este Parque, nós começamos com as infra-estruturas para não prejudicar esse andamento, reflectindo depois no pacto social, parece que foi uma ideia óptima. Esta estrada tem três quilómetros de extensão, portanto não era necessário como habitualmente se fazia com os Parques mesmo empresariais ou industriais, acabar todo o Parque infra-estrutural, para depois se começar a encher as gavetas com as Empresas. Este Parque tem esta metodologia diferente, sem perder de vista



o macro-plano que define o Parque e todas as suas infra-estruturas, estamos agora em condições de sediar uma série de Empresas, não perdendo como disse onde vai ficar a ETAR, o PT, onde vão ficar todas as infra-estruturas, portanto neste momento havendo interessados, que já sabemos que estão na Gestin a pedir para se instalarem, já é possível indicar um lugar sem correr nenhum risco de atrofiamento do futuro, não sei se me fiz entender, isto é que vai ser a filosofia do Parque Tecnológico. Também tivemos o cuidado, de o instalar junto de uma importante malha viária a “A vinte e quatro e a numero dois”. Já agora deixe-me dizer-lhe uma coisa e atrasou-se muito, por causa do corredor da A vinte e quatro, o nosso macro-plano inicial tinha determinada configuração, que foi atravessado perifericamente com a A vinte e quatro, já fomos nós que a seguir tivemos que adequar o macro-plano por causa do corredor desta, agora está adequado, o início da obra, esperamos pelo menos o início do processo começou agora, vamos lançar a obra com o decorrer e o tempo necessário que é digamos obrigatório, e naturalmente começa uma grande infra-estrutura há muito desejada, o Parque Tecnológico de Mundão Lordosa. Depois foi-me colocada uma questão da Senhora Deputada, por causa da Cidadania Activa, eu gostaria de lhe dizer Senhora Deputada da Cidadania Activa, não sei se ainda tinha tempo para lhe fazer o convite, na próxima terça-feira vou intervir sobre esta questão juntamente com o Senhor Professor Lobo Antunes numa cerimónia no Barreiro, se quiser aparecer, eu depois explico-lhe o que é o nosso conceito de Cidadania Activa, é evidente que é um pouco diferente do seu. A Senhora Deputada o que veio dizer foi o seguinte: O que é que é feito do Pró-Viriato? Veio dizer que havia um e-mail da Comissão Coordenadora que tinha um movimento, até houve um buzirão, sabe disso? O que é que foi feito? Primeiro queria dizer o seguinte: Um dos elementos da Comissão Coordenadora que durante muito tempo também veio a público, veio trazer à Câmara o seguinte, eu posso ler-lhe um e-mail a dizer assim: “Senhor fulano, antes de mais gostaria de pedir desculpas por alguns possíveis excessos de linguagem da minha parte em relação à sua pessoa, neste momento pretendo esclarecer os seguintes pontos: A minha actividade Pró-Viriato findou no dia em que a Comissão foi recebida nesta Câmara, sendo comunicada a decisão sobre a Rotunda ao maior número de pessoas interessadas, mesmo tendo uma opinião fundamentada sobre o comportamento da Câmara neste processo, recuso-me a divulgá-la sobretudo, e sobre ela emiti quaisquer juízo de valor para quem quer que seja, tudo aquilo que outras pessoas digam ou façam sobre o mesmo assunto é completamente indiferente ainda que interiormente lhe possa ou não ser indiferente. Enquanto cidadão a questão da Rotunda junto à Escola de Viriato deixou de me interessar. Gostaria de lhe acrescentar uma outra coisa ao contrário do que disse a Escola Viriato foi a favor da semofarização em detrimento da Rotunda, Senhora Deputada eu posso mostrar-lhe documentos e portanto a Rotunda está lá, a semofarização está lá o único movimento que gerou foi um buzirão, até que percebemos que ela de facto não estava ligada pela Certiel mas nós respondemos também por isso mas neste momento está ligada não haverá mais nenhuma obra naquela estrada. Está a semofarização feita e portanto fique a contar que não haverá mais nenhuma obra naquela estrada, sobre a questão da Cidadania aqui também entendemos exactamente desta forma, ótima como o Senhor Presidente da Junta lhe veio trazer. Acha que o primeiro responsável pela Freguesia é o Senhor Presidente da Junta de Freguesia foi ele que lhe deu a resposta. A Cidadania Activa é nós sabermos exactamente com as Juntas de Freguesia os mesmos dossiês e sabermos exactamente aquilo que as instituições quando colaboram querem. Se o Senhor Presidente da Junta deu exactamente a resposta sobre esta questão. Já quanto a outras questões que levantou que soube pelos media, nem sequer me vou pronunciar sobre isso, a Senhora disse que talvez não soubesse em termos partidários, nós até acreditamos, temos que negar aquilo que a nossa vista vê, mas isso é outra coisa. Sobre a questão trazida aqui pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Côta eu gostaria de dizer que também ficámos satisfeitos com o



anúncio da requalificação da estrada, mas de facto ela ficou à espera de uma coisa que não lembra o Diabo. Sempre se disse que a estrada duzentos e vinte nove não foi requalificada por causa da DIA (Declaração de Impacto Ambiental) apenas por causa de uma estrada em Tabuaço onde na reunião com o Senhor Primeiro Ministro foi dito que era uma vergonha e o Senhor Primeiro Ministro disse que era possível levantar a necessidade de declaração de Impacto Ambiental e esta mesma posição foi feita para a duzentos e vinte e nove, por isso é que é possível dizer que esta estrada pode arrancar muito rapidamente, porque aquilo que era uma necessidade absoluta a Declaração de Impacto Ambiental deixou de ser, aliás deixe-me dizer que tem a minha concordância, a estrada está lá, se lhe fossem fazer grandes obras tudo bem, mas não, vão exactamente mexer naquilo que lá está, é pôr-lhe apenas uma camada por cima, era óbvio que se houvesse algum impacto ambiental já estava a ser causado e portanto percebemos e também percebemos que quando se diz da necessidade da declaração de Impacto Ambiental era apenas para fechar os olhos, não havia nenhuma Declaração de Impacto Ambiental nem a sua necessidade, ainda bem se as coisas terminarem assim, óptimo. Já agora gostaria de terminar assim e dizer que estou perfeitamente de acordo com a alternativa que foi referida por mim, por o Senhor Presidente da Câmara do Sátão e por muitos outros Autarcas, também servidos pela estrada que defendem que esta estrada a partir sobretudo daquela fatídica recta da Barraca é uma estrada nitidamente urbana, o cruzamento de Cavernães, Cepões para Viseu é nitidamente urbana, não pode ser aquela a resposta duma estrada Nacional..., já agora deixe-me dizer-lhe é bom que vá passando o tempo porque eu tenho pena de não ter registado em favor da Câmara Algumas patentes porque aquilo que alguns dos Senhores não aqui, iam apoucando ou tentavam apoucar a Câmara de Viseu com as Rotundas, agora pegou e de que maneira, para aquelas estão projectadas umas quatro ou cinco, são oito. Não foi o Fernando Ruas que as projectou, é uma Estrada Nacional, também não fui eu que disse para fazerem cinco rotundas na número dois, na zona de Vila Chã de Sá, só num bocadinho foram treze rotundas e mais aquelas que estão na estrada de Abraveses, na ligação de Moselos ao Campo, vejam lá quantas rotundas é que plantaram, também aprenderam, não são as ideais, algumas estão mal feitas mas também aprenderam. Só para lhe dizer o seguinte, este troço não nos serve como resposta à duzentos e vinte e nove, ninguém pensa que todo o trânsito que drena do Nordeste Português e como sabem o grande problema da duzentos e vinte e nove, é que por ali vem o tráfego de Vila Nova de Paiva, do Sátão, sei lá, de todos aqueles Concelhos a Norte, de Moimenta da Beira, Tarouca, vem tudo dali e portanto aquilo não pode ser a resposta. O que nós pretendemos e colocamos ao Senhor Secretário de Estado, foi que fizesse a ligação da Recta da Barraca ao Caçador isso numa estrada nova resolve os problemas, são meia dúzia de quilómetros ainda por cima numa zona que não tem grandes problemas em termos de impacto, nem sequer de habitações e ficávamos com o problema resolvido de uma vez por todas. Os cidadãos que fizessem o atravessamento não precisavam de vir à cidade, quem viesse para a cidade podia vir por ali, ou podia não vir, então se vier com tempo e vier por a tal estrada, vai ser mais uma estrada urbana, que outra coisa vai ser? Não devia meter a foice em seara alheia, mas também ouço o Senhor Deputado Ascensão dizer que não foi aquilo que queria dizer, mas é o que está na Acta, não houve nenhuma correcção à Acta é porque eventualmente é o que lá está”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar esclarece o seguinte: “Acabamos o período “Antes da Ordem do Dia”. Oh! Senhor Deputado o Período antes da Ordem do Dia tem regras, como sabe há primeiro um conjunto de Senhores Deputados que fazem as intervenções que entendem e depois há sempre um período na parte final que o Senhor Presidente da Câmara pode usar da palavra. Oh! Senhor Deputado tem já um período a seguir que pode usar da palavra, que é no período de informação sobre a Actividade Municipal e portanto no período Antes da Ordem do Dia, ele é sempre desenvolvido



assim: Há primeiro um conjunto de intervenções, o debate, a própria Assembleia aprova o que tem que aprovar e no final dá-se a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para ele responder a algumas questões que foram suscitadas, depois a seguir, entramos no Período sobre a Actividade Municipal, onde tudo cabe. Aliás em bom rigor, muitas das questões que foram colocadas aqui no Período Antes da Ordem do Dia deviam ser colocadas agora no Período de informação do Senhor Presidente da Câmara, mas isso enfim, é a liberdade de cada um dos Senhores Deputados. Podem ter todas as possibilidades de intervir no ponto seguinte, está bem? E de facto há aqui muita confusão, muitas vezes os Senhores Deputados levantam questões no período antes da Ordem do Dia, que cabiam era aqui no período de informações do Senhor Presidente da Câmara. Haverá toda a oportunidade de o fazer agora. Senhor Deputado se ler a Lei, o que ela diz, é que há um período de informação do Senhor Presidente da Câmara, em que tem que ser entregue com uma determinada antecedência o texto, agora nada diz na Lei que a informação do Senhor Presidente da Câmara está confinada à intervenção escrita aqui entregue na Assembleia, a prova é que se formos às várias Actas, é recorrente na Assembleia Municipal no período de informações, o Senhor Presidente da Câmara nunca se negou a responder a qualquer questão que lhe seja colocada no período de informação independentemente da intervenção escrita. Por isso todos os Senhores Deputados têm toda a legitimidade para no período de informação pedirem aquilo que bem entenderem de informações ao Senhor Presidente da Câmara, que as dará com certeza com todo o gosto. Vamos entrar no Ponto Um “*Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a Actividade Municipal nos termos da alínea e) do número um do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove de mil novecentos e noventa e nove de dezoito de Setembro.*” Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a sua intervenção nesta Ordem, que houve aqui um acordo entre nós que irá haver uma parte da intervenção do Senhor Presidente da Câmara que é a informação escrita e haverá depois uma apresentação que será feita neste mesmo Ponto. Senhor Presidente tem a palavra, esteja à vontade e use o tempo conforme achar mais indicado para esclarecer esta Assembleia”. -----

DEZOITO – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Eu fazia duas sugestões, mas permita-me que faça uma nota de rodapé. O Doutor Ribeiro de Carvalho teve oportunidade de me dizer que não saia por desconsideração e eu sei disso, mas também, não é por desconsideração que vou dizer aquilo que digo na sua ausência. Eu aceito todas as perguntas que me colocarem, mas também ninguém me condiciona as respostas, as respostas que eu quero dar são aquelas que eu quero dar, aquelas que darei. Em relação às perguntas concretas, não levantem mais ondas porque são aquelas. Também gostaria de dizer ao Senhor Presidente e aos Senhores Deputados, que não me furtarei, às vezes é com excesso de entusiasmo, mas se há actividade que me agrada, é esta actividade meio parlamentar aqui na Assembleia Municipal. Portanto darei sempre todas as respostas que eu souber, discutirei todos os assuntos, estejam à vontade, umas vezes com mais entusiasmo do que outras, mas para mim não há nenhum assunto tabu, quem eventualmente achar que o Presidente da Câmara fica preconceituado com questões, pode abandonar essa ideia, que eu não fico. Todas as questões para mim são passíveis de resposta, algumas não são, mas não fico nada preconceituado com isto, é só isto. Senhor Presidente uma sugestão, que lhe queria fazer, é face à intervenção que tenho escrita, eu achava conveniente, pensava que isso não tinha sido dito, acordado e não sei se foi? Passávamos primeiro a projecção, e depois faria a leitura, digamos é muito mais esclarecedor se eventualmente se fizer a projecção agora, com a leitura posterior. Estou aqui disponível, já pronto para comentar é só apagar a luz”. Neste momento a pedido do Senhor Presidente da Câmara a Sessão é interrompida para a projecção de um filme sobre Viséu”. Decorridos trinta e cinco minutos, tempo que durou a projecção...” -----



- MESA – Dá novamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- DEZANOVE – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Usa da palavra para intervir da seguinte forma: “O facto de terem permitido esta apresentação daquele primeiro filme sobre o plano estratégico, quer agora deste esboço da regionalização urbana. Leva-me a dispensar ler-vos a intervenção escrita que preparei que é longa e que de facto está condensada, eu preferia comentar. Em primeiro dizer, já tenho ouvido alguns comentários que são muitas apresentações, nós já o fizemos, esta é a terceira vez. Nós achamos que não, fizemos em três locais perfeitamente definidos. Uma primeira apresentação no Centro Histórico, concretamente no Centro Paroquial de São José, com muita gente, respondendo e dando azo a um compromisso que tínhamos assumido, que era fazer apresentar este estudo publicamente e portanto fizemo-lo aí, com grande participação diga-se de passagem. Este segundo filme que viram, foi feito com os parceiros numa assinatura de protocolos, hoje no Fórum, talvez mais político a Assembleia Municipal. Gostaria de vos dizer que nós apresentaremos este Estudo, este Plano as vezes que forem necessárias. Não fico também preconceituado pelo facto de me dizerem que agora já é muita vez, para quem andou sempre a dizer que não havia divulgação do Estudo, agora estamos todos à vontade para o conhecer. Pela primeira vez, há um Estudo Estratégico sobre o que queremos para o Centro Histórico e o que queremos para o resto da Cidade. Portanto, eu gostaria de começar a afirmar que para chegarmos aqui é preciso uma grande Urbanização Prévia, estes estudos não apareceram por acaso e eu queria ressaltar aqui, que isto tudo advém da construção da Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu que é presidida pelo Senhor Presidente Doutor Américo Nunes, que tem feito um trabalho espectacular, juntamente com os técnicos no Centro Histórico. Este projecto inicialmente foi aqui trazido, é um projecto muito ambicioso como se calcula, mas que vai ser complementado naturalmente com este projecto de regionalização urbana. Nós achamos que de facto, isto é que é promover a Cidadania Activa, nem achamos que seja de outro modo. Apresentar os Estudos, deixá-los à análise das pessoas, nós distribuímos também suporte fundamental para o efeito, e depois deixamos que surjam as propostas. Sei que não há tempo, com certeza ainda não houve tempo, não foi apresentada nenhuma proposta na Câmara até agora, mas naturalmente que aguardamos pelos contributos que são sempre bem vindos. Fá-lo-emos chegar aos autores do Plano Estratégico e portanto, juntamente com a Câmara analisaremos se são *apports* para ser incluídos no Estudo, ou não. Gostaria de vos dizer que em relação há segunda parte a maioria destas obras, não são obras que estejam ali no papel, para serem lançadas ou para começarem agora, uma boa parte delas está a concurso, outras já estão consignadas e algumas, a perimetral do Parque Urbano da Aguieira, está concluída, aguarda apenas a conclusão da ligação ao Tribunal, mais concretamente à Avenida da Europa, para ficar perfeitamente completa. Aquilo que está ali não é um documento de intenções, é só uma projecção do que se vai fazer no futuro. Uma boa parte daquelas obras, ou está em andamento, algumas estão para lançar e outras já foram lançadas. Gostaria de acrescentar mais três, que são obras que para nós fazem regionalização típica, e que eu gostaria de trazer a esta Assembleia, embora não estejam ali muitas delas já foram conseguidas, depois disso e falo em três perfeitamente paradigmáticas. Uma é a requalificação da Casa do Cruzeiro, depois de alguma dificuldade, contactamos um dos proprietários para definirmos exactamente a requalificação da Casa do Cruzeiro, para quem não sabe é aquele edifício bonito a caminho do Fontelo, acertámos também isto com o proprietário. Disponibilizando-se a Câmara, caso não houver recuperação por parte do proprietário mas em consonância com o mesmo poder mesmo vir a ter a sua aquisição, mas é um património que queremos preservar, porque além da sua localização, tem uma traça bonita e é uma mais valia para o nosso património edificado. Uma outra coisa que gostaria de vos anunciar, temos tudo pronto para lançarmos as obras no Hospital, o largo do antigo Hospital vai ser



requalificado, de uma forma muito cara, tenho que o reconhecer, mas a Câmara achou que dava, até a conclusão da Pousada naquele edifício, que devia ter alguns cuidados no edificado em frente do mesmo e portanto mesmo com alguns compromissos assumidos anteriormente, a Câmara lançou mão à obra, tem agora que despende algumas somas com algum valor, tenho que o reconhecer, mas vamos deixar que toda a frontaria da futura Pousada fique desafogada, numa solução que nos parece muita engraçada. Escadório desde a chamada Rua da Policia, até à frontaria da nova Pousada e vamos ao mesmo tempo concluir a ligação daquela rua, que não tem grande utilidade neste momento ou não tem toda a utilidade. Em frente das escadas da Pousada, ligá-la à Rua Alexandre Herculano que era uma velha aspiração nossa, portanto dentro de pouco tempo, temos aquele quarteirão perfeitamente definido. Por fim uma última novidade, iniciamos os contactos com o proprietário da antiga Papelaria Dias na Rua Direita, o Senhor Professor Figueiredo Dias, com quem acertamos a aquisição da casa para instalar a Judiaria, tivemos o cuidado de saber se na Judiaria tinha havido uma Sinagoga, os peritos na matéria tiveram uma preocupação muito profunda nessa matéria, nós já acertamos com o proprietário, estamos neste momento na fase de avaliação para instalarmos ali a tal sinagoga, que foi em tempos. Eu gostaria de vos dizer, se há alguma expectativa no Roteiro Cultural que temos, é concluir uma Rede de Museus, que englobe Museus Nacionais, Museus Privados e Museus Municipais, tem a ver meter no mesmo pacote o Museu Grão-Vasco, Arte-Sacra, Núcleo Museológico da Misericórdia, esta Judiaria que vos falei e o Museu Militar, são um grupo de Museus que muito próximos poderão ser uma Cartaz para quem nos visitar. Eu gostaria apenas de referir Senhor Presidente, mais exaustivamente, para não vos maçar, as obras que pretendemos com esta Regionalização Urbana, esta engloba muitas Entidades que tem interesses e que são de carácter público, como sejam: A Santa Casa da Misericórdia, a Fábrica da Igreja Paroquial do Coração de Jesus, a Associação Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Reformados, o Centro Social de São José, o Centro Social de Santa Maria, a Escola de Santo António, o Internato de Santa Teresinha e depois a Associação de Comércio do Distrito de Viseu, a Associação de Restaurantes e similares de Portugal e a Região de Turismo Dão Lafões. Englobamos também a Diocese, o Tesouro Museu da Catedral de Viseu, O Orfeão de Viseu, o Centro de Artes, o Centro Cultural Distrital, a Companhia Paulo Ribeiro e a Associação de Andebol. Por último como Entidades Parceiras no domínio da investigação científica, englobamos a Escola Superior de Tecnologia e a Universidade Católica. Dá para ver que são uma série de investimentos, cujo valor ascende a dez milhões de Euros e que são distribuídos da seguinte forma: Uma boa parte como disse e eu vou tanto quanto possível dizer em que situação é que estão. Vai haver a requalificação dos chamados investimentos públicos são: A Praça da República vai ter uma grande requalificação no aspecto do imobiliário urbano, fundamentalmente também com um trajecto especial moderno para deficientes, de maneira que um cidadão deficiente visual, com o tacto no pavimento, dirigir-se-á a todos os locais da Praça da República. Vamos requalificar a Avenida Alberto Sampaio, com um custo que também já foi feito, basicamente o que queremos é devolvê-la aos peões tanto quanto possível. Apertá-la na malha viária, alargar-lhe os passeios e mudar todos aqueles colectores de redes de água que já são muito antigos. O Parque Aquilino Ribeiro foi uma obra que já apresentamos também, está em condições de lançamento. A Avenida dos Bombeiros Voluntários, não é aquela que está junto aos Bombeiros, mas é a parte de baixo e também a Rua José Branquinho, essa sim, junto aos Bombeiros. Já agora também para se perceber alguma planificação, fomos fazendo para lançar estas obras, aquando da conclusão do Parque Linear para eventualmente não colidirem e para não estarmos a estragar uma obra que eu penso que em pouco tempo os visenses poderão utilizar à vontade. A remodelação envolvente do Bairro Social Primeiro de Maio, penso que esta já é conhecida, e portanto



penso que na própria ACRU, vamos requalificar a Rua dos Carvalhos e o Largo das Quintãs. A construção de novo do acesso viário à via pedonal, a perimetral é uma via que está feita penso que um destes dias quem tiver mais curiosidade pode visitar, ela está concluída, mas falta-lhe uma parte muito pequenina que liga às traseiras do Tribunal na Avenida da Europa e a intenção foi como já deram conta, um armazém que havia ali foi demolido porque o acesso viário passa por ali com ligação à perimetral. Dentro de pouco tempo, porque também já está concluído, faremos a ligação de onde ficou parada a Ecopista exactamente até ao Tribunal, porque digamos está concluída e inclusivamente com o mobiliário urbano muito agradável. Senhor Presidente em traços largos, digamos que era isto que gostaríamos de fazer com a Santa Casa da Misericórdia, vamos através de um Centro de Interpretação valorizar uma parte substantiva do património, com o apoio do ATL, a Fábrica da Igreja do Coração de Jesus, aliás uma grande apoio que a Câmara está a fazer com esta Instituição, e que digamos, dará corpo há obra que neste momento já é visível junto à Igreja Nova. A Associação Nacional dos Reformados, como sabem, vamos construir, aliás já começou a construção de um espaço intergeracional onde seja possível os reformados, num espaço no Centro Histórico, portanto não é em vão que os queremos colocar no Centro Histórico, possam ter exactamente as mesmas condições que tem esse espaço jovem que temos a funcionar aqui bem perto. Com a Associação Comercial de Viseu, é a recuperação do seu edifício sede, com o parceiro AREST, estamos com muitas expectativas nesta parceria porque vamos colocar no Centro Histórico numa obra que também está a decorrer uma Escola de Formação Profissional ligada à Hotelaria e portanto estamos à espera por essa via lançar algumas pessoas no Centro Histórico. A Região de Turismo terá um front-office no Centro Histórico, portanto ele só é ali colocado exactamente por esta situação. Vamos mudar, finalmente falando de duas coisas, recuperando aquela casa amarela ao lado do Teatro Viriato e ao mesmo tempo possibilitando que nos pisos superiores, já que os pisos inferiores estão ocupados, a adaptação para que a Companhia Paulo Ribeiro possa deslocar-se acabando com os espaços provisórios que tem hoje e que a Câmara paga também, “diga-se de passagem”. O Orfeão de Viseu tem uma obra prevista, espectacular para o antigo Matadouro, nós pensamos dentro de pouco tempo ter o seu início. Vamos ajudar o Centro Cultural Distrital Mirita Casimiro, também na sua sede, e portanto eu diria que para além da parceria que nos agrada muito com o Instituto Politécnico de Viseu e com a Faculdade de Arquitectura, que naturalmente desenvolverão potências no âmbito das suas actividades. O Politécnico vai monitorizar no âmbito do Polis, a Faculdade de Arquitectura vai fazer um trabalho de levantamento dos principais modelos etnográficos do casco histórico. Nós apresentamos já, e vou terminar por aqui, tentamos já esta candidatura no QREN dentro do prazo estabelecido, dia dezasseis, estamos perfeitamente convencidos que ela vai ser aprovada e eu acho muito sinceramente com algum tempo naturalmente. Fez-se em termos de planificação o primeiro estudo completo para uma regionalização urbana da cidade. Primeiro incidindo no casco histórico, com aquele estudo da Parque Expo e que agora está perfeitamente definido o que é que cada um faz, está definido através das Unidades Operativas que tiveram possibilidade de acompanhar, o que é que é da responsabilidade de cada um, dos privados e dos públicos. Nós pela nossa parte, como temos agora um Plano que já começamos o nosso trabalho, como sabem lançamos os Parques de Estacionamento, dois pelo menos previstos a trás do Museu Grão Vasco, onde foi a antiga sede da Polícia de Segurança Pública e também no Largo Mouzinho de Albuquerque, preparamo-nos dentro de pouco tempo, se Deus quiser, porque temos cuidado com aquilo que é menos difícil em termos de titularidade, espero eu, talvez o mais fácil seja uma obra que com toda a certeza, vai ter muito impacto que é a ligação da Rua Capitão Silva Pereira à Rua Direita, fazendo ali um bom penetrante no Centro Histórico. Acho como disse e agora para concluir, sabemos perfeitamente o que é que cabe a cada um



de nós, está tudo definido, é indicativo, mas esperamos todos cumprir nove ou dez anos para conclusão deste projecto. Eu fico depois a bater palmas da minha parte, a quem acabar aquilo que eu vou iniciar, irei com todo o gosto ao Centro Histórico, nesta carga de ser Presidente da Câmara, mas ficarei também à espera e deixarei muito trabalho a ser feito com toda a certeza, daqui por uns anitos, estejam a contar, portanto vamos deixar o trabalho bem feito no Centro Histórico. Já agora uma outra coisa, em relação a esta matéria, eu acho sinceramente que a marca da Expo, que nos agrada, não porque é um Plano Estratégico bem elaborado por técnicos que são reconhecidos, não só no País como no estrangeiro. Não há muito tempo, vi um projecto da Parque Expo em Budapeste e também sabemos agora, que a Parque Expo, ontem ou anteontem apareceu na próxima Expo em Saragoça, com o Pavilhão que nós queremos adquirir também, fica aqui uma notícia em primeira mão, vamos ver se o adquirimos depois da desmontagem. Achamos que em termos de planificação, temos um trabalho estruturado e planificado. Só mesmo para concluir Senhor Presidente, sobre esta minha informação, eu acho que aquilo que fazemos e que está previsto no Centro Histórico, agrada-nos. Porque pela primeira vez todo o território do Centro Histórico é abrangido com Unidades Operativas perfeitamente identificadas, onde é possível dizer que em cada Unidade Operativa, como é que ela se vai cerzindo, digamos com tudo aquilo que é proposto, sem perder a noção do conjunto, é possível a todo o momento actuar na Unidade Operativa oito, sem perder e sem nenhum problema o que se vai fazer na dois. Porque tudo aquilo está integrado, é evidente que vamos também ter algum cuidado na forma como se vão iniciar, sabendo que vamos iniciar, por aquilo que acharmos na nossa opinião, que é mais urgente. Definimos os Parques de Estacionamento como primeira prioridade, que já lançamos. Vamos depois, actuar naquilo em que é mais fácil, até para dar o exemplo e portanto naquilo que é titularidade da Câmara, não temos necessidade de grandes aquisições. Deixaremos o trabalho perfeitamente planificado para se fazer. No Centro Histórico e na Cidade vamos ter um trabalho, com alguma modéstia, acho que vai ser exemplar”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar intervém da seguinte forma: “Antes de dar a palavra às pessoas que o solicitaram, quero testemunhar a presença e o privilégio que tive na assinatura destes Contratos. Cumprimentar o Senhor Presidente, por este excelente ponto de partida e pelo grau de desenvolvimento enorme com muitas Instituições. Acho que na sequência das várias discussões que temos tido aqui, temos agora uma boa oportunidade de dar o nosso contributo crítico, nós cidadãos responsáveis, comerciantes, enfim todos os que têm um interesse directo no Centro Histórico para efectivamente o conseguirmos dinamizar”. De imediato dá a palavra ao Senhor Deputado António Espinha de Carvalho.” -----

- VINTE – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS) – Usa da palavra para dizer o seguinte: “Para mim não é nenhuma surpresa, quando são colocadas questões incómodas ao Senhor Presidente da Câmara e ele dispara em todas as direcções, ataca pessoalmente as pessoas, mas não responde ao que se lhe pergunta. As perguntas concretas, relembro, eram duas: Quanto é que a Câmara Municipal pagou de indemnizações nos últimos seis anos? Resposta zero. Segunda pergunta: Estes números estão provisionados? Resposta zero. É fundamental que a gente tenha em consideração tudo isto, o Senhor Presidente da Câmara não respondeu. Então como não responde dispara para todos os lados, começou por dizer que eu estava a alarmar os Viseusenses, eu não alarmo ninguém. Senhor Presidente da Câmara, nem posso. Depois ataca pessoalmente, diz que eu nem sabia ler ROC, pura e simplesmente eu estava a fazer uma emenda no papel, o Senhor está longe, não vê, mas entra em especulações. Diz que eu quis deixar a ideia que Viseu está de tanga? Eu não disse nada disso Senhor Presidente. A pergunta concreta era: O Senhor nas contas que apresentou, provisionou estas quantias? O Senhor Presidente da Câmara tenta confundir as pessoas, quando vem



dizer que eu separei bem o facto de serem expropriações e portanto se as pessoas querem obras tem que fazer expropriações, estamos completamente de acordo. Agora o Senhor Presidente da Câmara sabe como eu sei, e eu infelizmente sei, até em termos profissionais, as avaliações que a Câmara Municipal dá, são sistematicamente abaixo dos valores do Mercado, de tal maneira que os valores e eu tive a cautela... não vale a pena abanar a cabeça... O Senhor sabe, quer ver os papeis? Os valores que a Câmara dá, estão escritos nos papéis, finalmente tivemos acesso a esses documentos. Os valores que a Câmara dá para Expropriação são sistematicamente inferiores, aqueles que vem a ser achados pelos peritos, como também reconheço que os valores que os expropriados dão, são sistematicamente superiores aqueles que vem a ser achados, portanto há aqui um equilíbrio e com base nele é que eu me limitei a encontrar números que traduzem aquilo que as Comissões encontraram, como valores que foram aprovados. Depois disso há recursos, não se sabe o que vai suceder daí para a frente. Eu tive o cuidado de trazer os papéis. Gostava de deixar aqui claro, que há duas insinuações que são perfeitamente descabidas, a primeira é quando se faz uma referência aos Juristas avençados da Câmara e eu fiz essa referência, tive o cuidado de dizer de justiça. Eu relembro que fiz um requerimento em Fevereiro de dois mil e sete, sete meses decorridos a Câmara fez de conta que a pergunta não tinha entrado, ela entrou por escrito e quando em Setembro eu voltei a pedir, dessa vez pedi ao abrigo do Código do Procedimento Administrativo, aí a Câmara achou que tinha obrigação, até por outros motivos, de responder e encarregou bem, evidentemente as pessoas que detinham os processos para darem essas informações. Essas informações porque eram muitas, e é essa justiça que eu quis fazer aos Juristas avençados da Câmara, foi porque o Senhor Doutor José Sarmento Moniz teve a amabilidade de me telefonar a dizer o seguinte: “Doutor Ribeiro de Carvalho, eu não tenho capacidade de lhe dar esta resposta num prazo pequeno, portanto ela vai ser dada mais tarde”, e eu por uma questão de honestidade intelectual disse: “Meu excelentíssimo colega Doutor Sarmento Moniz, eu não faço nenhuma questão que o Senhor demore mais de que o tempo que a Câmara lhe deu”, porque acho perfeitamente que o Senhor possa não ter tempo para o fazer, portanto quando a resposta me é dada ultrapassou o prazo. Mas eu tive o cuidado de dizer, os Juristas tiveram a amabilidade de mo dizer, eu não tenho capacidade para lhe dar resposta no prazo que é dado pela Câmara, eu disse, não se preocupe com isso, eu não vou levantar esse problema. Quando eu venho dizer que a resposta não me é dada em dois mil e oito, não estou a culpar a Câmara disso, atenção eu deixei isso muito claro. Essa é a primeira insinuação que eu deixava clarificada. A segunda, e eu se bem percebi e eu não tenho a certeza se ouvi bem, de qualquer maneira isso está gravado e quando isso ficar escrito eu vou ter o cuidado de ver, percebi que o Senhor Presidente da Câmara tinha dito que haveria uma combinação entre o Senhor Presidente da Assembleia, eu próprio e o Doutor João Cruz, eu percebi, mas se percebi mal peço já desculpa acerca do primeiro ponto que foi aqui trazido. O que me parece uma coisa perfeitamente estranha. Se eu percebi mal. Lá iremos ler Senhor Presidente, seu eu percebi mal desde já me penitencio. Agora quando o Senhor Presidente da Câmara vem dizer, é bom deixarmos alguma coisa... pressupõe duas coisas: Primeiro, que Vossa Excelência é a única pessoa que conhece a cidade, o que se calhar não é verdade, e pressupõe ainda uma outra coisa é que está a ignorar um facto que é fundamental, esta Assembleia é para fiscalizar os actos da Câmara, portanto nós temos o direito de saber o que se passa no Município, sem alarmar ninguém, que não é esse o nosso propósito. Porque nós gostamos tanto desta cidade como qualquer membro do Executivo, nós gostamos tanto desta cidade como qualquer outra pessoa desta cidade. O futuro desta cidade interessa-nos tanto como ao Executivo, este está a trabalhar e o que fizer bem é para benefício de nós todos, mas o que fizer mal também é para prejuízo de nós todos, por isso existe uma Assembleia e ela tem direito de fiscalizar. Finalmente gostava de fazer uma pequena observação, o Senhor Presidente da Câmara



disse que os Institutos das Condições do Trabalho, tem quatro ou cinco pessoas, se percebi bem, para cem Concelhos. Fiquei com a ideia que terá dito isso, sucede porém o Senhor Presidente da Câmara está mal informado, e está mal informado por um motivo, existe Instituto de Condições de Trabalho em Viseu, na Guarda, em Lamego e em cada um destes sítios há pessoas, são poucos eu reconheço, ora não são só quatro ou cinco que existem isso é uma pequena correcção. Fundamentalmente o que eu queria dizer era, às perguntas que nós fizemos, que eu pessoalmente fiz Vossa Excelência não respondeu”. -----

- MESA – Dá a palavra à Senhora Deputada Graça Pinto. -----

VINTE E UM – SENHORA DEPUTADA MARIA DA GRAÇA MELO CABRAL

MARQUES PINTO (BE) – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Eu pedi a palavra a seguir às respostas que o Senhor Presidente da Câmara deu às questões por mim colocadas, na medida em que foram feitas afirmações que de facto, não correspondem ou podem deixar antever, algumas intenções ou alguns propósitos que estão longe de estar presentes na forma como tenho abordado esta questão. Relativamente à questão de Fragosela, vou começar por esta, gostaria de referir que as questões que eu coloquei não se prendem com uma resposta puramente a nível da Junta de Freguesia, que eu saiba envolvem questões da responsabilidade da Câmara. Inclusive houve reuniões na Câmara com o Senhor Presidente, relativamente ao alargamento da Rua do Lagedo e o compromisso de alterar planos que estavam previstos, como por exemplo, a largura de nove metros para seis metros e há documentos sobre essas reuniões. Não é uma questão que diga estritamente respeito ao Senhor Presidente da Junta, e como tal não lhe caberá exclusivamente a ele a resposta nem os esclarecimentos às questões prestadas, estas nem outras. Por outro lado, queria dizer também algo que ficasse implícito na resposta do Senhor Presidente da Câmara, que eu tenho aqui uma intervenção de um Membro da Assembleia de Freguesia de Fragosela, penso eu que pertence ao Partido que actualmente pertence o Senhor Presidente da Junta, porque na altura pertencia de facto a outro Partido e era já Presidente de Junta, intervenção essa que coloca exactamente as mesmas questões ou algumas que serão semelhantes, às questões que eu aqui coloquei. Penso que este Senhor Deputado ou ex-deputado do PSD ou membro da Assembleia de Freguesia do PSD, não é que eu saiba! Escrito no Bloco de Esquerda nem lá perto, não? Isto como resposta, é porque às vezes colocar as questões quando surgem problemas, tentar transpô-las para o plano partidário não me parece muito curial, enfim límpido não me parece. Em relação à questão que foi colocada da Estrada Velha de Abraveses, queria prestar um esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara, certamente será e está recordado do buzinao que aqui invocou, não teve como objectivo a colocação de semáforos mas sim contra o corte da Estrada Velha de Abraveses que por sinal é uma estrada com valor histórico, como também deve saber. Repostas estas duas questões, estes dois esclarecimentos, eu poderei então terminar”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Santa Maria. -----

- VINTE E DOIS – SENHOR DEPUTADO MANUEL DE ABREU LAMEIRA

(PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA MARIA) (PSD) – Usa da

palavra para intervir do seguinte modo: “Pelo que foi exposto brilhantemente pelo Senhor Presidente da Câmara, apraz-me registar com muito agrado os grandes projectos que vão ser desenvolvidos, não só a nível da requalificação da zona histórica sobre a orientação do Viseu Novo SRU, mas também com as parcerias para a regionalização urbana aproveitando as verbas do QREN com os parceiros sociais de maior relevo da cidade. Estou sobejamente honrado com a Freguesia de Santa Maria a que presido, ser uma das três que vai beneficiar dos referidos projectos. Aproveito em nome da minha Freguesia para lhe agradecer todo o empenho que tem colocado, não só a nível da cidade, mas também no Concelho na resolução dos seus problemas. Tenho a certeza que as populações não se esquecem de quem zela por elas, as obras falam por si”. -----



- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Joaquim Pedro. -----

- **VINTE E TRÊS** – **SENHOR DEPUTADO JOQUIM PEDRO MARTINS DO AMARAL LOURENÇO (PSD)** – Usa da palavra para dizer o seguinte: “O concelho de Viseu, ao longo dos últimos anos, tem vindo a ver introduzidas significativas melhorias ao nível dos equipamentos básicos e estruturais, que, quer se queira, quer não, são o suporte necessário para todas as fases de desenvolvimento posterior. Na minha opinião pessoal, a melhoria das estruturas é um trabalho sem fim, pois existem sempre equipamentos que é necessário introduzir, outros que é necessário renovar, outros que precisam de ser requalificados. Assim sendo, nunca se pode, nem se poderá no futuro, descurar a preocupação com as infra-estruturas básicas e de suporte, sejam elas vias de comunicação, estações de tratamento de resíduos sólidos e líquidos, centros educativos, para focar apenas alguns exemplos. Após e a par com a melhoria das estruturas, tem vindo o Executivo a ter, cada vez mais em atenção, aquilo que pode ser designado como a integração do Social no Desenvolvimento ou o desenvolvimento da Área Social, se preferirem. Neste âmbito, o Centro Urbano vai ter um enfoque especial, com os objectivos de o Regenerar e Recentrar, cujas particularidades já vimos definidas na comunicação do Senhor Presidente do Executivo e que não importa aqui repetir. É de salientar as previsões de que o investimento seja realizado, em cerca de dois terços, por entidades privadas. Esta regeneração é um exemplo do desenvolvimento, em paralelo, da área estrutural e da área social, pois vários agentes sociais são parte integrante deste processo: a Santa Casa da Misericórdia, as Paróquias, Associações de Cidadãos, Centros Sociais, Lares e Internatos; também várias associações sectoriais: Associação Comercial, Associação de Restaurantes e Região de Turismo; diversos responsáveis pela dinamização cultural e várias entidades parceiras, como o curso de Arquitectura da Universidade Católica e a Escola Superior de Ciências e Tecnologia do IPV. Com a conjugação dos esforços concertados destes vários actores, o objectivo final consiste em revitalizar o tecido municipal, em três das suas componentes vitais: a Social, a Económica e a Cultural. Temos assim um exemplo de como o desenvolvimento da área designada por social pode ser feito a par e catapultado pelo desenvolvimento estrutural. Sem dúvida que a melhor forma de promover este progresso, consiste em trazer para o palco dos acontecimentos os agentes que, no campo, são responsáveis pela concretização de programas e projectos, conseguindo assim a integração dos vários agentes sociais, referidos na comunicação do Senhor Presidente do Executivo, e aproveitando as mais valias que eles podem trazer para este projecto de Regeneração do Centro Urbano. Para aqueles que são críticos relativamente à intervenção do Executivo Camarário na área social, temos assim mais um exemplo concreto da chamada à participação no desenvolvimento social do concelho, à qual os agentes responderam “presente” e vão, certamente, envidar todos os esforços, como normalmente costumam fazer, para que o processo se desenvolva de uma forma sustentada e com consequências, ao nível dos resultados práticos que se pretendem atingir”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo. -----

- **VINTE E QUATRO** – **SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO RIBEIRO (PS)** – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Eu antes de passar à intervenção propriamente dita, não resisto a saudar a introdução das novas tecnologias nas nossas Assembleias Municipais, dão de facto uma imagem mais real do que podem ser na realidade. Depois os projectos, também não resisto a lembrar que já ouvi nesta Assembleia Municipal da parte do Senhor Presidente da Câmara, muitas vezes da bancada do PSD, de alguma maneira brincarem com este tipo de apresentações, que foram digamos introduzidas pelo Engenheiro Sócrates no Governo, também e portanto vejo que é um caminho que está a ser seguido. Ainda que do ponto de vista comunicacional com menos êxito desta Câmara Municipal. O Engenheiro Sócrates, nunca poria a segunda apresentação em segundo lugar, começaria sempre pela segunda apresentação que é



manifestamente do ponto de vista multimédia uma apresentação mais aborrecida, portanto entrariamos em apoteose com a primeira apresentação que é de facto mais viva. O ponto da Actividade Municipal é, sem dúvida, um dos momentos de maior relevância na discussão política que se faz nesta Assembleia. É o momento em que o Executivo da Autarquia, através do seu Presidente, traz a esta Assembleia matéria relevante que decorre da actividade desenvolvida nos intervalos destas reuniões. Assim, temos de concordar, desde logo, na oportunidade do tema que hoje nos é trazido pelo Senhor Presidente da Câmara, e temos de concordar por duas ordens de razão, por um lado pelas novidades que nos últimos tempos há nesta matéria da requalificação e regeneração do centro urbano, mas essencialmente por este tema constituir uma real e premente preocupação para a maioria dos viseenses que não se demitem de pensar o futuro da nossa cidade e do nosso Concelho. Para o Partido Socialista, não é de hoje que esta preocupação está na agenda. Somos quem mais insistiu nos últimos anos, especialmente desde que esta maioria decide os destinos do Concelho, na urgência de uma estratégia para a recuperação e requalificação do centro urbano da cidade. Com especial atenção ao Centro Histórico. Aliás, no programa de Governo Municipal que apresentámos aos viseenses nas últimas eleições já referíamos, com particular destaque uma estratégia, com medidas concretas, para a recuperação e requalificação do nosso Centro Histórico. Curiosamente o trinómio social, económico e cultural – que hoje foi abundantemente referido pelo Senhor Presidente da Câmara – é, já no nosso programa de Governo, assinalado diversas vezes como indispensável a uma política moderna de desenvolvimento urbano e estas componentes determinantes na afirmação da cidade quer internamente, como também na sua visibilidade exterior. Sempre demos especial atenção também há componente lúdica e de lazer que, não apenas por preciosismo, destrinchávamos da vertente cultural. A verdade é que o Centro Histórico sempre representou para nós uma oportunidade de afirmação da nossa cidade no panorama nacional, como âncora para um fluxo turístico, que atraísse visitantes, mas que representasse também para a própria cidade uma referência cultural e histórica, que reforçassem a sua importância económica. Sabido é também que nunca descurámos a componente social. Para nós a recuperação do Centro Histórico sempre teve como objectivo, para lá da recuperação física, a recuperação social desta área da cidade. Sempre defendemos que havia que garantir a continuidade das características identitárias dos seus habitantes, estancando a hemorragia que se tem verificado nos últimos anos. Sempre defendemos a necessidade de uma política de atracção de jovens, que injectassem sangue novo, através de medidas de regulação camarárias, e também nacionais, que visassem disponibilizar habitação, sobretudo no âmbito do mercado de arrendamento, a valores moderados e acessíveis para os jovens e os jovens casais. Paralelamente sempre nos pareceu adequado incentivar a criação e fixação de empresas qualificadas, quer de actividade económica pura, quer de estabelecimentos e oficinas que se dedicassem a actividades artesanais de características locais e regionais. Naturalmente, sempre entendemos que esta visão estratégica passava por uma política de planeamento urbano e de fiscalidade coerente com os objectivos traçados. Há muitos anos que nesta Assembleia e noutros palcos de intervenção política defendemos, nós Partido Socialista estas ideias, assim como nunca deixámos de afirmar peremptoriamente que não víamos o executivo camarário a caminhar nesta direcção. É por isso natural como colorario do que acabo de dizer que hoje nos congratulamos por vermos que estão a ser dados alguns passos neste sentido. Demonstramos, desta forma, a postura séria e responsável que o PS sempre teve nesta Assembleia e perante todos os viseenses. Não fazer uma oposição de bota-abaixo; por outro lado, exercer o mandato que nos foi conferido pelos viseenses com a consciência de quem quer o melhor para a cidade e para o nosso Concelho. Tudo isto que acabo de dizer não invalida que sejamos ingénuos. Sabemos que os últimos tempos têm sido de contestação em várias frentes. Há movimentos de cidadãos a ganharem força e a



juntarem-se às nossas críticas. Percebemos que a crise no comércio tradicional agudiza-se cada vez mais e isto assusta o executivo camarário que entende agora não ter tomado as opções políticas acertadas, nomeadamente no que diz respeito à instalação das grandes superfícies que, como tem ficado muito claro nas últimas Assembleias Municipais, se deve exclusivamente a erros na política de planeamento do Concelho – de resto eu aqui faria um parêntese para inconscientemente, ou se calhar muito conscientemente, assumidos pelo próprio Presidente da Câmara, quando recentemente tentou sacudir para cima de responsáveis dos Serviços Municipais responsabilidades que só ao executivo podem ser assacadas responsabilidade exclusiva da Câmara Municipal nesta matéria. A desertificação do nosso Centro Histórico e o abandono a que foram votados os poucos residentes que ainda resistem, bem como todo o tecido económico que nesta área floresceu e que agora agoniza, são factos que já não conseguem ser camuflados e todos nós dentro desta Assembleia Municipal temos consciência perfeita deles. Daí ser para nós Partido Socialista, simples perceber que esta azáfama em Estudos Estratégicos de Reabilitação, Requalificação e Regeneração e todo este empenho em mostrar serviço numa área que foi nos últimos anos tão pouco cuidada por parte deste executivo se perceba facilmente. No entanto, fiéis aos princípios, iremos estar atentos ao que se propõe e faremos as nossas críticas sempre num espírito e num quadro de críticas construtivas. E para já, Senhor Presidente, o que nos apraz dizer é que o processo não começou da melhor maneira. Depois de ter sido criada uma certa expectativa de que iria ser alvo de discussão todo o projecto que pomposamente nos anunciou nesta Assembleia, cedo se percebeu que era perante alguns factos consumados que iríamos estar presentes. Assim foi na apresentação pública que também hoje já referiu e que foi feita – sublinho: apresentação pública e não discussão pública, foi o que aconteceu, nomeadamente no que diz respeito ao estudo da Parque Expo. Diz-nos o Senhor Presidente da Câmara hoje que está lançado o projecto e que afinal a discussão pública pode fazer-se a partir de agora, admitimos que faça algum sentido as pessoas estão a tomar conhecimento do que são algumas das ideias do projecto e isto é fundamental de facto que a postura da Câmara Municipal se mantenha a querer de facto a participação das pessoas. Pegando neste Estudo, temos de referir que, se é verdade que possui qualidades apreciáveis, também não é mentira que não passa de um processo de intenções, com um prazo de realização de nove anos (nove anos!) e sem um cronograma definido. Dirá o Senhor Presidente da Câmara que queremos tudo de um vez, percebo que pense dessa forma, mas também tem de perceber que para quem espera há dezoito anos por intervenção estratégica nesta área, o tempo urge. É um facto que para algumas intervenções nove anos podem não ser muitos anos, mas não deixamos de lamentar que tantos anos já tenham sido desperdiçados. Nomeadamente o Partido Socialista a alertarem para o desperdício precisamente de oportunidades ... Eu não teria tempo para dissecar ponto por ponto, tudo que foi referido pelo Senhor Presidente da Câmara na sua intervenção, e todas as intenções que constam do Estudo de Enquadramento Estratégico da Parque Expo, por isto mesmo irei apenas referir o que nos parece mais relevante: Não concebemos que não haja uma focagem mais incisiva em políticas concretas de atracção de pessoas a habitarem o centro histórico, em construção reabilitada, entendemos que o Centro Histórico sem pessoas por mais obras por mais projectos, por mais alindamentos, equipamentos agradáveis que lá se instalem, servem pessoas, acabaremos por não ter o problema resolvido. Não concebemos que haja um investimento avultado em nova construção sem que tenham sido feitos todos os esforços para a reabilitação de todo o património edificado nesta área. Depois do que nos foi aqui mostrado há nomeadamente um ponto da Avenida Capitão Silva Pereira, que eu depois fico na dúvida, porque no final quando se refere à área edificada, reabilitada e a nova construção parece-me manifestamente pouco, a fazer-se um projecto concretamente daqueles num jardim, na quinta que conhecemos aqui na Avenida Capitão Silva Pereira. De qualquer das maneiras



para nós é decisivo numa primeira instância, não passando para uma segunda reabilitar todo o património já edificado. Posto isto, Senhor Presidente da Câmara, contará com o nosso inequívoco apoio aquando da execução de algumas das ideias que anunciou, mas conte também com a nossa oposição a eventuais desvios, por norma levados a cabo por tentações económicas que, infelizmente, grassam no nosso País autárquico e que esta Câmara, sem ser das piores, está longe de ser um bom exemplo. Um comentário final, que não posso deixar passar em branco: com todo o respeito pela actividade social, económica e cultural de alguns dos parceiros que enunciou nesta regeneração que se pretende para o nosso centro urbano, parece-nos que é preciso também algum sangue novo e criatividade que não são o forte de algumas das instituições referidas e aqui, Senhor Presidente da Câmara, é incompreensível que uma Instituição como o Cineclube de Viseu, das mais antigas e prestigiadas da nossa cidade, com sede no centro histórico, não conste da lista das entidades parceiras neste projecto. É para nós de facto lamentável”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Hélder do Amaral. -----

- VINTE E CINCO – SENHOR DEPUTADO JOSÉ HÉLDER DO AMARAL (CDS/PP) –

Usa da palavra para intervir da seguinte forma: “Quero começar por dizer que gostei muito do filme, é a primeira vez que o vejo, por dificuldade de agenda. Vou consultar a página da Câmara Municipal na “Net” para saber se o filme está disponível, mas queria até perguntar se podemos ter acesso, nem que seja ao abrigo do estatuto da oposição, que o Grupo parlamentar do CDS pudesse ter este mesmo filme, com documentação adicional, não só para servir para gravação de memória futura, como também para podermos estudar, avaliar, percebê-lo melhor porque eu gostei do filme, não tanto da música, mas leva-me a dizer que o filme está bem pensado, é muito difícil rebater, até porque é a primeira vez que o vejo, não estou em condições de rebater muitas coisas que lá estão. Sou forçado a concordar com a ideia, com o projecto, porque muitas das ideias que prevê este estudo já o CDS ao longo dos anos os tem proposto. Eu não queria causar nenhum burburinho nem nenhuma incomodidade na bancada do Partido Social-democrata, mas é uma realidade. Até posso dar exemplos, a recuperação do Matadouro, sempre foi uma das prioridades que nós entendemos. A colocação de um posto de turismo no “Centro Histórico”, aliás para quem se lembra a Assembleia Distrital foi recuperada com dinheiros do turismo, para ser implantada uma sede de turismo, portanto, dezasseis anos depois, ou dezassete, lá iremos ter um “font officie” de um ponto de turismo, foi sempre uma ideia, aliás de elementar bom senso. A “Zona Histórica” teria que ter um “font officie”, parece que não é descobrir a pólvora. De qualquer das maneiras, isto é intervenção pesada, longa, com um impacto muito grande na cidade, no “Centro Histórico”, na imagem da cidade, o Senhor Presidente acabou por reconhecer isso, a sua duração ultrapassa até o Executivo. O Senhor Presidente confessou que terá até romagens de saudade às obras, não aos edifícios, porque também já só faltam seis anos, na pior das hipóteses sete, para o Senhor Presidente ir lá. Isso é uma coisa que só o penaliza a si, porque este estudo vem dezasseis anos atrasado. Se o Senhor Presidente tem começado por aqui, seria de facto esta grande obra, teria deixado o meu caro amigo e Presidente da Junta de Santa Maria, a quem endereço os parabéns, que terá uma freguesia muito mais bonita e merece, porque é um homem que trabalha. O Senhor Presidente também poderia visitar, enquanto Presidente da Câmara, muitas dessas obras e não fazê-lo em romagem de saudade. Por isso é que eu acho que, o filme pode servir de tempo de antena na próxima campanha eleitoral, é um filme perfeitamente possível para isso, pode ter até o título de “Tempo Perdido”. De facto, foi tempo perdido, Senhor Presidente. Quero só fazer alguns alertas para já, espero que o mobiliário urbano seja conservador, mas isso é a minha costela conservadora a falar, que não seja de tal forma moderno, que seja de acordo com aquilo que é a imagem a tradição, a traça da cidade, mas isso não vou duvidar, não tenho esses problemas. Eu tenho visto muitos “power points”. A abono da verdade dizer que os da Câmara Municipal ficam



muito aquém do Engenheiro Sócrates, ou do Engenheiro Mário Lino, que esses normalmente ou são mudados ou são irrealizáveis. Os do Senhor, pelo menos, parecem mais realizáveis e eu espero que esse seja realizado, aliás a Parque Expo merece-me toda a credibilidade e portanto, não merece nenhum critério. Há belíssimas ideias, essa ideia, que também o CDS defendeu em tempos, de preservar e manter a visibilidade da fachada do São Teotónio, é uma ideia que nós defendemos, posso depois documentar mais tarde para não se rirem, que não foi do CDS. O CDS pode ter poucas, mas ainda vai tendo algumas. O Senhor Presidente realçou aqui, estou perfeitamente de acordo, acho que era uma pena que a fachada do São Teotónio ficasse escondida mesmo que isso venha a obrigar a um esforço financeiro da Câmara e terá a nossa concordância sobre isso, como também registei com agrado a ideia que tem para a recuperação, a aquisição, ou outra intervenção que venha a ser possível, feita na Casa do Cruzeiro, aliás julgo que a Câmara anda bem, naquilo que é tentar preservar o património da cidade. Agora é um facto, que este estudo surge após uma movimentação da sociedade civil, é apresentado em cima de uma inauguração de uma grande superfície que tem com certeza as influências que avaliaremos mais tarde no comércio tradicional e por isso eu considero que a Câmara Municipal, primeiro vendeu a doença e agora vem vender a cura. Durante dezasseis anos esvaziou, ou não teve o cuidado de perceber, de antecipar, de se precaver, de pensar quais são as influências, quais são as consequências, de algumas estruturas que teriam no centro da cidade e teriam na vitalidade do centro da cidade. Isso é uma competência da Câmara e o Executivo tem que prever, precaver e tomar medidas. Toma agora de forma perfeitamente competente, mas toma tarde Senhor Presidente. “Vale mais tarde do que nunca” dirá o povo, ainda bem que é agora, mas tarde!... Se por um lado e eu quando falo, quero também fazer aqui uma declaração de interesse, quando falo no “Palácio do Gelo”, quero endereçar aqui, deixar registado em acta, que eu quero dar os parabéns e agradecer enquanto viseense a uma empresa que se chama Visabeira e que tem sido fundamental para o desenvolvimento de Viseu. Outros Concelhos não têm tido essa sorte. Tive ainda a oportunidade de visitar ontem e durante a semana passada Leiria por exemplo, embora tenha uma empresa de dimensão e capacidade parecida, não tem usufruído dessa mesma capacidade no benefício do seu concelho. Também é verdade, cabe aqui um papel fundamental à Câmara Municipal porque tem sabido aproveitar e tem sabido seguir com cuidado as sinergias da empresa, aproveitando essas mesmas sinergias. Isso é uma atitude inteligente e positiva deste Executivo e por isso, se torna mais evidente que toda esta necessidade de intervenção do “Centro Histórico”, eram previsíveis, eram avaliáveis e de facto, deveria ter sido feito mais cedo. Para não me alongar muito mais tempo e até para ter oportunidade de ouvir ainda as explicações do Senhor Presidente da Câmara, diria que espero que este estudo esteja de facto em execução pública, acredito que ele tenha sido pensado de forma muito séria e pouco mais haverá a acrescentar. Acredito que o seu tempo de execução e as candidaturas ao QREN também venham a ter sucesso e portanto, cá esperaremos pela execução da obra, para saber se o que está previsto corresponde à verdade, para saber se o património vai ser preservado, para saber se de facto se aquilo que eu chamava o “Cemitério Dois de Maio”, decididamente se transforma no Mercado Dois de Maio. Veremos se a arte e o engenho dos técnicos conseguirão converter aquele espaço morto num espaço vivo. Fica aqui a minha declaração de interesses. Os meus parabéns à Câmara Municipal, por ter finalmente pensado na recuperação do “Centro Histórico”, de ter encontrado os parceiros, de ter encontrado os mecanismos e de finalmente o ir executarem. Quero visitar o “Centro Histórico” recuperado e quero encontrar-me com o Senhor Presidente da Câmara e com isto termino. Romagem de saudade não era nenhuma crítica, porque eu próprio acho que era merecedor de ser o próprio Presidente da Câmara a inaugurar muitas dessas obras, mas infelizmente, fruto da inércia só lhe cabe a si a responsabilidade, terá que apreciar depois de outro sítio



muitas dessas obras que agora nos propõe.” -----

- MESA – Dá a palavra à Senhora Deputada Graça Pinto. -----

- VINTE E SEIS – MARIA DA GRAÇA MELO CABRAL MARQUES PINTO (BE) – Usa da palavra para fazer a seguinte intervenção: “Eu não vou fazer uma intervenção longa, não darei problemas certamente ao Senhor Presidente da Assembleia. Em primeiro lugar, eu gostaria de referir a questão, não se prende com o conteúdo que aqui hoje foi apresentado, mas com a forma como este projecto nasceu. Por diversas vezes tenho defendido aqui o princípio da participação cidadã, que certamente não será coincidente com o conceito que o Senhor Presidente da Câmara defende de cidadania activa. Participação cidadã, essa que passa pela intervenção nos projectos, não só na fase final e pontualmente, mas que é incorporada em todo o processo de construção dos projectos, desde a sua fase de planificação até ao crescimento e nascimento da obra. Nesse sentido, de facto, é frustrante ter confirmado o receio que desde a primeira hora nutri, quando aqui estiveram cidadãos com uma petição e sugerindo um debate, sobre o “Centro Histórico”. Na altura, foi-lhes respondido que atempadamente iria haver uma apresentação pública e que os cidadãos teriam oportunidade de dar as suas opiniões. Aquilo a que eu assisti e estive presente em dois momentos da apresentação pública, os dois momentos que aqui foram citados, não teve nada a ver com o debate pretendido com a intervenção pretendida. Senhor Presidente, permita-me que expresse as minhas reservas relativamente à eficácia do repto lançado em termos de participação individual, de sugestões individuais. O Senhor Presidente da Câmara ainda há pouco acabou de referir que não têm surgido grandes sugestões. A participação cidadã passa por mecanismos que a dinamizem por mecanismos que favoreçam o debate público. Não é um acto isolado que se restrinja a algumas sugestões feitas por escrito, não é esse o meu conceito. Penso que os cidadãos que aqui vieram, não era essa a sua proposta. Lamento que não tenha tido acolhimento por parte do Executivo Camarário. Quanto ao projecto que aqui foi apresentado, obviamente que também julgo que, quer pela forma como foi feito, quer pelo próprio conteúdo do projecto de regeneração urbana, apresenta linhas de força muito interessantes e que certamente irão contribuir para dar uma nova imagem à cidade e fazer dela o centro de atracção, como aqui foi referido pelo Senhor Presidente da Câmara. No entanto, Senhor Presidente da Câmara, preocupa-nos sobremaneira a situação vivida no “Centro Histórico” de Viseu. Receamos inclusive, que o período de nove anos previsto para a consecução deste projecto não seja compatível com a actual situação existente no “Centro Histórico”. Nós temos um “Centro Histórico” agonizante, desertificado e com o comércio tradicional mergulhado numa profunda crise. Não é só com projectos como este que terão consecução como disse a longo prazo, que se pode estancar esta tendência que se está a verificar. Corremos o risco daqui a nove anos de termos de facto obras bonitas, obras de atracção para a cidade mas não termos gente nesses pontos da cidade para a usufruírem. Nesse sentido eu penso que, a curto prazo e com carácter de urgência, deveriam ser implementadas medidas que já têm vindo aqui a ser sugerida neste Fórum, nomeadamente medidas de atracção dos jovens para o “Centro Histórico” com rendas compatíveis com os seus recursos, com reabilitação de prédios que estão completamente degradados e com uma medida de incentivos a nível fiscal na Câmara, para os moradores dessas zonas. Pensamos portanto que, a não serem tomadas essas medidas, este projecto que contém de facto aspectos muito interessantes, não terá em muitos casos a eficácia que deveria ter e deveria tê-la a curto prazo.” -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria. -----

VINTE E SETE – JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA FARIA (PSD) – “Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Eu ia colocar uma questão concreta ao Senhor Presidente, mas gostaria de fazer só aqui uma introdução em relação àquilo que se viu sobre as grandes superfícies. Em relação às grandes superfícies, é sempre uma situação altamente curiosa que é, por um lado as pessoas estão a favor das grandes superfícies



quando elas reflectem uma vontade dos consumidores, até já se fala na liberalização do licenciamento das grandes superfícies, na abertura das grandes superfícies ao Domingo, mas depois também temos o comércio tradicional, então também temos que defender o comércio tradicional, defendemos tudo. Quando dá jeito criticamos as grandes superfícies, quando dá jeito também dizemos que há problemas com o comércio tradicional. Aqui temos que ser claros, há dinâmicas sociais, há dinâmicas também empresariais, temos é que ter o bom senso de conciliar as situações. E a pergunta aqui é muito simples, estão contra o Palácio do Gelo? Estão contra o apoio, que enquanto projecto de interesse nacional, teve o Palácio do Gelo? Será que também não temos que reivindicar para o comércio tradicional o mesmo apoio que teve o Palácio do Gelo? Estamos todos de acordo, com o apoio que teve o Palácio do Gelo? Há crise no comércio tradicional, vamos pedir também que o Governo, a quem compete, apoie o comércio tradicional. Os mesmos valores, ou em valores similares, porque não? Ou a crise do comércio tradicional tem a ver com a diminuição do poder de compra, com a crise social que está instalada, com a fraca expectativa das pessoas, em relação ao seu futuro, talvez não seja aí que resida o problema do comércio tradicional fundamentalmente. Por isso vamos ser claros, quando se fala na situação, se diga aqui frontalmente se é a favor de tudo e de todos e se é contra tudo e contra todos. Em relação ao Senhor Presidente da Câmara, eu gostaria aqui de colocar um problema que é sério, é um problema que tem vindo a afectar os agentes económicos, é um problema que afecta os viseenses e tem a ver com o IMI e com o IMT e concretamente com uma situação que é o coeficiente de localização. É fundamentalmente aqui que reside o grande problema e a grande situação e a pergunta que gostaria de colocar ao Senhor Presidente, tem a ver com o tipo de resposta que a Comissão Nacional da avaliação dos prédios urbanos teve e deu à proposta da Câmara. Proposta da Câmara que foi dito e eu próprio na última Assembleia fiz o apelo ao Senhor Presidente, para dar conhecimento público, viseense a viseense de qual é a proposta da Câmara que pretende baixar os coeficientes de localização. A questão que gostaria de colocar, é se esta revisão proposta pela Câmara dos coeficientes de localização, já teve resposta, se a resposta é positiva ou negativa, se é mais ou menos e também uma coisa que é importante para os viseenses é se teve efeitos retroactivos. A questão é que estamos perante um problema extremamente difícil, é um problema que tem consequências na dinamização dos agentes económicos, principalmente numa área específica e cada vez vem afectar mais viseenses. Neste aspecto gostaria que o Senhor Presidente, se fosse possível, desse uma resposta a esta Assembleia.”

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Hélder Amaral. -----

VINTE E OITO – SENHOR DEPUTADO JOSÉ HÉLDER DO AMARAL (CDS/PP) –

Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Foram ditas aqui coisas que podem ser mal interpretadas e se poder ser esclarecido, talvez isso se resolve. Nada contra o Palácio do Gelo, espero que seja uma boa âncora e um modelo de atracção para a cidade, não há é Centro Historio para potenciar essa atracção. Depois queria perguntar outra declaração de interesses, eu sou hoje o único Deputado do CDS contra a abertura das grandes superfícies ao Domingo, espero que me deixem fazer esse debate para poder dizer porventura o único Deputado, feita a declaração de interesses. Segunda pergunta e espero o seu esclarecimento, é capaz de me dizer porque recarga de água é que liberalizou os horários, se permitiu a aberta ao Domingo e se fechou exactamente as grandes superfícies ao Domingo. É capaz de me dizer qual foi o espírito legislador quando permitiu que tudo estivesse aberto, mas fechou violando porventura princípios da regra da concorrência as grandes superfícies, foi ou não foi para proteger o comércio tradicional?” -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado António Baptista Neves. -----

VINTE E NOVE – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO BAPTISTA NEVES (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BOALDEIA) (PSD) –

Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “O público já está reduzido, porque estes debates são



muito longos e vai indo embora. Eu tive a ponderar a não vir aqui, mas como Presidente de Junta e Membro desta Assembleia eu tinha que vir cá, porque depois da intervenção do Deputado Hélder Amaral, tinha que lhe dizer aqui que afinal de contas, os Presidentes de Junta devem ser Membros efectivos das Assembleias Municipais. O Senhor Hélder Amaral veio aqui questionar todo o investimento anunciado pelo Senhor Presidente da Câmara, aquilo que se prevê em termos de futuro com dezasseis anos de atraso, é verdade, tudo bem, mas como é que a Câmara poderia ter feito o saneamento na Boaldeia, o saneamento em todas as freguesias do Concelho, se tivesse investido só na cidade? Falava-se há muito tempo atrás, na ida ou não. levar o Rossio às aldeias, foi isto que o Senhor Presidente da Câmara, Doutor Fernando Ruas, também fez ao longo dos seis anos de mandatos, porque as aldeias, as freguesias rurais deste concelho, estavam miseráveis. Não tínhamos água, não tínhamos uma ponta de saneamento, não tínhamos acessos como dever ser, não tínhamos infra-estruturas, escolas, centros sociais, lares, não tínhamos nada disso. Felizmente com o apoio e com a visão deste Presidente da Câmara que temos à frente do concelho, isso já foi conseguido para as nossas freguesias rurais. O concelho não é só Viseu, não é só o “Centro Histórico”, o Concelho somos nós todos que o fazemos. Nós também pagamos para o “Centro Histórico”, eu também o quero ver reabilitado, mas também quero ver a minha aldeia e a aldeia dos meus colegas, com as infra-estruturas necessárias, porque as pessoas de lá também merecem. Dizemos assim: Do “Centro Histórico” vai tudo embora, está vazio, como disse a Senhora Deputada Graça, então e a minha aldeia também tem que estar vazia? Eu também não tenho que reivindicar para lá aquilo que é necessário para as pessoas lá ficarem?” -----

– MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Antes de dar a palavra ao Senhor Deputado Hélder Amaral, pedia só aos Senhores Deputados, por uma questão de ordem nos debates, que quando tiverem questões para colocar a um Deputado que esteve a fazer previamente numa intervenção, que o façam a seguir à intervenção Senhor Presidente da Junta, porque se não isto fica completamente baralhado. O Senhor Deputado Hélder Amaral já falou há três/quatro oradores atrás e agora vai ter que responder a uma pergunta que poderia ter sido colocada na altura.” De seguida dá a palavra ao Senhor Deputado Hélder Amaral. -----

-TRINTA – SENHOR DEPUTADO JOSÉ HÉLDER DO AMARAL (CDS/PP) – Usa da palavra para responder à questão que lhe foi colocada, da seguinte forma: “Eu gostava de deixar os Presidentes de Junta descansados, porque desde mil novecentos e noventa e cinco, aliás desde dois mil e cinco que o PSD e o PS, negociavam uma lei que vos queria tirar da Assembleia, mas os mesmos partidos com a coerência que se lhes conhece, ontem mesmo mataram a lei, votaram contra o próprio projecto-lei, Estejam descansados que o inimigo não sou eu, o inimigo era o PSD. Fizeram pressão e bem, para que não saíssem da Assembleia, mas o inimigo não era eu, era o vosso próprio partido. Posto este esclarecimento, eu vou responder com muita simplicidade Senhor Presidente. Eu venho de Silgueiros, uma freguesia com as dificuldades que o meu amigo conhece, aliás a sua freguesia, não é tão rural, nem é tão atrasada como a minha. Portanto, não me dá lições de quais são as dificuldades de uma freguesia que eu conheço bem e que as vivi bem. Depois, eu pensei que este Executivo ao longo de dezasseis anos fosse capaz de ser um Executivo competente, e não um Executivo que ou faz obras nas aldeias, ou não faz na cidade, mas isso tem tudo uma resposta, sabe qual é? É que o Senhor Presidente da Câmara vai dizer-vos qual é o investimento da Câmara neste projecto e qual é o investimento do Estado neste projecto e ficamos a saber o esforço financeiro da Câmara Municipal deste projecto, é só para sabermos do que é que estamos a falar. A sensação que deixou é que ou se deixa morrer o “Centro Histórico”, ou se deixa morrer as aldeias, foi posto nas duas balanças. Para haver saneamento, para haver esgotos, para haver recuperação do património nas aldeias, mesmo que elas estejam a desertificar e virem todos morar para a cidade, mas isso



é outra história, mesmo que os Senhores Presidentes de Junta se queixem e mandem cartas a dizer: “cuidado que o PDM que nos está a matar as aldeias”, mas isso é outra questão. O Senhor Presidente irá dizer qual é o investimento da Câmara Municipal neste projecto e qual é a dificuldade que teria em ter começado este projecto que demora nove/dez anos. Tivemos o Viseu Polis, o Terceiro Quadro Comunitário de Apoio, houve vários instrumentos, com a Câmara com a mesma capacidade de candidatura e de execução. Portanto, a única coisa que não houve porventura, foi uma questão de prioridade, mas eu aí respeito, porque não sou o Presidente da Câmara. O Senhor Presidente da Câmara é livre de ter prioridades. É evidente que eu sei que ganhou a Câmara, dizendo que havia outro Presidente que era o jardineiro, mas depois também fez as rotundas com jardins, mudou o conceito de jardineiro, não mudou bem a forma. Tudo isso, quer dizer uma coisa, o Senhor Presidente da Câmara de Viseu como é óbvio, é livre de ter as opções que quer e a oposição é livre de questionar as opções de forma democrática e por isso, não vejo nenhum inconveniente nisso. A única coisa que eu acho que mereceria uma aposta forte desde sempre, era naquilo que é a nossa imagem de marca, aquilo que é a visão da cidade de Viseu, porque nós em casa quando fazemos obras há um coisa com que normalmente nos preocupamos, é se gastamos mais atenção com a sala de visitas, ou com o resto da casa, por alguma razão será.” -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- **TRINTA E UM – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO** – Usa da palavra, para responder às questões que lhe foram colocadas, do seguinte modo: “Vou responder e espero não deixar ficar nada para trás, Senhor Presidente. Eu gostaria de dizer ao primeiro orador que me interpelou, que eu não tenho receio dos gestos ali daquele palratório e mesmo que venham com ideia de que o Presidente da Câmara que disparou para todo o lado, que ataca pessoalmente, fico sempre aquém daquilo que os Senhores me fazem e não me ponho nunca em nenhum plano superior. Quem fiscaliza a Câmara não é o Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho, o Senhor confunde um Órgão aonde é apenas uma das pessoas, com o Órgão, nunca me recusei a ser fiscalizado pela Assembleia. A Assembleia não é o Senhor, o Senhor faz uma grande confusão apesar de jurista, o que está atribuído é à Assembleia Municipal, não é ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho, nem a si individualmente. Deixe-me dizer-lhe que a resposta que lhe foi dada pelo Senhor Doutor José Moniz, foi por solicitação do Presidente da Câmara e se sabia que o Senhor Deputado reagia desta maneira se calhar nem isso tinha aconselhado. Deixe-me dizer-lhe uma outra coisa, tudo aquilo que está nas provisões foi aquilo que o ROC nos recomendou, com contas certificadas e portanto, se o Senhor quiser faça as contas, dá algum trabalho, mas tem que fazer as contas. A Câmara criou todas as posições, todas as provisões a que é obrigada e que esta Assembleia vai aprovando. Deixe que nós tomamos conta disso à vontade sem problemas. Quando diz que a Câmara avalia por baixo e depois vem dizer que os donos que avaliam por cima, claro, são para isso que são os juristas. Mas sou eu que mando os meus avaliadores fazerem as avaliações por baixo ou por cima? Eu mando-lhes fazer as avaliações não lhes digo façam isso por baixo, quando as avaliações não são de acordo com as pessoas que na Câmara recebem, naturalmente que deixa o processo ir para tribunal. Parece que é uma coisa anormal! Olhe, tomáramos nós que o Instituto de Estradas de Portugal, agora EP, pagasse as expropriações como nós, tomáramos nós! É que os Senhores para as Estradas de Portugal pagam como querem, estabelecem o preço e pagam a cem escudos... E para nós é como se quer. É assim que os Senhores fazem e portanto, vale a pena que o Senhor saiba isso. Depois quando disse, Senhor Deputado não o interrompi, olhe que o ouvi com muito cuidado, o Senhor a abanar a cabeça e não sei quantos mais... E paro, Quando disse que a Inspeção do Trabalho que há uma em cada distrito, fica mal a um jurista não saber isso. Estamos a falar da Direcção Regional das Inspeções de Trabalho que só há aqui e que tem cem concelhos. De facto não é verdade, é



aquilo que eu estou a dizer. Foi criada a Direcção Regional das Inspeções do Trabalho com sede em Viseu, não fizeram festa porque tiveram vergonha, tal é a dimensão desta Direcção Regional. Eu recebi esse Senhor na Câmara que me foi apresentar cumprimentos, sei bem do que é que estou a falar. Continuam as Direcções Distritais e portanto, há uma Direcção Regional que é aqui colocada, tem esta configuração. Estamos aqui em cargos políticos, não sei quantos elementos alguém já tinha ouvido falar nisto estamos a brincar, ou quê? Senhor Deputado, peço-lhe que seja mais comedido nas suas apreciações, porque de facto, obriga-me a responder à letra! Agora deixe-me dizer-lhe uma coisa, é verdade, respondo-lhe à letra sempre que o Senhor fizer observações. Eu não tenho nada a esconder na Câmara, o Senhor pode perfeitamente abordar os seus colegas na Câmara, com os juristas e ter o trabalho com todos, quem não lhe vai apurar os elementos que me pede sou eu. Mais, deixe lhe que lhe diga com toda a frontalidade, acho até que é apoucar um pouco os colegas na Câmara, aquilo que o Senhor está a fazer. Eu mandei-os entender consigo por respeito a si, para lhe facultarem todos os elementos. Senhor Deputado, não o interrompi e ouvi-o com algum cuidado, estava-me aqui a torcer na cadeira e portanto, também não me vai interromper porque eu não vou deixar, mas vai ouvir tudo. Eu tive alguma consideração por si remetendo-o para os seus colegas no pressuposto de que lhe fazia todas as perguntas, o Presidente da Câmara nunca esteve presente nem uma vez, para o Senhor fazer as perguntas à vontade, para obter as respostas à vontade. O Senhor paga assim! Ficamos a saber que da próxima vez é com a intervenção do Presidente da Câmara, com respostas e perguntas, já fica a saber disso. A Senhora Deputada Graça Pinto, diz que eu confundi, que foi um “buzinão”, eu ouvi-o, foi intensíssimo, então não ouvi o “buzinão”, vinte carros a buzinar fazem muito barulho, eu ouvi, portanto, não me diga que eu confundi, eu ouvi muito bem. Agora o que me está dizer é que de facto eu não tenho o cuidado, as pessoas fizeram um abaixo-assinado. Demos-lhes a resposta no sítio certo e esteve aqui uma pessoa que andou a coordenar esse movimento, que tem esta por escrito e manda à Câmara livremente a posição que lhe disse. Nós deixaremos na Estrada Velha de Abraveses a semaforização, até por solicitação da Escola Viriato, que nos disse que a rotunda era perigosa. Portanto, podem haver trezentos mil “buzinões” que aquilo vai ficar assim enquanto não estivermos convencidos de que a situação não é a mais correcta. Também fico muito satisfeito, sejam bem vindos às rotundas! Os Senhores passam a vida a bater nas rotundas e agora fazem um “buzinão” por uma rotunda, mesmo quando os utentes dali dizem que a rotunda não deve ser necessária. Eu que sou o “pai das rotundas”, tomara eu fazer a rotunda, ficava muito mais barata do que a semaforização, ou não se entende isto, não fizemos a rotunda por algum problema? Foi porque os técnicos disseram que não e porque as pessoas que lá estavam com responsabilidade pelas crianças, disseram que não era aconselhável a rotunda e portanto, só fizemos aquilo que devíamos ter feito. O Senhor Presidente da Junta de Santa Maria, eu percebo perfeitamente o tipo de intervenção que cá veio fazer, claramente, quem entrasse neste momento na sala sabia que era intervenção de quem tem que fazer, versos intervenções de quem só deve falar. Como o Senhor tem a responsabilidade de o fazer teve esta intervenção, veio dizer que as obras eram muito importante para a sua freguesia, porque percebe o que nós estamos a fazer. Quem tem só que falar tem este tipo de discurso. Eu vou dizer qual é o problema, andaram durante muito tempo, aqui a pressionar o Presidente da Câmara, nós queremos discutir o Plano Estratégico, até com estas expressões que nós conhecemos aqui nesta Assembleia. Quando lhes apresentei o Plano Estratégico, ficaram sem fala, queriam depois era show-off. Com o microfone perdem-se, o queriam era questionar o Presidente da Câmara. Quando lhes dissemos apresentem na Câmara propostas, nem uma e eu estou à espera das vossas propostas, vá despachem-se com as vossas propostas! Apresentem as propostas! E não me venham dizer que é a partir de hoje, já temos quinze dias de debate, o que é que já apresentaram? Não



que dá trabalho gaste cérebro. Não apresentaram coisa nenhuma, estamos à espera, apresentem as propostas, para saberem ou não, se são acolhidas. Eu vou dizer-lhes qual é o destino das propostas, vão ser enviadas à Parque Expo, quem fez o estudo para ver se elas têm cabimento ou não. Então, isto não é o procedimento correcto? O Presidente da Câmara não está a fazer estudos estratégicos, encomendou a quem sabia e pagou-o naturalmente! O João Paulo é que trabalha de “borla”, é das poucas pessoas. Os estudos que o Engenheiro Sócrates e o Mário Lino pedem são todos gratuitos! Tomáramos nós o que o Governo já gastou em estudos, dava para o Concelho de Viseu para cem anos. Não interrompi o João Paulo, não fica bem a um jovem ter este tipo de procedimento, mas enfim! Nós vamos fazendo os estudos consoante as necessidades, por quem sabe! Se fosse o Presidente da Câmara a fazê-lo havia muito mais razão para criticar, assim como não foi... Gostava de os lá ver, então nós não andámos a fazer convites para as pessoas todas estarem no Centro Paroquial de São José, porque é que lá não foram? Tinham a possibilidade de ficar até com o documento, o suporte documental que eu ofereço com todo o gosto, os filmes espero que não, até porque não gosta da música, o livro não tem música, ofereço-lhe um livro com todo o gosto. Já agora uma outra coisa, a questão trazida aqui das novas tecnologias, mas isso é o quê? O Senhor Engenheiro Sócrates, é que introduziu, mas que novas tecnologias? Ainda o Senhor Engenheiro Sócrates não era Primeiro-ministro e nós já usávamos o computador na Câmara, desmaterializar a informação, aliás, também vem chegando tarde. Há uma diferença connosco, ele é bem mais bonito do que eu perece-me, mas eu não uso teleponto também, é a única tecnologia que eu não uso, agora de resto, usamos isto, o power point é mais modesto paciência, porque aquela empresa que veio apresentar em power point à Câmara, veio gratuitamente. Exactamente, foi gratuita! Dava quase para fazer a estrada de Nelas. Os senhores pensam que nós andamos aqui a dormir. Já agora ao Senhor Deputado Hélder Amaral, vou dizer-lhe o seguinte, eu percebo a sua ironia, o Senhor gosta muito de ser irónico e diz: “...bem apresentou-se com dezasseis anos...”. Se o seu Presidente da Câmara, que o Senhor disse por quem tinha muito respeito, parece que os senhores não usam esse tipo de condição, se o tivesse feito, se nós o tivéssemos encontrado escusava de ter este tipo de trabalho, só que nós não encontramos nem isto nem o resto. Nem encontramos trabalho feito no “Centro Histórico”, nem trabalho feito nas freguesias, nem uma coisa nem outra, então tivemos que fazer num lado e noutro. Há uma coisa que eu não lhe deixo, podíamos ter feito aquém daquilo que o Senhor diz, mas não me diga que nós não fizemos nada no “Centro Histórico”, isso não lhe deixo dizer. Já agora, não deixo porque não é possível esconder o que lá está e portanto, nós deitámo-nos agora a este Plano Estratégico, porque só agora é que o QREN nos possibilita isso, é evidente que foi por isso. Já agora uma outra coisa em relação ao Largo do Hospital, foi o CDS que nos disse, nós queríamos libertar a frente do Hospital, foi claro o CDS que nos disse! O mesmo CDS que mandou ocupar a frente do Hospital, foi o mesmo CDS que procedeu à ocupação da frente, que definiu quantos prédios que lá levavam. Depois de se ver aflito, o CDS vem dizer agora nós é que mandamos libertar, não o tivessem feito já estava libertado. Pensa que eu não tenho memória! Há uma coisa que eu lhe garanto, os senhores não me acusam de coisas que eu não fiz. Já agora uma outra coisa e penso que a intenção não foi essa, espero que não tenha sido Senhor Deputado, espero que não tenha vindo dizer que há Câmaras que dão maus exemplos e que a Câmara de Viseu não é um bom exemplo, se quiser fazer insinuações faça-as directamente. Eu tenho responsabilidades acrescidas, portanto, estou pronto para responder por elas. Se há alguma insinuação em relação a Viseu, faça o favor de a fazer, que eu não tenho nenhum receio, nenhum, antes pelo contrário, estou disponível para dar a cara. Se tem alguma coisa não se fique nisto: Que há Câmaras que dão maus exemplos, que a Câmara de Viseu não é um bom... Diga aonde é que não é e diga quem são as pessoas, diga se é o Presidente da Câmara, diga quem é, que eu estou aqui disponível para



esclarecer tudo, vamos a isso, se é que fez alguma insinuação, não a faça, declare abertamente. Se há guardanapos a que eu não me limpo e há espelhos aonde eu não me vejo, portanto, não me dá lições sobre isso. Tenho mais de dezoito anos seguidos de autarquias, tenho muitas responsabilidades e tenho muito orgulho aonde cheguei. Não me embarace com coisas porque eu não tenho nem sacos verdes, nem azuis, nem castanhos nem amarelos. Quem sabe fazer “lobi”, o João Paulo sabe como é que isso se faz, não me venha com esse tipo de situações, porque eu não lho permito. Não vá por essas insinuações diga directamente, tem aqui um Presidente da Câmara disponível para dar a cara aonde quiser para se defender de tudo, mas não fique com insinuações que eu não deixo. Disse que houve contestação em várias frentes e viemos agora à pressa por este estudo, ficámos assustados, digamos com as propostas do Partido Socialista no Governo Municipal, com as propostas que apresentaram e viemos agora à pressa fazer isto por nos assustarmos. Eu queria dizer-lhe Senhor Deputado, não me assusto com facilidade. Até já estou tão habituado, que não me assusto com facilidade, bem podem mudar de cara, bem podem mudar de rosto, que o Presidente da Câmara não tem medo, não tem receio. Eu já conheci tanta gente do seu lado a tentar assustar-me e ciclicamente nós damos-lhe a resposta e quem lhe dá a resposta são os viseenses, eu não me esforço a dar resposta, são os viseenses que em mim confiaram e já lhe deram cinco respostas e se aguardar vai ter outra, está bem Senhor Deputado! Não esteja com essas questões. Nós ficámos assustados com o Partido Socialista? O Partido Socialista se quiser colaborar que colabore, se não quiser colaborar faz aquilo que sempre fez aqui, remar ao contrário. Olhe, nós temos muito orgulho na cidade e há uma coisa que os senhores podem dizer, os senhores não têm nada a ver com as asneiras que hão na cidade, mas também não têm nada a ver com o desenvolvimento da cidade, nadinha, nem da cidade nem do concelho. Estiveram sempre do lado contrário da barricada, sempre! Os senhores não têm nada a ver com isto, nem para o bem nem para o mal. Se a cidade é reconhecida não é nada convosco, os senhores com a mão fechada fizeram aquilo que nós sabemos, nunca trouxeram nada, nada, nada! Mais, têm até horror a que as pessoas tragam alguma coisa para cá e nota-se. Não gostou de ouvir, teve que ouvir isto! Depois diz que não passa de intenções, o Senhor Deputado diz que o estudo que há-de ter custado uma fortuna não passa de intenções. Tiveram aqui uma Moção de Congratulação pela auto-estrada para Coimbra, que já está feita, nós daqui a bocadito já lá passamos, essa está concretizada. Esperamos pelos seus contributos Senhor Deputado, está ainda a tempo de os fazer e eu espero sinceramente que tenha tempo para fazer os seus contributos. O Deputado Hélder do Amaral diz que eu tenho medo até quando não inauguro algumas obras e eu vou inaugurar muitas destas obras, do Plano Estratégico. Há uma coisa que eu sei, pode estar comigo, porque o CDS não inaugura nenhuma, isso lhe garanto, pode ir à boleia comigo, porque o Senhor não inaugura nem uma e mais, se for como representação... Oh, Senhor Deputado eu custa-me muito dizer-lhe isto, sempre tive consideração pelo seu partido, sei que não é recíproco, mas também não me assusta. Olhe, foi por causa desse tipo de posições que os senhores estão como estão. Eu conheci o CDS com quatro Vereadores na Câmara e conheci o CDS com dezasseis freguesias e conheço o CDS apenas com dois Deputados na Assembleia Municipal, os senhores hão-de responder por isso, não me perguntem a mim. Quem vos fez chegar a este estado, é essa ironia de quem tudo sabe e com esse à vontade com que usam o palatório, os senhores parecem que sabem tudo e ainda dão lições por cima. Olhe, veja o estado em que estão. Depois diz uma outra coisa e isso não lhe deixo passar, que a Assembleia Distrital que foi recuperada com dinheiros do turismo, é falso! A Assembleia Distrital foi recuperada com dinheiros da Câmara, das Câmaras e portanto, foi dito aqui, é um edifício das Câmaras todas. O Presidente da Câmara a quem foi destinada a Assembleia Distrital, que por acaso agora finalmente foi morta, ao que sabemos hoje. A Assembleia Distrital só foi recuperada porque eu achei que no “Centro Histórico” não



devia estar o edifício como aquele que lá estava e eu que não tinha nada a ver com aquilo, meti-me também a recuperar o edifício, está o edifício recuperado por esses motivos. Por fim para dar resposta a uma senhora que me perguntou da participação do cidadão, eu não o que é que achava... Fez muita alusão a um grupo de cidadãos que aqui vieram, nós prometemos-lhes aqui que íamos fazer uma exposição pública sobre esta matéria, foi o que fizemos, os cidadãos estiveram lá, dissemos-lhes que podem apresentar propostas por escrito que nós que as recebemos na Câmara, o único problema foi de não falarem na Sessão? Era isso! Mas nós percebemos bem, o único problema foi de não falarem, porque ainda hoje passado não sei quanto tempo, ainda não temos nenhuma proposta, naturalmente que a estão a fazer e que a esperamos, mas não houve proposta nenhuma. Não me venha dizer que isto não é participado. Então mas como é que é participar? Avisamos, distribuímos documentação escrita, está o projecto ainda em discussão e depois dizem que não é participado, um dia destes vão-me dizer que já são exposições a mais. Eu já percebi, primeiro não havia participação dos cidadãos, agora há... Eu é que percebi isso há muito tempo, os senhores andaram durante muito tempo a dizer-me, parece que nós tínhamos problemas com o público, com os cidadãos, mas nós quem? Há alguém que tenha sentido mais o carinho dos cidadãos de que este Presidente da Câmara? Eu tenho algum receio dos cidadãos, olhe a Senhora vá um dia comigo fazer campanha, que eu mostro-lhe o carinho que os cidadãos comigo e era eu que tinha receio de ir ao encontro dos cidadãos! Veja como é que foi a Sessão lá em baixo, participada, com grandes elogios por parte dos cidadãos que lá estiveram. Eu não tenho nem percebo qual é o problema em relação à participação. Venham os contributos para depois puderem vir aqui dizer: Nós apresentámos estes contributos e a Parque Expo não os aceitou. Amanhã os responsáveis serão responsabilizados por isso. Agora não venha dizer que só não houve participação porque não falaram. Sobre a questão que o Doutor Mota Faria aqui colocou, eu queria dizer que esta questão do comércio tradicional, não deixa de ser curiosa, olhe eu retirei uma notícia de um jornal, já nem sei aonde é que a tenho sobre o caso de Bragança que não deixa de ser curiosa. Bragança diz, ou diz num jornal, que no “Centro Histórico” está perfeitamente às moscas e portanto, não tem nenhum centro comercial. Em Bragança não há nenhum centro comercial e há um comerciante que diz: “Há dias em que as lojas não fazem um euro”. Depois em cima diz: “Centro Histórico de Bragança”. Então qual é a guerra das grandes superfícies? É o Palácio do Gelo faz guerra ou Doce Vita de Vila Real. Não é! É o Partido Socialista que tirou dinheiro do bolso das pessoas. Não há dinheiro no bolso das pessoas, os senhores deixaram toda a gente sem dinheiro e portanto não vão aqui nem aos centros comerciais. Aí é que está a verdade, os senhores não querem ouvir isso! O problema não é das grandes superfícies nem deixa de ser. Entendamo-nos, digam quando é que são contra as grandes superfícies, quando é que são contra os centros comerciais e quando é que não são. O que nós estamos habituados é a este tipo de discurso, quando estão à frente de promotores de centros comerciais elogiam-nos, quando estão à frente de pequenos comerciantes elogiam-nos também. Dizem aos pequenos comerciantes que a culpa é dos centros comerciais e dizem aos centros comerciais, que os comerciantes estão aborrecidos, entendam-se de vez. Eu gostaria de dizer isto, não sei qual é o número de vezes que já o fiz, eu fui com o Senhor Presidente da Associação Comercial, reuni com o Senhor Secretário de Estado para lhe perguntar de quem era a responsabilidade do despacho das superfícies comerciais e o Senhor Secretário de Estado disse-lhe à minha frente e espero que o volte a repetir, que a responsabilidade que é do Governo. E mais, que tem um processo com a União Europeia, porque a legislação europeia não permite que se ponham obstáculos ao direito de estabelecimento. Portanto, as grandes superfícies só têm duas formas de serem impedidas, ou por problemas urbanísticos, ou por problemas ambientais, não há mais nenhuma forma. Como é que vêm dizer que a culpa é nossa? Quer que lhe leia como é que é despachado um processo numa grande superfície, como é



que é feita a avaliação? Direcção Regional de Economia e que depois nos diz se esta grande superfície é ou não boa. O que diz normalmente é que ela é que tem, digamos, muitos postos de trabalho, que está bem localizada que ainda é necessária. Então os senhores decidem isto e depois culpam a Câmara? Desculpem lá, mas qual era o Presidente da Câmara com bom senso que ia eventualmente dificultar a vinda de uma unidade que diz, os senhores não o contestam, esteve lá o Representante do Governo e muito justamente a fazer elogios, que traz três mil e duzentos postos de trabalho. Quem é que contestou isto? As grandes superfícies inventaram os postos de trabalho? No Palácio do Gelo, aqueles postos de trabalho foram inventados? Aquilo que é dito com grandes elogios e volto a dizer mais uma vez, justos, é que aquelas unidades são precisas e criam postos de trabalho. Não podem estar de bem com Deus e com o Diabo. Não podem dizer sim às grandes superfícies e aos centros comerciais e também coitados deles que dão cabo dos comerciantes do “Centro Histórico”. Fui eu que inventei estes centros comerciais? Ou hoje alguém tem dúvida, aquilo que se dizia na inauguração do Palácio do Gelo, é que as pessoas vinham de Coimbra, de Oliveira do Hospital o verem, o que significa que o contrário também é verdadeiro, se o cá não tivéssemos iam daqui para Coimbra, para Vila Real, para Oliveira do Hospital, se os lá houvessem. E depois, como eu já tive a oportunidade de ser confrontado, os cidadãos vinham à Câmara e diziam: Oh Senhor Presidente, é uma vergonha, nós temos que ir para Aveiro ou para Vila Real porque não temos cá nada. Era isso que os senhores queriam, não? Vamos então pôr as coisas no lugar, eu de certo modo não me deixo impressionar por este tipo de posições seja qual for este discurso mais ou menos irónico, que seja aqui colocado. O Senhor Presidente da Junta de Boaldeia, disse afinal aquilo que sentia, é que nós tínhamos que optar por alguma prioridade e a prioridade que tivemos, porque nos comprometemos, foi levar o Rossio às aldeias. E é hoje com muito gosto que eu digo, que na maior parte das freguesias, o que ouço discutir, ainda ontem ou anteontem tivemos reunião das Juntas de Freguesia, eram problemas da quarta fase do meu saneamento, a terceira fase do meu saneamento, já são questões de pequenas franjas que não estão cobertas. Não foi isso que encontramos, Povolide, Bodiosa, Boaldeia, não um metro tinham de saneamento quando eu cheguei à Câmara. Os Senhores estão a pensar que eu tenho algum receio de mostrar o nosso trabalho, antes pelo contrário, o nosso trabalho está bem visível e o problema é esse. O que mais incomoda algumas pessoas e eu vejo-os incomodados, é com as obras. Os senhores não estiveram preocupados com aquele estudo, estão preocupados quando as obras começarem a aparecer, isso é que os preocupa e de que maneira, ficam preocupados quando nós vamos inaugurar obras. Eu não fui eleito para outra coisa, foi para inaugurar obras. Já agora devo dizer ao Deputado Hélder Amaral, eu nunca me lembro chamar ao Presidente da Câmara anterior jardineiro, vou dizer-lhe que estive à pouco tempo a recuperar os jornais numa revista que me apelida a mim de jardineiro. Deixe-me dizer-lhe se por acaso fosse uma questão de jardinagem, eu ficava muito bem com o título, porque nunca Viseu esteve também ajardinado como agora, portanto, foi por nós. Até mesmo o jardineiro, eu não me importa de ser medido, porque de facto, somos um modelo em termos de jardinagem. Se eu chamei jardineiro e diz que ganhei as eleições por causa de chamar jardineiro, de certeza que se enganou não foram palavras proferidas por mim, mas até nesse aspecto não tenho problema nenhum em pedir messes. Peço desculpa Senhor Presidente, não se importa mas fiquei com a parte mais importante, por digamos, me apaixonar um bocadinho e tem a ver com a CNAPU. O Doutor Mota Faria colocou uma questão muito pertinente sobre os imposto e que eu gostaria de lhe dar resposta e gostaria de fazer um histórico muito curto Senhor Presidente. Esta reforma fiscal, como é sabido, foi implementada há quatro anos, quatro anos que começou, mas tem três anos e pouco. Esta reforma começou com a definição de coeficiente de localização. Os coeficientes de localização foram determinados por peritos nomeados pelo Governo. Os Senhores



podem bem torcer a cabeça e eu posso-lhes dizer que tenho um documento meu a dizer que me insurgi contra os peritos, estes peritos que estão aqui neste momento e não tenho nenhum problema pessoal, não têm a confiança da Câmara Municipal. Mais, soubemos apenas quem eram os peritos, já depois do trabalho feito e entregue. Os peritos e eu gostaria que alguém viesse desmentir isto, nunca se apresentaram na Câmara, nunca fizeram a apresentação na Câmara, nem soubemos sequer que eles tinham feito o trabalho. Soubemos quando a proposta que eles fizeram nos foi apresentada e a Câmara fez aquilo que devia, fez uma contraproposta que não foi aceite e não foi aceite com base na legislação. Felizmente temos aqui alguns Deputados da Assembleia da República que conhecem isto. O que foi dito foi: Não é possível fazer revisões enquanto não passarem três anos. O que é possível é fazer pequenos acertos. Portanto, estivemos durante estes três anos até acabar o período de três anos. Acabado o período de três anos a Câmara fez o seu trabalho e fez o seu trabalho, pelos vistos de forma calma, mas os senhores não gostam. Arranjou gabinetes externos e pediu para fazerem uma avaliação dos coeficientes de localização. Posso dizer que aquilo que aprovamos ontem, foi uma coisa muito curiosa, foi uma proposta partidária, foi chumbada e uma proposta técnica que foi aprovada. Proposta feita por gabinetes, com uma informação que nós transformámos em deliberação. E curiosamente esta proposta nem teve nenhum voto contra, o que não deixa de ser curioso. Portanto, o que nós mandámos para baixo foi uma proposta com o que aquilo para nós, eram os coeficientes de localização correctos. A CNAPU o que nos veio responder foi com uma proposta que os baixa efectivamente, mas aquém daquilo que a Câmara pediu. O que significa e penso que não restam dúvidas para ninguém, que a proposta que agora há-de vigorar se não for aceite a nossa, é uma proposta da CNAPU, é uma proposta que não é nossa. Bem, nós pedimos e o Partido Socialista, acho que ainda pedia mais. Portanto a CNAPU é soberana para dizer se quer ou não. Que não venham depois os mesmos actores do costume, dizer que é proposta da Câmara, não é proposta da Câmara. Já agora, porque é importante que se diga isto, no ofício em que a CNAPU nos transmite isso, diz uma coisa muito importante, diz que não aceita abaixamento tão grande, porque a nível nacional a maior parte das Câmaras está a propor aumentos de coeficientes de localização. Isto deixa os Vereadores do Partido Socialista numa posição muito complicada, porque durante muito tempo andaram a dizer que os coeficientes de localização altos são da responsabilidade da Câmara e ponham os olhos nas outras cidades, Só que agora passados três anos a Câmara de Viseu baixa-os e as outras cidades têm que os subir. Eu agora espero qual é a argumentação que vem a seguir. Portanto, para dizer ao Doutor Faria que, a proposta final se for a nossa, nós tomamo-la como sendo nossa, se não for nós declinamos a responsabilidade e atribuímo-la à CNAPU. Já agora, pequenos exemplos em que a Câmara os contraria, é possível que uma área por exemplo na zona do Pingo Doce, que é uma zona em expansão tenha o mesmo coeficiente de localização do que o Bairro da Balsa? A Câmara insurgiu-se contra isso. Se ele vier com o mesmo coeficiente de localização, não digam que foi o Fernando Ruas e os seus colaboradores, foi a CNAPU. Como por exemplo, uma coisa que nos deixou também muito preocupados e contestámos, é que o alargamento das unidades homogéneas, transformou coisas perfeitamente inacreditáveis. Por exemplo o Bairro da Balsa tem o mesmo coeficiente de localização da Quinta do Bosque. Querem responsabilizar a Câmara por isso? Já trouxemos isto à exaustão, podem até colher alguns frutos, mas não calam o Presidente da Câmara para dizer que isto que é responsabilidade do Governo. Se quiserem que seja da nossa, adoptem aquilo que nós propusemos. Já agora uma outra coisa, reuni com o Senhor Director Distrital de Finanças e com os dois Subchefes de Repartição, fizemos até um comunicado, nós que percebemos bem que as três pessoas não quisessem, digamos, assumir essa responsabilidade. Nós fizemos um comunicado combinado com os senhores e que retrata fielmente aquilo que se passou na reunião e toda



a gente concordou, pelos vistos a única posição diferente é a do Partido Socialista. É que estes valores patrimoniais não se corrigem com diminuições de taxa, a diminuição de taxa resolvia o problema de entrada de dinheiro na Câmara, mas não resolvia o problema de entrada de pagamentos à Administração Central. O que a ser verdade, dá a impressão que o Partido Socialista quer pouco dinheiro na Câmara e muito dinheiro nos cofres da Administração Central, é isso que os senhores querem. Estou disponível para mostrar outros exemplos e posso começar com o meu Senhor Presidente. Eu tenho um recibo na minha mão que diz isto, o valor patrimonial dos imóveis que eu tenho, foi avaliado no ano passado da mesma forma que este ano, o mesmo valor patrimonial, quer dizer que as Finanças não intervieram naquela fórmula. Eu pago menos este ano do que paguei no ano passado, porque a Câmara passou de zero oito para zero setenta e dois e passou de zero setenta e dois, para zero setenta, o que significa que só há aumento de valores aonde a Administração Central intervém, que é naquela fórmula do valor patrimonial. Eu penso que isto está perfeitamente esclarecido. É evidente que vão continuar a dizer que baixemos a taxa, perderam todos os argumentos, agora baixemos a taxa. O que significava o seguinte, em linguagem simples era isto, o que os Vereadores do Partido Socialista, eu não sei se aqui a bancada alinha pelo mesmo diapasão, o que nos diz é uma coisa muito simples, a Administração Central que faça as asneiras que quiser nos valores patrimoniais, os senhores depois corrigem-nos pela taxa. Quer dizer nós temos entre zero e zero vírgula oito nos prédios antigos, então a Administração Central fazia os erros e nós passávamos a zero sete, para o ano continuavam os erros, passávamos para zero seis e se calhar daqui por uns anos era zero um, ou até nem havia taxa. Era isto? Isto é procedimento? Cada um que faça o seu trabalho e já vos vou dizer o que combinámos, que os Chefes de Repartição acharam justo, foi que naquele documento que mandam ao cidadão, o contribuinte que ponha uma setinha nem que seja a lápis a dizer: Este é da Câmara, este é da Administração Central. Como fazem aliás, nos impostos sobre veículos, já escrevem lá que este imposto é para a Câmara e portanto, assim ficamos todos a saber se há em Viseu impostos mais elevados, no que respeita a IMI a responsabilidade exclusiva é da Comissão definida pelo Governo e composta pelo Governo. Penso que esclarecemos esta situação completamente. Só uma última referência a uma tirada do Senhor Deputado Hélder do Amaral, já em resposta ao Senhor Presidente da Junta de Boaldeia, se este Executivo fosse competente... Mas cada um fica naquilo que lhe parece. Foi isto que o Senhor disse. Eu que da sua parte que nos pode considerar incompetentes, mas pode saber que é uma posição minoritária. Sabemos bem o que é os viseenses pensam de nós, essa é que nos interessa muito mais, não faço conta de ser eleito com o seu apoio, naturalmente.”

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Hélder do Amaral. -----

- **TRINTA E DOIS** – **SENHOR DEPUTADO JOSÉ HÉLDER DO AMARAL (CDS/PP)** – Pede a palavra para esclarecer o seguinte:”Ainda bem, que vossa excelência optou por me responder, agora e eu gostava de esclarecer duas coisas: Primeiro, Senhor Presidente, não tenho a pretensão de ser o mais esperto e o mais inteligente e no estilo que porventura parecerá isso, deve-se apenas e só ao facto de eu fazer política com a total independência. Espero que, Senhor Presidente, isso mo possa reconhecer. Faço política sem nenhuma ajuda financeira de nenhuma empresa, pago a minha própria actividade política. Venho de Silgueiros, comi muito carolo, muita sardinha salgada, passei fome e estou aonde estou, por mérito próprio. Talvez isso me leve a alguma vaidade pessoal, quero pedir desculpas por isso, mas não faço. Depois, quero explicar-lhe outra coisa Senhor Presidente, eu não sou obviamente do PSD, mas tenho o maior dos respeitos pelo Partido Social-democrata. Tenho o maior dos respeitos pelo Presidente da Câmara Municipal de Viseu, por alguns, estou a dizê-lo e espero que fique em acta. Por alguns dos meus amigos e Vereadores desta Câmara, por quem tenho particular amizade, pelo Presidente da Bancada Parlamentar, por muitos Presidentes de Junta. Até lhe vou dizer mais Senhor Presidente, quero dizer a



Vossa Excelência, se há trabalho que eu considero meritório nesse Executivo, é o trabalho feito nas Juntas de Freguesia. Com a mesma frontalidade e à-vontade e liberdade com que sempre fiz política, devo dizer-lhe se cometemos o erro que cometemos, sei que cometemos na fachada de São Teotónio, é bom que o Senhor Presidente o corrija, com os custos que a Câmara vai ter. Eu disse que estava solidário com esses custos. Também verá, quando vir a discussão das grandes superfícies, que serei talvez o único, na minha Bancada sou o único, mas se calhar no Parlamento inteiro, a dizer que eles devem permanecer fechados ao Domingo, porque isso protege o comércio tradicional. O mesmo princípio que esteve subjacente à primeira lei. Porventura este meu à vontade é por quem é coerente, por quem diz o que pensa e por quem vai querer estar ao seu lado a inaugurar obras. Eu gosto de inaugurar obras, gosto de inaugurar as suas obras! Se isso significar o desenvolvimento de Viseu, eu quero que Viseu se desenvolva e se não me convidar, lá estarei, como qualquer humilde viseense no meio das pessoas a aplaudir essas inaugurações. Espero é que elas surjam o mais depressa possível. Já agora para terminar, Senhor Presidente da Câmara, peço por favor, se tiver que o fazer, que me mande o filme mesmo com aquela música que eu não gosto, mas isso é uma questão de gosto. Eu espero que o Senhor Presidente da Câmara, no mesmo desse estilo todo não queira, já agora, condicionar o meu gosto.” -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo. -----

- **TRINTA E TRÊS** – **SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO**

(PS) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “O Senhor Presidente não fica assustado, por vezes eu é que fico, pela forma como fala a esta Assembleia, têm aparecido aí umas televisões, se calhar era conveniente que elas começassem a vir aqui filmar, para ver se baixávamos também um bocadinho, se tranquilizávamos, se nos acalmávamos. Eu estou em crer que Senhor Presidente da Câmara, se de facto, algumas das coisas que diz e da forma como as diz, se fossem vistas pelos viseenses lá fora, se calhar, deixe-me dizer-lhe isto olhos nos olhos, não era tão tratado como diz, pelos viseenses. Tem que pensar que aqui dentro desta Assembleia estão viseenses e viseenses eleitos. Esclarecer que o que eu disse foi: Posto isto Senhor Presidente da Câmara ia referir-me aos projectos que aqui anunciou, contará com o nosso inequívoco apoio aquando da execução de algumas das ideias que anunciou, mas conte também com a nossa oposição a eventuais desvios por norma levados a cabo por tentações económicas, que infelizmente grassam no nosso País Autárquico e que esta Câmara, sem ser das piores, está longe de ser um exemplo. Reli. Pode não estar esclarecido como eu agora vou esclarecê-lo. Os desvios e isso acho que fica claro, é aos projectos, às ideias que inicialmente apresentou, porque eu posso dizer que vou fazer um prédio com três andares e depois aparece um prédio com cinco andares. Anuncio que vai ser feito de uma certa maneira e depois aparece de outra. O que eu digo é que isto acontece por tentações económicas, mas não são dessas que o Senhor Presidente me pôs a insinuar, porque eu não faço essas insinuações. Nunca fiz e agora até parece que temos que vir aqui todos dizer-lhe que temos um enorme respeito por si. Eu tenho um enorme respeito por si, porque sabe que tenho e nunca questioneei a sua seriedade. Agora também não lance para cima dos outros, que somos nós que vimos levantar essas questões ou acusar alguém, ainda por cima de forma velada, nunca fiz isso, nem nunca questioneei a sua seriedade aqui. Agora, que esta Câmara não dá o exemplo, não tem um comportamento exemplar em matéria de planeamento urbanístico, na minha perspectiva não tem. Fica claro e fica aqui dito também e portanto, contará com a oposição do Partido Socialista se fizer prédios no jardim da Avenida Capitão Silva Pereira. Somos contra! Pode dar dinheiro à Câmara e essas são as tentações económicas a que eu me refiro e a nos referimos, vamos demonstrar-nos contra isso! Espero que tenha ficado claro. O Senhor Deputado Mota Faria, traz para aqui uns raciocínios simplistas, quer dizer, já estou como diz o Senhor Deputado Hélder Amaral, minimamente vamos considerar, a conversar provavelmente na escola primária, nós conseguíamos valer esses argumentos, agora não é



com esses raciocínios simplistas que obviamente vai convencer a bancada do Partido Socialista. Podemos ser a favor das grandes superfícies e podemos estar solidários com o comércio tradicional, porque é que não? Diga lá porque é que não? Agora podemos e dizemos claramente que a Câmara tem um papel, mais não seja, como disse o Senhor Presidente da Câmara, ali há pouco, através do PDM, condiciona. Ali, aonde é o Palácio do Gelo, não há cá Palácio do Gelo nenhum, podia ter sido dito pela Câmara Municipal aqui há uns anos atrás, ou o Senhor Deputado não conhece Évora? De certeza que já lá foi? Ou não conhece Guimarães? Ou não conhece outras cidades que há no País? Olhe em Leiria há quantos anos que eles andam a discutir para a instalação de uma grande superfície. O que eu julgo que é de bom senso, é nós não quereremos ter uma atitude do Senhor Presidente dos Estados Unidos da América, dos bons contra os maus. Não são os bons contra os maus, há aqui algumas perspectivas. O Senhor Presidente da Câmara tem obra, fez algumas coisas muito bem feitas, respeitamo-lo por isso e noutras questões criticamos e apresentamos os nossos argumentos, que não são simplistas. O Senhor Presidente da Freguesia de Boaldeia, pessoa por quem eu tenho todo o respeito e quem enfim, sou amigo e da família, veio para aqui mais uma vez com raciocínio simplista, ou fazia uma coisa ou fazia outra, não é assim como diz. Podia ter feito as duas coisas e o Senhor Presidente da Câmara sabe que teve oportunidades para defender, reabilitação, regeneração, o comércio tradicional e que outras cidades o estão a fazer. Qualquer dia com os centros comerciais, nós vamos estar numa situação de não ter cá pessoas, não criamos mais valias... Vou concluir em trinta segundos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, também lhe devo dizer o seguinte, há bocado o Senhor Deputado Mota Faria falou dezasseis minutos ininterruptamente, ninguém lhe disse nada, pronto! Também agora para nos esclarecermos contra os tempos. Portanto, Doutor Fernando Ruas, poderia efectivamente ter feito algumas coisas. Tem que respeitar que o Partido Socialista esteja aqui a apontar as suas críticas. Porque é que não relevou os elogios que eu fiz à proposta? Porque é que não deu relevância com o que nós estamos de acordo? Podia tê-lo feito e depois poderia ter dito, sim senhor, os Senhores Deputados do Partido Socialista estejam descansados, vamos discutir publicamente a proposta. Vamos querer ouvir as opiniões das pessoas.” -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, faz a seguinte advertência: “O Senhor Deputado não condiciona a Mesa e essas insinuações não podem ser tomadas, eu tenho aqui o Senhor Secretário que aponta todos os tempos dos Senhores Deputados. O Senhor Deputado Mota Faria, fez dois minutos numa intervenção e oito noutra, aonde podia usar dez. Vamos evitar este tipo de situações, não é uma questão de palavra contra... Senhor Deputado tem que ter respeito para com a Mesa e não pode lançar insinuações desse tipo. O Senhor Deputado na primeira intervenção tinha dez minutos e eu dei-lhe quinze, agora tinha três dei-lhe seis, de que é que se tem de queixar? A Mesa procura conduzir os trabalhos com total equilíbrio e sem coartar a palavra a ninguém. Agora também não admite nem o Presidente da Mesa, nem a Mesa, situações daquelas que o Senhor Deputado insinuou ali. Ninguém é beneficiado nesta Assembleia pelo facto de ser do Partido A, B ou C. Toda a gente tem o direito a usar, nos termos Regimentais e com a benevolência que eu normalmente tenho na condução dos trabalhos e exprimirem todos os seus pontos de vista. Agora não admito ao Senhor Deputado que ponha em causa a independência da condução dos trabalhos por parte da Mesa e do Presidente da Assembleia Municipal e que fique bem claro. O Senhor Deputado Mota Faria tem a palavra.”-----

- **TRINTA E QUATRO – SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA FARIA (PSD)** – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Oh, Senhor Deputado João Paulo, eu já há muito tempo, já tenho uns anitos e só queria aqui fazer rapidamente. Esta arrogância política, de que tudo sabe, de se virar aqui, quer dizer, os outros têm



soluções simplistas. Há uma coisa que eu sei, já passou muito tempo e atestados de menoridade política, não os passo a ninguém, nem aceito que mos passem. Por isso, a questão do respeito pelas intervenções dos outros, pelas situações, por aquilo que é afirmado... Aquilo que eu disse aqui mantenho, em termos políticos vocês têm que se definir, têm que ser claros. Esta é uma situação e isto não é uma questão simplista, é uma questão de apelo à definição. Por isso, não aceito que seja passado um atestado de menoridade política. “Nós aqui é que somos as pessoas que sabemos que temos reflexões profundas sobre as situações, nós meditamos e os outros são todos uns indivíduos que fazem umas coisas simplistas”. Eu não aceito isso e até ultimamente tenho seguido uma máxima de alguém, há uma fraca memória política e dos políticos... Eu sigo isso, cuidado não tenho fraca memória!” -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão. -----

- TRINTA E CINCO – SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DE ASCENÇÃO (PS) – “Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “Queria começar por afirmar, inequivocamente que somos a favor do abaixamento dos factores de localização no Concelho de Viseu. Não apenas na cidade mas também no resto do concelho, porque contrariamente ao que foi aqui dito numa outra Assembleia, os factores de localização fora da cidade de Viseu, não estão no mínimo. Há vários factores de localização acima do mínimo que é previsto no código do IMI, bom, mas isto para dizer que efectivamente, temos que nos congratular pela proposta que tenta baixar os factores de localização no concelho, elaborada e remetida à CNAPU pela Câmara Municipal. Lamentando no entanto, que só nesta altura, passados três anos, se faça um trabalho que deveria ter sido feito aquando do Protocolo celebrado entre a Associação Nacional de Municípios e a Ministra das Finanças, então Doutora Manuela Ferreira Leite. Esse Protocolo dizia no ponto sete ponto quatro, assinado pelo Presidente da Associação de Municípios, que o Senhor Presidente da Câmara bem conhece, como todos sabemos. Em cada Município, por deliberação da respectiva Câmara Municipal, será nomeado um técnico com habilitações adequadas para intervir de interlocutor junto dos Serviços Locais da Direcção Geral dos Impostos e os coadjuvar nomeadamente na fixação do zonamento de cada um deles. Sete ponto cinco, com o objectivo de antecipar os trabalhos de zonamentos dos Municípios, as Câmaras Municipais fornecerão em duplicado aos Serviços de Finanças da área do Município, as plantas dos aglomerados urbanos definidos nos Planos Directores Municipais, à escala disponível no prazo de trinta dias após a data da assinatura do presente Protocolo. Destas duas cláusulas, apenas a segunda que acabei de ler foi cumprida. Um rolo com as plantas dos aglomerados foi remetido a cada um dos Serviços de Finanças de Viseu. Quando ao resto e sei do que estou a falar, tenho conhecimento concreto do que estou a falar, nada foi feito pelo Município de Viseu, Se chamo isto à colação é porque penso que, se nesta altura tivesse sido feito o trabalho que agora a Câmara desencadeou no sentido de baixar os factores de localização, nesta altura decorridos três anos, estaríamos a pugnar e certamente a conseguir aquilo que efectivamente se pretende agora. Aquilo que se fez agora deveria ter sido feito há quatro anos atrás, em dois mil e três, salvo erro. Portanto, é com quatro anos de atraso que aparece um trabalho feito que deveria ter sido feito nos termos do Protocolo assinado entre o Ministro das Finanças e a Associação Nacional de Municípios. Por outro lado, também queria dizer o seguinte, aos contribuintes o que conta quando se trata de IMI, é aquilo que cada um vai ter que deixar no local aonde paga. Se vai para os cofres da Câmara, se vai para os cofres do Estado isso pouco interessa, o que interessa o que lhes sai do osso. Se efectivamente queremos culpar alguém pela informação que é dada relativamente a isso, temos que dizer que eles não são mais do que a palavra da verdade. Os funcionários de Finanças, sempre souberam interpretar as leis fiscais, sempre souberam dar-lhes aplicação e sempre souberam dar as informações que lhes foram



pedidas sobre essa aplicação e sobre o conhecimento da aplicação. Não vale a pena fazer queixas dos funcionários de Finanças, porque eles saberão continuar a desencadear a aplicação das leis fiscais na liquidação e cobrança dos impostos. Portanto, fiquemos bem cientes de que os impostos que cada um paga, se se devem por um lado aos factores de localização, devem-se por outro à teimosia da Câmara em não querer baixar as taxas de tributação do IMI.” -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----
 - **TRINTA E SEIS** – **SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO** – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas, da seguinte forma: “Oh Senhor Presidente, eu vou fazer um esforço para usar uma linguagem calma, mas também para demonstrar que há mais gente que berra aqui. Ouvimos, há bocadinho, a posição do jovem que me interpelou a berrar ali ao microfone e não houve qualquer problema da minha parte. Cada um tem o estilo que tem e há uma coisa que eu sei, posso estar aqui trinta anos, os Senhores Deputados não me ouvem um insulto como aqueles que eu já tenho ouvido aqui, portanto não faço isso. Di-lo-ei de forma mais apaixonada, sobretudo quando me calcam os calos e portanto, esse é o estilo que já habituei. Já agora, gostaria de dizer ao primeiro ao orador, ao Senhor Deputado João Paulo, se os viseenses soubessem lá fora... Os viseenses podem vir aqui e se soubessem também qual a actuação do Partido Socialista aqui, os Senhores não teriam nem essa percentagem que aqui têm tido. Se soubessem a pobreza da actuação, nomeadamente da sua com as responsabilidades concelhias... Estou calmo, mas tem que ouvir isto, não é? Nem sequer essas percentagem... Os Senhores falam muito mais do que aquilo que fazem. Estou a falar exclusivamente para si, portanto, não venha com esse tipo de situação, porque os viseenses sabem bem a quem confiaram os seus destinos, muito bem! Já agora, deixe-me dizer-lhe uma coisa, eu não aceito aquilo que esteve para aí a dizer, com essas questões dos raciocínios simplistas, mas como é, andou nalgum sítio aonde nós não andámos? Nós também temos cérebro, quando Deus andou a distribuir inteligência, não passou só pelo seu bairro, passou pelo bairro de nós todos, quem esteve atento tirou aquela que lhe dizia respeito. Não venha aqui com este tipo de argumentação, porque é de facto muito pobre. Eu sei que os Senhores se deslumbram, eu sei que os Senhores andam deslumbrados, mas têm que descer ao terreno, têm que ser mais comedidos. Cuidado, o deslumbramento nos jovens pode às vezes dar problemas e como quando Deus inventou a roda, ela passa muitas vezes, pode ser que o Senhor não se deslumbre assim tanto. Eu aconselhava-o, também com essa amizade e com esse respeito que diz que tem por mim, a ser mais comedido, porque de facto, não lhe fica bem aquilo que disse. O Senhor Deputado Hélder Amaral, disse que era bom que se corriam os erros que fez o CDS, se eventualmente fez erros no Hospital e eu estou a dizer que sim, que é isso que vamos corrigir. Agora, há uma coisa que os Senhores ainda não me disseram, eu sei muito bem qual é a evolução das contas da Câmara, mas os Senhores falam como se a Câmara tivesse ali uns poços de petróleo na Cava do Viriato. É possível fazer tudo ao mesmo tempo, quer dizer, o problema da oposição, é que reagem como se não haja Orçamento de Receitas. Não fez o “Centro Histórico”, por não sei quantos mais... Eu gostava de ver um orçamento familiar gerido assim, não deixa de ser curioso. Quer dizer, não se faz, porque há sempre dinheiro para tudo! Os Senhores Presidentes de Junta, aqueles que eu encontrei quando cheguei devem saber isso, era assim antes de eu chegar à Câmara, os Senhores tinham dinheiro para tudo. Eu imagino, nadavam em dinheiro! Os Senhores sabem disso. Eu sei o que é que encontrei e sei o que é aquilo que os Senhores têm. Não vale a pena estar com esse tipo de argumentação, porque se por acaso fossemos comedidos com os orçamentos não estávamos de facto como estamos e portanto, nós vamos corrigir nalgumas coisas aquilo que o CDS também fez, mas vamos corrigir quando houver tempo e dinheiro. Já agora, uma coisa, que é para saber do que é que estamos a falar, no Largo do antigo Hospital foi



transformado e bem, numa habitação com alguma degradação, estão a ver o esforço que eu estou com este ritmo e não fico mais chateado nem menos, com o outro, estou exactamente na mesma. Não se ponha com isso, o Senhor Deputado João Paulo não é nada um bom exemplo, porque com essa capa de mais polido gesticula como eu e portanto, não se ponha com isso e mais, até devia compreender porque de facto eu até tenho mais idade. Faz exactamente a mesma coisa, o Senhor Deputado não venha por isso. Eu estou aqui disponível para que me critique se alguma vez eu for incorrecto aqui, agora que tenha este estilo ou outro, era o que me faltava, falo com as mãos quantas vezes eu quiser, alto, baixo, não estou a ofender ninguém, apaixonado emotivo. Olhe, é isto que os viseenses gostam, porque são assim como nós. Sabe que eu não sou capaz de dizer uma coisa diferente daquela que estou a pensar. Há pessoas que são capazes, há pessoas que estão programadas, falam no teleponto, programou-se e não diz mais do que aquilo que quer dizer. Eu como não tenho mais nenhum interesse como servir a minha comunidade, digo aquilo que me vai na alma e no coração, com estas palavras todas, eu reajo, não sou nenhuma máquina, não sou nenhum computador nem quero. Portanto, é assim que os viseenses têm este Presidente da Câmara enquanto quiserem e enquanto eu poder. Se for preciso também choro, se for preciso grito, mas é assim com todas as emoções. Disse que podíamos condicionar através do PDM? Isto é um erro de todo o tamanho! Só há duas condições em que a Câmara pode condicionar uma grande superfície, é dizer-lhe que aquilo que ambientalmente... E não pode estar a arranjar artificios para dizer isso. Desculpe lá, olhando para um caso concreto dos que cá temos em Viseu, dos centros comerciais, a Câmara pode dizer que qualquer um deles é um atentado ambiental? Pode? Digam-me só, os Senhores pensem, onde eles estão, pensem se é um atentado ambiental. A Câmara pode dizer que qualquer um deles urbanisticamente é um falhanço? Se podem digam! Aliás, eu não vejo os Senhores, os Vereadores do seu partido dizerem isso. Eu gostava que dissessem. Gostava que na Câmara, nas deliberações dissessem: Nós estamos contra, porque aquilo ambientalmente é um desastre e estamos contra porque aquilo urbanisticamente é uma vergonha. Não, não dizem isso, antes pelo contrário. Portanto, o Senhor Deputado o que quer é que eu diga coisas diferentes que os Senhores não têm coragem de dizer. E mais, cada um tem a sua responsabilidade. Olhe, eu já chumbei uma grande superfície para aqui e sabe porque é que foi? Foi porque um Membro do seu Governo, do seu Partido, melhor dito, durante muito tempo andou a vender o Matadouro e como ninguém pagava à Câmara, eu chumbei para lá todas as grandes superfícies até pagarem. Quando o dinheiro estiver depositado, nós vamos analisar aquilo. Está a ver como é que se tem cuidado. Agora não me venha dizer que a Câmara podia fazer mais. Agora pelo PDM, mas então a Câmara ia propor mais, ou estava previamente disponível, ou então eu não poderia ir corrigir o PDM à pressa. Isto é, as empresas sabem o que é que o PDM permite, iam instalar-se e eu ia à pressa corrigir o PDM para dizer: Olhe que aquilo é reserva ecológica, mas isto tem algum sentido? Ao menos devemos saber aquilo que estamos a dizer, ou está lá ou não está. Portanto, o seu ao seu dono. Enquanto houver centros comerciais que queiram vir para Viseu, se eles não obedecerem se não forem desastres urbanísticos, nem problemas ambientais, quem os tem que corrigir, quem os tem que decidir é quem decide até agora, Direcção Regional de Economia, Ministério da Economia. Eu já fiz uma vez com o Senhor Presidente da Associação Comercial e mostrei-lhe no computador, qual era a decisão do Ministério da Economia. Todos os critérios e isso é que eu vos desafio, digam-me só uma grande superfície ou média superfície, que esteja aqui autorizada pela Câmara de Viseu, que não tenha sido autorizada pela Direcção Regional de Economia. Aí é que está, digam só? E agora procurem-nas para ver se elas estão mal colocadas. Aquelas que nós autorizámos nestes dois parâmetros estão mal colocadas, se os Lídles estão mal colocados, se os Intermarchés estão mal colocados, se o Palácio do Gelo está mal colocado, se o Continente está mal colocado, digam-nos isso?



Então depois nós assumimos a responsabilidade. Se não estiverem, a responsabilidade não é nossa. Há uma coisa que queria também dizer-lhe e penso que ficou mais claro, mas ainda não ficou totalmente claro, veio dizer-me que não está de acordo com a posição urbanística da Câmara, nem eu quero. Agora eu espero que aquilo que disse aqui, que também diga que não tem nada a ver com a Câmara de Viseu, que nós apontamos três andares e que depois aparecem cinco. Oh Senhor Deputado estou a falar-lhe concretamente e com calma, se é isto diga-o claramente, ou se o deu como exemplo está a pensar numa outra Câmara, não é nesta. Vamos lá ver, que há coisas com que eu não pactuo. Sabe que estou a fazer sacrifício, mas estou com o máximo de calma, eu não pactuo com isso, que o Presidente da Câmara apresente três e depois apresente cinco, não é comigo. Isto é para ficar muito claro. Já percebi porque é que berrou ali, desculpe lá usar o termo, que usou também, é porque estava a pensar que uma daquelas unidades operativas na Capitão Silva Pereira, estava a pensar na Quinta do Doutor Armindo Crespo, essa não é nossa, essa é privada. Estava a pensar no estacionamento da Câmara e portanto, percebi logo que fez confusão, mas também quem passa tanto tempo fora, não conhece assim tão bem Viseu, não é? Não sabe que na Capitão Silva Pereira há duas unidades operativas, uma para tratar da Quinta do Doutor Armindo Crespo e mais algumas coisas e outra para tratar do estacionamento, que é um espaço amplo... Eu não o interrompi e olhe que de facto, releu aquilo, Senhor Deputado João Paulo e eu reouvi e termino por aqui. Aquilo que reouvi não gostei outra vez, portanto, fica aqui claro e gostaria que o Senhor dissesse que quando estava a falar nos três e aparecerem cinco, não estava a falar da Câmara de Viseu, estava a dar como exemplo, espero que o diga. Espero muito sinceramente que o diga, porque eu, se há coisas que não gosto é dessas, não andei aqui uma vida inteira para depois ouvir coisas destas, isso já não o aceito. Já agora, falou aqui numa série de cidades, com quem nós nos podemos comparar, deu uma série de exemplos. Bem, as outras cidades apontam-nos como exemplo, mas curiosamente mudou até de cidade. Aqui no mandato anterior não eram estas as cidades, a primeira que havia era Aveiro, mudou de Partido acabou Aveiro, nunca mais aqui veio Aveiro. Antigamente era sempre Aveiro que vinha aqui à colação, os Senhores lembram-se disso, Aveiro deixou de ser do Partido Socialista, perdeu todas as qualidades, não se anda lá de bicicleta, se calhar o Canal de São Roque já voou, já nem tem ligação com o mar... Aveiro está uma desgraça. Agora vou responder à última questão, eu gostaria de dizer ao Senhor Deputado que usou aqui a condição, toda nós ficámos a perceber, não é preciso que nos assobiem, de antigo ou ex-funcionário das Finanças, para dizer uma coisa que nós não dissemos e tenho pena até que não estivesse... Não sei se foi alguma vez Chefe de Repartição de Finanças aqui, mas era bom! Aquilo que eu disse foi que os Senhores, Director Distrital com os dois Chefes de Repartição de Finanças, disseram exactamente o inverso do que o Senhor diz, por alguma coisa. Para já, nunca falaram de factores de localização, se não eu corrigia-os, são coeficientes de localização não são factores. Mas para quem quis demonstrar tantas coisas, não é o mesmo coeficiente e factor, mas pronto. Depois disse que há freguesias que têm coeficientes de localização acima do mínimo, até podiam ter o máximo, quem lhos põe é a CNAPU, até podiam ter o máximo! E deixe-me dizer-lhe, não têm todas que ter o mínimo. Então quer um exemplo mais flagrante? Em Silgueiros íamos pôr o mesmo coeficiente de localização na Póvoa Dão, do que o resto da freguesia? É de quem não sabe do que é que está a falar ou em Povolide íamos pôr na “meia tour”, a mesma coisa que o resto da aldeia de Povolide? Então não há diferentes exemplos, nas aldeias? Para ser mais concreto, quem não conhece um bairro no Espadanal de grande qualidade, tem alguma coisa a ver com o resto da freguesia? Se for por contínuos geográficos damos razão à CNAPU, dizendo que eventualmente a Quinta do Bosque é a mesma coisa do Bairro Primeiro de Maio, ficam ali pertinho. Eu acho um crime de lesa conhecimentos, vir aqui dizer o que disse. Depois disse uma outra coisa, queixas dos funcionários da Repartição de



Finanças, quem é que os fez? Aquilo que nós pedimos aos Senhores Directores de Finanças, só pedimos isso, não venha com esse... Pode até puxar pelo Diário da República. Aquilo que pedimos aos Senhores Directores de Finanças é que digam de quem são as responsabilidades, absolutamente mais nada. Depois veio outra coisa é pela enésima vez que falo nela, espero sinceramente que por cada vez que falar nisso, dou-lhe a resposta com todas as letras, com o Protocolo, já lhe disse uma vez e espero não lhe voltar a dizer. Eu Assinei um Protocolo não foi com a Senhora Ministra das Finanças, foi com os Senhor Secretário chamado Vasco Valdez, que o Secretário que veio a seguir do Partido Socialista não quis cumprir. Sabe disso, já lhe disse isto aqui “n” vezes. Já lhe trouxe documentação para o efeito, mas a isso chamo um nome, quando alguém está elucidado e quer voltar a insistir na mentira tem um nome. Portanto, o protocolo que assinei, em nome da Associação de Municípios e que gostaria de lhe lembrar, que a Associação de Municípios é um órgão colegial, tanto podia ter assinado eu, como o Vice-Presidente, Engenheiro Rui Solheiro, que é do seu Partido, é a mesma coisa. Não volte a insistir com isto, porque acho que é uma desonestidade intelectual que traz aqui, porque de facto, não se passou assim. Assinei um Protocolo que visava essas intenções e por isto é que eu ainda fico mais aborrecido, é que o Protocolo era no sentido de salvaguardar que os peritos fossem indicados pela Câmara. Mais, sabe qual foi a resposta que eu obtive quando mandei ao senhor Director Geral dos Impostos? Eu trago-lhe o officio. Disse: Estes peritos que fizerem estes erros, não temos nada contra eles pessoalmente, não nos merecem consideração e aquilo que o Senhor Director dos Impostos disse, foi nomear os mesmos peritos. Parece que em Viseu só há esses dois peritos, mas são os mesmos! Portanto, quando diz: *A Câmara podia fazer o trabalho*, não leu o Diploma, a Câmara só podia fazer revisões passados três anos. Se a Câmara tivesse feito o trabalho, olhe, era bom para vocês, mas era mau para nós. Se a Câmara tivesse tido esses coeficientes de localização, agora estava a assumi-los, como estão os outros. Eu sei o que é que os aflige. É que agora vão ter que dizer aos Viseenses que esta Câmara que desceu e que as outras Câmaras que os Senhores reportam, vão subir os coeficientes de localização. Portanto eu, gostaria de lhe dizer que não partilho e sobretudo não ponho essas posições, servindo-se eventualmente do lugar aonde pertenceu para dar credibilidade. Se quiser numa próxima oportunidade, enquanto Membro da Assembleia Municipal, convido-o a estar na reunião com as duas pessoas que têm responsabilidade actualmente.” -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão. -----
 - TRINTA E SETE – SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DE ASCENSÃO (PS) - Pede a palavra para dizer o seguinte: “Eu queria dizer que, o Protocolo foi assinado por alguém do Ministério das Finanças, de facto assim é. Só que o Protocolo foi assinado dois anos antes de mudança de Governo. Portanto, se alguém não cumpriu o protocolo, terá sido possivelmente o Governo ou terá sido... Não, eu hei-de dizer isto até que a voz me doa, alguém me diz aqui, que é por isto que eu perco as eleições na minha terra, hei-de dizê-lo quantas vezes me apetecer, é neste lugar que eu tenho direito, fui eleito para estar aqui, é assim que eu vou falar Senhor Vice-Presidente. O Protocolo... Mudo sistematicamente de envelope para envelope, hei-de mostra-lo, exhibir e falar dele as vexes que forem convenientes para que as pessoas fiquem esclarecidas, de que quem não cumpriu o Protocolo, se foi o Governo passados dois anos, se foi a Câmara durante esses dois anos, até que entrasse novo Governo. Quem disse que o factor de localização, já não sei o nome e também já estou aposentado há cinco anos, perdi um bocado a noção dessas coisas. Já nem me lembro se fui Chefe de Repartição de Finanças em Viseu... No dia vinte e oito de Setembro do ano dois mil e sete, nesta Assembleia. O Senhor Presidente da Câmara disse o seguinte: “O que nós fizemos foi pôr todos no valor mínimo com uma outra extensão que justifica de uma forma generalizada”. Isto referente ao factor de localização, não fui eu que disse Senhor Presidente, foi o Senhor, eu citei-o aqui desta acta.



Quando eu falo dos funcionários, não me passaram a procuração, nem sou o Sindicato dos Funcionários. Eu li num jornal semanário local que efectivamente... Isto eu vou ler que é a melhor maneira de esclarecer, a passagem que fixei, claro que é para Câmara, mas não devia ser:”Nas margens impostas pela CNAPU, o Presidente exigiu informações pela parte das repartições e do caso deu conhecimento verbal ao Primeiro-ministro”. Isto está escrito num jornal local, eu tenho aqui o jornal se quiserem, o Presidente é o Presidente da Câmara de Viseu. Bom, eu só quero dizer que efectivamente e reiterar que efectivamente, os impostos são caros, não se devem exclusivamente ao factor de localização, devem-se às duas coisas. Se nós estamos de acordo e solidários com a tentativa de baixar os factores de localização, também não deixamos de criticar e pugnar, porque a taxa de tributação do IMI seja também revista e que seja baixa para que os contribuintes em Viseu paguem menos de IMI.” -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- TRINTA E OITO – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas, do seguinte modo: “Senhor Presidente prometi que não deixava ninguém sem resposta, não é agora que o vou fazer. O Senhor Deputado veio aqui fazer um exercício, para perguntar, não fui eu que disse, não renego nada do que está do que está aí. O que está aí e foi aquilo que me levou a convidar o Senhor Director de Finanças e os Senhores Chefes de Repartição a reunirem comigo. Não percebo. Aquilo que chegara à Câmara constantemente e foi exactamente a causa próxima que determinou esse pedido de reunião, foi de que nas Finanças diziam que a culpa que era da Câmara, dos valores elevados. Eu mantenho-me calmo Senhor Deputado para não lhe dizer outras coisas, veja lá depois de fazer *aquela teatro* como é que estive aqui tão calado a ouvi-lo e o Senhor depois dá-se a esse luxo de dizer não sei quantos... Então o Senhor diz que a culpa que é da Câmara no valor patrimonial, diz? É isso que diz? Pronto já vi que não foi Chefe de Repartição de Finanças de Viseu e nem devia ser de lado nenhum. Não é possível que alguém diga uma coisa dessas. Veja a fórmula do valor patrimonial. Oh, Senhor Presidente, peço-lhe desculpa, eu vou manter-me calmo. Desculpe lá, o valor patrimonial é uma fórmula definida pela Direcção Geral dos Impostos. Eu tenho aqui um exemplo duma pessoa já falecida, em que o valor patrimonial é alterado e de que maneira, só porque a pessoa faleceu e teve que entrar em herança. Então e o Senhor diz-me que fui eu que mandei fazer isso? Só faltava isto! Eu acho que de facto.... Já agora diz-me que por causa disso, até que a voz de doa, pois continue a doer-lhe, olhe ficamos muito satisfeitos, sobretudo a pessoa que lhe sucedeu ficou muito satisfeita, digamos com essa postura que os cidadãos de facto, apreciam muito.” -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Está esgotado este ponto, vamos passar ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, ao ponto dois: Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS FINANCEIROS DA CMV E DOS SMAS, REFERENTES AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE DOIS MIL E SETE”. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a apresentação do ponto dois. -----

- TRINTA E NOVE – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Usa da palavra para esclarecer o seguinte: “Eu prometo aqui não demorar muito tempo, até porque este ano a prestação de contas, não sei se isto foi distribuído genericamente, mas pelo menos aos representantes dos partidos, aos líderes, foi distribuído. Tem no Relatório de Gestão, porque a Câmara fez questão de passar isso para deliberação, tem exaustivamente aquilo que as linhas força das contas deste ano. Eu começava apenas por dizer duas coisas, apenas algum sublinhado para suscitar a discussão. Este Relatório de Gestão, aponta inequivocamente para um aumento do valor do património, com novas aquisições. Aponta para um saldo de gerência positivo. Aponta, no âmbito da Administração Central como actividades do ano passado mais significativas, a instalação



do Atendimento Único. Gostaria de dizer que neste *front-office* do Atendimento Único, durante o ano de dois mil e sete foram atendidas cinquenta e seis mil trezentas e nove pessoas. No âmbito das tecnologias de informação, criámos um centro de dados no Pavilhão Multiusos, que naturalmente vai, poder responder a eventuais falhas no centro de dados instalado na Câmara. Estamos a consolidar a estrutura virtual da Internet. Temos disponível desde dois mil e seis, o Canal Viseu, que se mantém a funcionar no Atendimento Único, na Vereação, na Biblioteca Municipal e ainda no Multiusos de Viseu. Temos também o Espaço Internet a funcionar com o sucesso que é conhecido. Reorganizamos o Arquivo Municipal, na Casa Amarela. Iniciámos no ano passado, pela primeira vez, a contabilidade de custos. Nos Recursos Humanos, fizemos um investimento grande na formação. Na Protecção Civil, aprovámos o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Da Polícia Municipal, há conversações nomeadamente com o Senhor Ministro da Administração Interna. Eu acho muita piada, quando se faz aqui alusão a Protocolos assinados, ninguém se lembrou de referir que há um Protocolo assinado sobre a Polícia Municipal com o Secretário de Estado da Administração Interna, que por acaso na altura tinha o mesmo nome que ainda tem hoje, Rui Pereira, mas até hoje o Ministro da Administração Interna, desde a fundação da Polícia Municipal, nunca foi cumprido. Foi assinado em cerimónia pública, no Salão Nobre da Câmara Municipal e nunca foi cumprido até hoje. Fizemos a Carta Educativa, com grandes elogios nesta Assembleia. Na Acção Social, gostaria de dizer que neste momento a situação é esta: Jardins-de-infância, temos cinquenta e seis; salas apoiadas noventa; total de crianças apoiadas, mil seiscentos e trinta e sete; número de crianças com refeitório e prolongamento de horário, mil, quatrocentos e sessenta e sete. Para operacionalizar esta componente foram estabelecidos quarenta e dois protocolos, com diversas entidades. A taxa de cobertura e eu gostaria de enfatizar isso, Concelhia era na altura quando fizemos o relatório, noventa e quatro por cento. O Programa de generalização de refeições do Primeiro Ciclo, está a abranger neste momento, mil trezentos e nove alunos. Nos transportes escolares, damos resposta a dois mil, oitocentos e vinte e um alunos e temos muito orgulho em dizer que, transportámos cento e dezasseis alunos não convencionais e que temos um Protocolo com a Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, para transporte de alunos com mobilidade reduzida. Nos subsídios a alunos carenciados, apoiamos mil, cento e quarenta e oito. No que toca a saúde, temos com a colaboração do Centro de Saúde, uma Unidade Móvel de Saúde a percorrer o Concelho. Estamos a aguardar o desenvolvimento das Unidades de Saúde Familiar e também da Extensão de Lordosa, espero que também alguém espicasse no sentido de isto ser mais rápido. Na acção Social, temos um projecto com vida que se desenvolveu em nove freguesias do Município. Em relação à habitação, fizemos obras de beneficiação e requalificação do Bairro Primeiro de Maio; na Fundação Salazar; na Quinta Nova de Marzovelos e no Bairro da Quinta da Pomba; instruímos também o PROHABIT; celebrámos contratos com o Instituto de Habitação para reabilitação urbana do Bairro Municipal. Em dois mil e sete, realizámos a elaboração do projecto para habitação social que tem sessenta fogos, com arranjos exteriores e as respectivas infra-estruturas. No ordenamento do território, fizemos estas obras: arranjos urbanísticos de espaços entre prédios em Santo Estêvão; a requalificação da Praça Dom João Primeiro e da Rua Almirante Afonso Cerqueira, até à Rotunda Carlos Lopes. Contrato da aldeia de Várzea de Calde, a recuperação do espaço museológico do Largo São Francisco, a recuperação dos núcleos de eiras, espigueiras, palheiros... estou apenas a expurgar, Senhor Presidente os mais significativos. Em relação aos Serviços Municipalizados, no ano passado transferimos três milhões, duzentos e trinta mil euros em saneamento e um milhão e vinte e cinco mil euros para abastecimento em água. Gostaria de dizer com orgulho, que temos a população coberta em mais de noventa e cinco por cento, no abastecimento de água e em noventa por cento, no saneamento básico.



Resíduos sólidos, pagámos no ano passado dois milhões, cento e vinte e sete mil, duzentos e oitenta e cinco, vírgula oitenta e nove, para a recolha e posição dos lixos ao Planalto Beirão. Fizemos também uma acção com crianças, cinco mil crianças no Primeiro Ciclo, a quem mostrámos e participaram activamente na *Viagem ao Mundo dos Resíduos*. Na Cultura, gostaria de dizer que fizemos concertos de música clássica, com a Orquestra Filarmónica das Beiras, Orquestra Clássica do Centro, Inês Santos, João Pedro Pais, Mafalda Veiga, Floribela, entre outros, num total de vinte e sete concertos. Tivemos público nestes concertos – cinquenta e oito mil pessoas. Concerto de música coral, *Viseu na Minha Terra Natal*, como foi presenciado por muita gente. Espectáculos de dança, com destaque para a presença dos Alunos de Apolo. *Folclore* – trinta e um espectáculos, realizados no Mercado Dois de Maio, em que estiveram presentes quinze mil pessoas. O teatro, com a realização com o *Festival de Teatro Jovem* e do próprio *Festival de Teatro Jovem*, na sétima edição. A *Feira do Livro*, que decorreu no Mercado Dois de Maio; as *Marchas Populares*, na Avenida da Europa; o *Adro Moda*; as *Casinhinhas de Natal*, no Rossio; a *Noite Encantada*, no Campo de Viriato, etc., etc., etc. Na Biblioteca Municipal Dom Miguel da Silva, temos, como sabem, o *bibliobus* a funcionar e a nossa Biblioteca, podemos dizê-lo que é das mais frequentadas do País. Por isso mesmo, como há muito alunos que andam na Biblioteca para estudarem, neste momento, estamos a fazer três salas de estudo, sendo que a primeira está praticamente concluída, à entrada do Fontelo aonde os estudantes podem estudar livremente e em boas condições. No Desporto e Lazer, tivemos os *Jogos Desportivos*, com duas mil pessoas; conheceram o *Viseu em Bicicleta*; as *Olimpíadas da Amizade* enfim, o *Observatório do Desporto*; projecto *Actividade Sénior*; o *Dia Mundial do Coração* e prevenção; a *Volta a Portugal em Bicicleta*, com o contra-relógio em Viseu; inaugurámos a primeira fase da *Ecopista*, fizemos o *Campo da Quinta da Cruz*, também o inaugurámos; o *Percurso Pedestre da Várzea de Calde*; o *Campo de Futebol de Cinco* em relva sintética, no Parque Desportivo do Fontelo e a requalificação do *Circuito de Manutenção do Fontelo*. Apoiámos o *Movimento Associativo de Viseu*, com verbas substantivas e fizemos um apoio ao Desporto Federado. Na juventude, criámos, ou desenvolvemos mais, o *Centro Municipal de Informação Jovem*; o *Espaço Internet* e a *Biblioteca Municipal Dom Miguel da Silva*; o *Cartão Municipal da Juventude*, já com um número significativo, quinhentos e quarenta e cinco cartões. O *Conselho Municipal da Juventude*, é como sabem um organismo de Consulta da Câmara Municipal de Viseu. Fizemos a comemoração do *Dia Internacional da Juventude*, só nós, é bom que se saiba. Fizemos o *Sétimo Festival de Viseu Jovem*, como disse; o *Viseu Jovem*, *Viseu Futuro* e muitas acções de voluntariado. No que toca ao Turismo, organizámos nas Termas de Alcaface, um programa vasto; fizemos o *Congresso dos Caminhos de Santiago*; Fizemos um *Curso de Animação Turística*, através da ADLAP, na Casa da Ribeira; instituímos o *Viseu Grumete*; o *Comboio Turístico*. Fizemos uma representação na cidade irmã de Lublin e participámos na *Bolsa de Turismo de Lisboa* na BTL, integrado no stand da Região Turismo Dão Lafões. No que toca à agricultura pecuária e silvicultura, envolvemo-nos na criação do *Mat/Viseu*, do Matadouro, cuja aprovação em QREN também aguardamos ansiosamente. No que toca aos transportes rodoviários e eu gostaria que fixassem Variante de Mosteiro; a Primeira Circular Norte; a requalificação da Rua Cruzeiro em Ranhados; a requalificação da Duzentos e Trinta e Um, o acesso ao Parques Industrial de Coimbrões; a repavimentação da Rua Aristides Sousa Mendes; a requalificação do Caminho Municipal Mil Trezentos e Quarenta e Dois, Cavernães e Corredoura; a requalificação do Parque de Estacionamento nas Finanças e os contratos programa, que foram imensos nas Juntas de Freguesia no âmbito do REQUALVIS e PROVISAR. Nos Transportes Aéreos, não comprámos nenhum avião, estamos à espera da ligação entre Viseu e Lisboa, também que o Ministério das Obras Públicas nos englobe contrato, pelos vistos já fomos esquecidos. Continuamos a recuperar o espaço da Feira Semanal, dentro de algum tempo



mudaremos a feira, como é sabido. Depois queria dizer-vos que estamos muito satisfeitos com o nosso nível de execução. Com isto tudo respondemos com um património que não para de crescer e gostaria de vos dizer que temos uma margem de segurança em relação ao endividamento que podia ser de vinte e dois mil, zero setenta e um, mas que por foga da nossa boa execução é de quarenta e três milhões de euros a nossa capacidade de endividamento, portanto, mesmo para alguns receios está aqui perfeitamente definido, como é que a Câmara tem sido gerida. Todos os rácios que foram feitos à análise do balanço em dois mil e sete, são rácios extremamente satisfatórios, quer no que toca à liquidez, na autonomia, na liquidez reduzida, na capacidade de endividamento, são rácios que nos agradam e que penso que agradarão a todas as pessoas isentas que queiram ler, digamos, esta situação. Portanto, mais concretamente a nossa capacidade de endividamento é de quarenta e três milhões, novecentos e dezassete mil euros. E pronto Senhor Presidente, em relação a isto, gostaria de falar, se me permite só nos Serviços Municipalizados muito rapidamente, porque vale a pena dizer algumas coisas sobre os Serviços Municipalizados, não vou esgotar aquilo que já disse anteriormente, mas gostaria de dizer o que foi feito em água e saneamento, que às vezes temos a memória curta, no ano de dois mil e sete. Foram realizados nos SMAS cinquenta projectos, estão aqui todos referidos, desde a estação elevatória de Pedra Cavaleira, à Rua Principal de Mundão, por aí fora... Depois fizemos o tratamento e o controlo da qualidade do ar; fizemos empreitadas levadas a cabo em dois mil e sete, não vou deixar de o fazer, peço desculpa pelo adiantado da hora, mas até aqui estivemos a tratar de outras coisas, agora vamos às obras em si. Abastecimento de água na Rua Viscondessa de São Caetano; o alargamento de beneficiação da EN Número Dois entre os quilómetros tal e tal; a ampliação das redes de água na Colmeira, São João de Lourosa; a ampliação das redes de água e esgotos na Freguesia de Silgueiros; a ampliação de esgotos na Pedra Cavaleira; no Bairro as Cavadas em Moselos; a ampliação do Reservatório do Viso; na Avenida Heróis Lusitano até à Circunvalação; o colector dos esgotos na Ribeira de Mide; a cortina vegetal para a ETAR de Boaldeia; o SMAS no Viso; o emissário de esgotos em Repeses; ETAR em Fragosela; ETAR em Vila Chã de Sá; a execução de colectores na Travessa da Balsa; a execução de ramais de água e esgotos no Concelho; a fonte da Praça Dom João Primeiro; a ligação do colector de esgotos à Carriça e Mosteirinho e o rebaixamento das condutas respectivas, o prolongamento da água na Rua Maximiano Aragão e Silva Gaio; o prolongamento em São Pedro de France; no Vermum; na Boaldeia; na ligação a Viseu no Eixo Dois, na Estrada Número Dezasseis; ma Quinta das Moitas; um furo do Vale de Faixas; na Rua do Olival em Repeses; a ETA da Maeira a remodelação dos filtros; a reparação de águas pluviais em São Salvador, A reparação do lago no Parque Aquilino Ribeiro; a repavimentação de um pequeno troço na Trezentos e Vinte e Três na Freguesia de Cepões: a repavimentação da Calçada no Concelho em dois mil e sete, todas as repavimentações resultantes de obras; a repavimentação da povoação em Casal Meão, Silgueiros; o troço na EM Quinhentos e Oitenta e Seis na povoação de Calde; repavimentação de Travassos e Guimarães, em São Pedro de France; a repavimentação das povoações de Mosteirinho e Tarva; a repavimentação das povoações em Pedra Cavaleira, Freguesia de Silgueiros; O saneamento em Cabril, Cadimas, Nespereira, conclusão em Povolide; o saneamento do Couto de Cima e Couto de Baixo, perfurações dirigidas; saneamento básico em Britamontes; saneamento básico à Freguesia de Santos Evos; o saneamento básico à povoação à Póvoa de Moscoso; o saneamento básico a Vila Chã do Monte e Salgueiral, o saneamento básico na Quinta do Espiche; o saneamento básico na Rua do Cofadeiro em Silvares; o sistema de telegestão; a substituição da conduta na Rua Vinte e Um de Agosto; a substituição da conduta de água no Largo do Cruzeiro em Mundão; no Nó no Caçador no sublanço da A Vinte e Cinco; o reservatório no Viso, o abastecimento de água na Rua vinte e Um de Agosto; na Freguesia de Santos Evos; o tratamento terciário da Etar de



Várzea de Calde; a travessia da Circunvalação dos colectores e esgotos no Rio Pavia, junto ao Semia; a vedação da ETAR de Teivas, a vedação de captações e poços nas redes de fontanários; vedação de órgãos internos na ETAR de São Salvador; remodelação do sistema de coloragem da ETA de Fagilde e a substituição da conduta na Travessa da Fábrica na Rua do Onofre. Foram estas as obras a que podemos juntar as obras das Piscinas Municipais, aonde no ano de dois mil e sete tivemos sessenta e oito mil, quatrocentos e oito entradas da ETA de Fagilde e a substituição da conduta na Travessa da Fábrica, na Rua do Onofre. Foram estas as obras, a que podemos juntar as obras das Piscinas Municipais, aonde no ano de dois mil e sete, tivemos sessenta e quatro mil, setecentos e trinta e oito entradas. Colaboramos com entidades para a utilização destas Piscinas: com a APPDA – Associação Portuguesa dos Deficientes das Forças Armadas; Associação Cultural e Recreativa de Santiago; Centro Social da Paróquia de Boaldeia; Campo de Férias da Junta de Freguesia de Santos Evos; férias de verão do Alidanças, num total de cento e três turmas de utilização. Fizemos uma série de provas desportivas, no âmbito das Piscinas e agora gostaria de vos dizer com quem é que isto foi feito. Foi feito com esta evolução de contadores instalados. Começámos desde dois mil e um até dois mil e sete, num período apenas de seis anos, passámos de trinta mil contadores para trinta e sete mil quinhentos e cinquenta e sete, diz bem a evolução da nossa população, bem podemos desertificar algumas coisas, que a nossa população continua a crescer e de que maneira. O volume de água facturada, gostaria de vos dizer, que baixou no ano de dois mil e sete, relativamente a dois mil e cinco, porque teve a ver exactamente com a seca no ano de dois mil e cinco, portanto, uma facturação maior. O número de contadores neste momento, são trinta e dois mil, seiscentos e trinta e quatro contadores. Gostaria aqui de fazer uma justiça ao Serviços, para dizer o seguinte: No ano passado não houve nenhum funcionário que entrou nos Serviços, mantêm os mesmos funcionários e tenho que lhes prestar uma grande homenagem por uma razão, fizeram um trabalho espectacular no domínio dos desastres em serviço, tínhamos quatro mil cento e setenta e cinco dias de acidentes, para dois mil quinhentos e vinte e três. Foi um trabalho espectacular feito pelos Serviços e portanto, verificou-se uma diminuição de mil, duzentos e setenta e quatro dias. Em relação aos anos, é bom que também tenhamos alguma paciência para ouvir estes números. Em noventa e três, tínhamos um funcionário por cada cento e trinta e três consumidores, este ano temos um funcionário por duzentos e trinta e dois consumidores, quer dizer que a produtividade nos Serviços quase duplicou. Portanto, Senhor Presidente, queria juntar-lhe a isto, o activo dos Serviços, sem receio nenhum de ser desmentido e vou dizer números. Em dois mil e um o activo dos Serviços era trinta e nove, vírgula dois milhões de euros. Em dois mil e sete, o activo dos Serviços passou, nestes seis anos para setenta milhões, vírgula quatro. Todos os rácios dos Serviços Municipalizados, são ainda, digamos, melhores do que os da Câmara. Portanto, Senhor Presidente são as contas que com orgulho apresentamos a esta Assembleia. Só uma última nota, tem a ver com os investimentos realizados nos últimos seis anos, também para que não hajam dúvidas, nestes seis anos realizámos sessenta milhões de investimentos, foi a nossa realização em termos de Serviços Municipalizados. Senhor Presidente, naturalmente que, com este tipo de contas, dizer que estou muito orgulhoso e que não tenho nenhuma dúvida de que as contas vão ser aprovadas.”-----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente João Cruz. -----

- QUARENTA – SENHOR DEPUTADO JOÃO DUARTE DA SILVA FERREIRA DA CRUZ (PS) – Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “Perante a exposição exaustiva que o Senhor Presidente acaba de fazer sobre o sucesso, assim classificado, da execução orçamental de dois mil e sete, eu começo por dizer que aprecio o seu orgulho e a forma como falou exaustivamente da quantidade de obras que tem feito e que fez, no quadro deste orçamento de dois mil e sete. Sabe Senhor Presidente, eu não sou daqueles



que diz que, tudo que foi feito está errado, não digo isso. Digo é que há coisas que correram bem, outras que poderiam ser feitas de forma diferente e sobretudo, falta verificar se aquilo que parece é. É justamente isso que gostaria, de comentar relativamente às contas de dois mil e sete. Para já, há uma inovação, o Relatório de Gestão transformou-se em deliberação do Executivo Municipal. Consta da Acta e eu só compreendo essa deliberação, pelo facto de haver uma decisão que é a da aplicação dos resultados obtidos, serem transformados em resultados transitados. Não era necessário, portanto, colocar todo o Relatório de Gestão na Acta, bastaria apenas dizer, que as contas foram aprovadas pela maioria do PSD na Câmara Municipal e que por via disso os resultados obtidos devem ser transitados, a resultados transitados. Não seria necessário, transformar em deliberação o Relatório de Gestão de dois mil e sete. Mas há uma inovação que eu gostaria também aqui de falar, sobre as contas de dois mil e sete, é que efectivamente, as contas de dois mil e sete, são aquelas contas que se prestam no quadro da Nova Lei das Finanças Locais. E a Nova Lei das Finanças locais, trouxe uma inovação muito importante, que é justamente um parecer de um Auditor Externo, do Revisor Oficial de Contas, o que naturalmente traz maior dignidade, maior fieldade e maior credibilidade ao próprio Relatório de Gestão da Câmara Municipal. E o que é que diz o Auditor Externo? Diz que apreciadas as contas, verificados critérios contabilísticos, há chamadas de atenção que devem ser feitas e há reservas que devem ser colocadas. Como o Senhor Presidente aliás, sabe, o Revisor Oficial de contas, quando emite o seu parecer, tem três soluções: certifica as contas, certifica-as com reserva, ou recusa-se a certificá-las. Neste caso, certificou-as com reserva, não há nenhum drama nisso. O facto de serem certificadas com reservas as contas, significa que devem ser melhorados os métodos de gestão do próprio orçamento, essa é que é a questão fundamental. E então vamos ver que ênfase é que efectivamente dá o Senhor Auditor Externo, diz que exactamente, por impossibilidade temporal de fazer coincidir a aprovação das contas, das análises e demonstrações financeiras de três empresas participadas pela Câmara Municipal, que não está em condições de avaliar se é necessário reforçar essas participações, com vista a uma futura consolidação, esta é a reserva que é colocada a estas contas. O Senhor Presidente achou que este reserva não estava explícita, viu um complemento de certificação das contas e pediu ao Senhor Auditor Externo, que fizesse um esclarecimento sobre esta reserva. Ao que ele vem dizer e o Senhor Presidente já aqui o leu, que efectivamente, por razões de natureza legal e temporal, sobretudo porque não se aplica no caso das Autarquias, o código das sociedades comerciais, não houve condições para proceder à avaliação, se seria necessário reforçar ou não, as participações de capital nessas empresas participadas. Está aqui escrito, não vale a pena estar a tentar tangiversar ou a teatralizar para a assistência, porque é o que está aqui escrito, estamos a falar de coisas relativamente sérias. Mas depois diz mais o Senhor Auditor, diz que efectivamente, procedido ao processo de circularização junto aos advogados, encontrou uma verba de nove milhões de euros que decorrem de acções instauradas contra ao Município, em processo de tribunal, cujo desfecho é incerto. Nove milhões de euros, é o que diz o Auditor Externo, porque efectivamente, apenas ele está a compulsar aqueles advogados que responderam à sua circularização de pedido de informação. O Doutor Ribeiro de Carvalho, já hoje nos disse, que o valor seria de quinze milhões de euros, mas pode ser um valor de vinte milhões de euros. Ora bem, perante um quadro de incerteza, um gestor prudente e cauteloso o que é que faz? Constitui provisões. Senhor Presidente, constitui provisões e o Senhor sabe que é assim e para o ano vamos ver aqui as provisões constituídas, estou absolutamente certo disso. Não há nenhum drama nisso, constitua as provisões, porque se as provisões hoje são um custo, amanhã elas podem transformar-se num proveito, na medida em que forem reduzidas. E sabe ainda que as provisões melhoram o seu *cash home* e portanto, não há nenhum receio nessa matéria, nem isto é nenhum drama. É pena que efectivamente, não o tivesse feito, porque



naturalmente trazia aqui a esta Assembleia as contas mais ajustadas e escusávamos de estar aqui a falar sobre resultados líquidos, absolutamente sobrevalorizados, porque estão subavaliados os custos. Essa é que é a questão que nos levanta este Balanço. Em matéria de execução orçamental diríamos o seguinte, que em regra a execução orçamental revela aquilo que tem sido o timbre da sua gestão, que é efectivamente, a consolidação financeira do orçamento, com base naturalmente, na cobertura das receitas correntes, pelas despesas correntes e aí gerou-se uma poupança no ano de dois mil e sete, de cerca de nove vírgula oito milhões de euros, o que poderá vir a reforçar a componente de investimento Municipal. Mas, como o saldo transitado continua a ser semelhante ao de dois mil e seis, nós não percebemos bem, como é que o Senhor Presidente classifica o saldo transitado, dezanove milhões de euros, como uma excelente gestão do Orçamento de dois mil e sete. Gostaríamos que explicasse isso, porque como sabe, o saldo de gerência, não é um saldo financeiro, é um saldo meramente contabilístico. Um dos aspectos que gostaríamos também de referir, tem a ver com as receitas e relativamente às receitas, temos que fazer aqui algum comentário, é que efectivamente, os impostos e as taxas correspondem a cerca de cinquenta por cento das receitas correntes geradas no exercício de dois mil e sete. Evidentemente, que a Câmara tem outros instrumentos para a criação de receita e tem naturalmente, alguma pouca elasticidade de acção para poder justamente aplicar algum gradualismo e alguma justiça e também bom senso, como nós desejaríamos, na arrecadação das taxas e dos impostos municipais. Veja-se que a tributação do património no seu conjunto, contribuiu para arrecadação de uma totalização de impostos directos de cerca de doze milhões de euros, num total de quinze milhões, o que significa que, as provisões que são feitas em orçamento, são largamente ultrapassadas no quadro da execução do orçamento. Achamos excessiva a penalização feita sobre as famílias nas empresas, no que respeita à tributação do património e sempre o Partido Socialista e seus Vereados, denunciaram a aplicação dos critérios de avaliação dos valores patrimoniais tributários, nomeadamente a revisão descendente dos coeficientes de localização, que parece que finalmente está aí a chegar, bem como, sempre nos opusemos às taxas municipais sobre imóveis, demasiado elevada. Alias, eu recordo que no início do processo da reforma da tributação do património, a própria Associação Nacional dos Municípios, aconselhava os Municípios a aplicarem a taxa máxima e foi justamente, cegamente aplicada essa taxa máxima e nessa altura, nós chamámos a atenção para a realidade dos coeficientes de localização e havia um tempo na Lei, que permitia justamente que se fizesse algum ajustamento, que foi completamente ignorado e daí o falhanço da reforma da tributação do património no Concelho de Viseu, aliás, como se veio a comprovar pelo facto, de passado mais algum tempo, vir fazer a correcção na taxa do imposto sobre imóveis. Também na DERRAMA, o imposto directo que incidia sobre a colecta do IRS, aumentou seis por cento comparativamente a dois mil e seis, registando um grau de execução também, acima daquilo que tinha sido previsto aquando da discussão do Orçamento. Mais há um aspecto que eu gostaria ainda, do lado das receitas e sobretudo do lado deste agregado impostos e taxas e penalidades, referir que a necessidade que o Município tem de fazer a revisão do seu regime de aplicação de taxas, de acordo com a nova legislação e gostaria que o Senhor Presidente nos desse aqui informação, sobre em que estado é que se encontra esse processo de revisão de taxas, por forma a que os cidadãos conheçam claramente, quais são as componentes para aplicação de uma determinada taxa. As taxas e penalidades representam no Orçamento da Câmara Municipal, cerca de um milhão de euros. Em termos de estrutura da receita, existe portanto, a receita, tem duas componentes bastante importantes, uma que tem a ver com as transferências da Administração Central, que são quarenta e três por cento e o restante decorre justamente daquele agregado que eu falei, de impostos, mais taxas e penalidades. Estas receitas fazem face às despesas totais ultrapassando-as num coeficiente que vem aí



indicado e portanto, pelo Revisor de um ponto zero um, o que significa que as receitas gera um superávit na execução orçamental, mas na estrutura da despesa, temos que chamar a atenção para dois agregados que parecem importantes. Por um lado, despesas com o pessoal, que não deixam de aumentar desde dois mil e quatro e representam vinte e seis por cento da despesa total do Orçamento e das despesas na aquisição de bens e serviços, que têm um peso de dezoito por cento e que também não têm deixado de aumentar desde dois mil e quatro. As despesas de transferências correntes e de capital, são maiores no fundo, as de capital do que as transferências correntes, todavia, são inferiores aos passivos, o que quer dizer que, nós temos ainda aí uma margem para fazer alguma economia da despesa, através dessa bolsa de encargos que o Município tem, que é justamente, as transferências correntes. Em matéria de investimentos, foram investidos vinte e dois milhões de euros, mais cinco vírgula seis por cento, do que no ano de dois mil e seis, mas o padrão de investimento continua a ser igual ao que sempre foi, sem qualquer novidade, vai já quase para duas décadas. Ora bem, o cepticismo que tinha no início da discussão do Orçamento, naturalmente, comprova-se agora na fase em que analisamos as contas e o que é certo é que, mais um ano passou e ficaram no tinteiro um conjunto de desafios que a Câmara Municipal de Viseu, deveria ter tomado em boa conta, nomeadamente no que diz respeito ao saneamento, apesar das enumerações das obras que aí fez. No que diz respeito às questões do “Centro Histórico”, só agora é que aparece, em dois mil e oito, que se vê alguma luz ao *fundo do túnel* e finalmente, o PDM que continua no tinteiro, esquecido, prescrito, desajustado e que sem que os viseenses saibam o que é que é feito desse importante documento do ordenamento estratégico para o Concelho.” ----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado António Coelho Lopes. -----

- **QUARENTA E UM** – **SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO JOSÉ COELHO LOPES (PSD)** – Pede a palavra, para intervir da seguinte forma: “A caracterização da envolvente, pode resumir-se a expectativas de crescimento económico mais acentuado do que nos anos anteriores, ao controlo da inflação, assim como do défice público, no sentido de cumprir o pacto de estabilidade e o crescimento assumido com os Deputado da União Europeia. Não obstante, as expectativas em Portugal, o cenário foi de um ténue crescimento económico pouco expressivo. A taxa de inflação situou-se nos dois vírgula quatro por cento e o défice orçamental de cerca de dois, vírgula seis por cento do PIB, valor que ficou aquém das expectativas mais optimistas. A análise que nos propomos efectuar ao Relatório de Gestão e Contas do exercício de dois mil e sete, visa objectivamente avaliar a clareza, com que os mesmos foram apresentados, bem como evidenciar algumas rubricas mais significativas em nosso entender, como ainda tentar desmistificar o emaranhado de números e quadros que compõem as suas peças fundamentais. A tarefa para o ano de dois mil e sete, apresenta-se facilitada pelo facto, já aqui referido, de pela primeira vez termos expressa a opinião do Auditor Externo. Relativamente ao SMAS, o Relatório e Contas expressam de uma forma clara e apropriada a situação económica, financeira e patrimonial desta entidade. Do ponto de vista económico, os resultados foram inferiores em cerca de vinte por cento, aos apresentados no ano anterior, atingindo um valor de cerca de quinhentos e três milhares de euros. Este facto, aparece fundamentadamente justificado pela entrada em funcionamento das novas Piscinas Municipais, pelo efeito do acréscimo das respectivas amortizações e outros custos de funcionamento, com especial destaque para os custos com os combustíveis. Se atentarmos à decomposição dos custos e proveitos dos últimos anos, verificamos que as suas estruturas se mantiveram idênticas e proporcionais na sua variação. Como nota adicional, referir que os meios libertos *casclows*, se fixaram num valor que ultrapassa um, vírgula oito milhões de euros, provenientes de resultados líquidos e de amortizações. Do ponto de vista financeiro, é patente em todos os indicadores, uma boa performance, quer em termos de liquidez e quer em termos solvabilidade. Conforme se podem constatar no ponto cinco do Relatório de Gestão, Análise Económica e



Financeira. Outros dados relevantes a salientar, são o valor do investimento em dois mil e sete que ultrapassou os cinco, vírgula dois milhões de euros. O activo total líquido é superior a setenta milhões de euros, dos quais mais de noventa por cento, se referem ao imobilizado. A diminuição do activo circulante, o que revela uma preocupação de implementação dos *Gestintime* e da melhoria da gestão de tesouraria. Apesar de tudo o valor das disponibilidades em trinta e um de Dezembro, ultrapassava os dois, vírgula três milhões de euros. No Relatório de Gestão, aparecem evidenciados outros indicadores, que de uma forma clara e precisa nos ajudam a compreender a evolução dos SMAS ao longo dos últimos exercícios económicos e que se tem pautado por uma gestão global extremamente positiva, tornando esta entidade deveras apetecível para uma gestão por parte da iniciativa privada. Relativamente às contas da Câmara Municipal de Viseu, as contas da Câmara Municipal de Viseu apresentadas de acordo com a normativa actual, o POCAL, que decorre do Decreto-lei cinquenta e quatro A, noventa e nove e legislação subsequente, contemplam todos os aspectos relativos às várias ópticas de gestão: Económica, financeira, patrimonial e de tesouraria. Esta é uma realidade iniludível e se dúvidas houvessem, bastaria analisar o parecer do Auditor Externo, ora obrigatório, face à nova lei dois de dois mil e sete. Nessa informação curta, sucinta, mas ao mesmo tempo pertinente, o referido relatório, faz uma radiografia sobre os diversos aspectos da gestão e cito; *Comprovámos a adequação das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos adoptados*. Apesar de tudo, o mesmo parecer refere-se ao facto do Município não ter preparado as demonstrações financeiras consolidadas, face às participações financeiras no capital de várias empresas ou entidades. Ora estas empresas ou entidades, têm obrigatoriedade de produzirem as suas demonstrações no mesmo período, ou seja, até trinta e um de Março, em que o Município o tem que fazer. É pois uma impossibilidade prática, mas seria importante fazê-lo. Apela-se pois, ao legislador para adequar o normativo legal, alterando o *timing* de apreciação das contas por parte das Assembleias Municipais. Centremos um pouco a nossa atenção no Relatório de Gestão apresentado, cujo conteúdo retrata os aspectos essenciais que devem de ser tidos em consideração, na perspectiva da informação pelas actividades desenvolvidas, assim com plasmando os factores relevantes das situações: económica, financeira, patrimonial e tesouraria. Permita-me pois Senhor Presidente, que o cumprimente, bem como toda a equipa de Vereação e da Administração e todos os seus colaboradores, pela qualidade dos documentos apresentados e pela melhoria continua, que desde dois mil e dois, por força do Decreto-lei trezentos e quinze, dois mil, dois de Dezembro, as contas passaram a ser apresentadas segundo o POCAL. Realcemos os seguintes aspectos: Do ponto de vista económico, destacamos um resultado líquido negativo de cerca de treze, vírgula três milhões de euros, contra um valor de nove, vírgula vinte e três milhões, em dois mil e seis. Este agravamento, é devido ao aumento dos fornecimentos e serviços externos em um, vírgula sete milhões de euros; transferências correntes, de zero, vírgula nove milhões de euros; custos financeiros, zero, vírgula três milhões de euros e custos extraordinários de oito, vírgula oito milhões de euros. Apesar desta redução, os resultados financeiros são positivos em quase dois milhões de euros, sensivelmente os mesmos que em dois mil e seis. Dos pontos de vista patrimonial e financeiro, assistimos respectivamente ao acréscimo do activo total líquido, sobretudo devido ao acréscimo do imobilizado e a uma capitalização das receitas correntes. Outras considerandes haveria a fazer no entanto, este seria o realçar dos já efectuados pelo Auditor Externo e pelo próprio Relatório de Gestão que se tornaria fastidioso e repetitivo. Cruzando os aspectos de natureza financeira com os aspectos de natureza económica e analisando os resultados financeiros no valor de cerca de dois milhões de euros, este facto, atesta bem da atenção dada pelo Executivo Municipal à sua gestão financeira, assim como à sua gestão global. Em relação à liquidez, como temos referido sucessivamente nas apreciações de exercícios anteriores, esta é de alguma



maneira, o garante da Câmara Municipal para a concretização de projectos que necessitam de capacidade de auto financiamento, ou em situações de atraso na busca de fontes de financiamento alternativas. Antes de concluir, permitam-me apenas um reparo aos Senhores Vereadores do Partido Socialista, no que se refere à sua Declaração de Voto na reunião do Executivo, aonde referem a execução orçamental dos impostos municipais, é de cento e quatro por cento, referindo um aumento do IMI, Contribuição Autárquica de cinco, vírgula oitenta e dois por cento e da DERRAMA de seis por cento de dois mil e seis para dois mil e sete. Ora, o que aconteceu nesta Assembleia recentemente, foi a aprovação de uma proposta, para a diminuição da taxa de DERRAMA em dez por cento. Do mesmo modo foi submetido à apreciação superior, uma revisão em baixa dos coeficientes de localização, factor determinante para a diminuição da matéria colectável do IMI. Houve de facto, um aumento da cobrança do IMI, Contribuição Autárquica, de dois mil e seis para dois mil e sete, cuja explicação assenta no aumento da base tributável, redução das isenções e cobranças em contencioso. Deste modo, apela-se a quem de direito, para que junto da CNAPU, interceda no sentido de satisfazer o pedido formulado pela Câmara Municipal de Viseu e por esta Assembleia. Em conclusão, terminarei, reafirmando o esforço desenvolvido por todos quantos tornaram possível, que os documentos que nos chegaram tivessem a qualidade evidenciada, agradecendo toda a disponibilidade sempre pronta, que tiveram para os esclarecimentos que lhes foram solicitados. A apreciação que fazemos é deveras positiva, face às Contas de Gerência da Câmara Municipal de Viseu e do SMAS e reafirmar que estes documentos, são o espelho da gestão criteriosa e profissional do Município. Pelo que ficou dito, propomos à Assembleia que as contas sejam aprovadas e que seja realçado o esforço de todos os que de uma forma directa ou indirecta, tornaram possíveis estes documentos.” -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Mendes Silva. -----

QUARENTA E DOIS – SENHOR DEPUTADO FRANCISCO ANDRÉ DINIS REIS MENDES DA SILVA (CDS/PP) – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“A minha intervenção será um pouco menos técnica, ainda para mais quando os problemas técnicos não são de facto... como já disse o Senhor Deputado do Partido Socialista, não são relevantes por aí além. Por outro lado, com a nova Lei das Finanças Locais, as certificações das contas por auditor externo também retiram alguma necessidade de discussão técnica do Relatório nesta Assembleia. A minha intervenção será portanto, como é habitual, uma intervenção política. Por falar em política, sabemos que a política não é propriamente uma arte em sentido restrito, no que normalmente consideramos ser o conceito de arte, em todo o caso se o considerarmos uma arte, sabemos bem que não é uma arte que prime pela originalidade ou da imprevisibilidade e por isso não será de modo algum criticável ou estranho que esta questão se repita, como vamos de facto repetir. Analisando o relatório, não pode desde logo o CDS deixar de referir a situação de aparente saúde orçamental do Município. O CDS como é do conhecimento geral, aprecia bastante até do ponto de vista ideológico o equilíbrio, prudência no tratamento dos dinheiros que são de todos. Sabemos que a Câmara Municipal não faz mais do que cumprir uma obrigação primária e essencial. Sabemos também que à Câmara Municipal, vem de há longos anos ajudas financeiras comunitárias que portanto não a obriga a esforços políticos hercúleos, de contenção e criatividade, no entanto tendo até em conta o péssimo exemplo que vamos desde há longos anos recebendo do Estado Português, não esperem que o CDS, em desrespeito das suas convicções assobie para o lado e portanto desde logo é uma questão que aplaudimos, como sempre fizemos esta contenção ou este equilíbrio orçamental. No entanto se o fazemos, é porque também tomada esta posição estaremos portanto em condições de legitimidades necessárias para esclarecer que a posição do CDS é defender todo o novo paradigma de desenvolvimento. Ao contrário do que alguns maus entendimentos podem fazer parecer o CDS, não vê o equilíbrio



orçamental como um fim em si mesmo. A Saúde das contas do Município de Viseu, deve ser uma condição para a saúde económica do Concelho. Saúde orçamental e saúde do tecido económico empresarial, são como se sabe conceitos equivalentes e a verdade é que o equilíbrio orçamental do Município de Viseu, é um equilíbrio medido por cima, a níveis altos de investimento público, correspondem níveis altíssimos de incidência tributária de responsabilidade da Autarquia. Tudo isto traduz uma concepção dos poderes públicos e da sua intervenção que é contrária à do CDS, uma concepção que vê nos Órgãos Políticos o centro de toda a vida social, económica e cultural do Concelho de todas as suas realizações e destinos, como aliás vimos na listagem extensa que o Senhor Presidente da Câmara fez, das realizações culturais e sociais não estão em causa, são as culturais são uma coisa quase próxima dos Estados Socialistas do antigamente e portanto assim a Câmara Municipal, impede o reforço de uma comunidade autonomamente dinâmica e verdadeiramente independente dos humores e dos apoios públicos. Bem sabemos que por exemplo, o estrangulamento fiscal dos contribuintes visenses não é inteiramente ou se quer decisivamente imputável à Câmara Municipal de Viseu, é-o sim, não o esquecemos ao Estado Central que é cada vez mais omnipresente e confiscatório. Mas a verdade é que o Município de Viseu, tendo por Lei responsabilidades na definição das Taxas de alguns impostos e portanto intervenção directa na quantificação do esforço fiscal que os visenses têm de suportar, não se pode sequer criticar o Estado Central, porque com ele partilha o mesmo espírito, centralização de recursos, desdém pela liberdade e iniciativa, maximização das receitas tributárias, confiança cega na despesa pública para dinamização económica, social e cultural do Concelho. Se este Executivo tivesse outro sentido de modernidade, podia pelo menos empreender um outro discurso, discurso do incentivo de empreendedorismo e de reconhecimento, pelo esforço de todos e cada um dos seus Municípios. Veja-se o exemplo da Derrama, é um adicional do IRC e a nova Lei das Finanças Locais não lhe alterou a natureza, alterou no entanto a taxa máxima dez por cento para um vírgula cinco, uma boa notícia, mas também a base de incidência da colecta tributável que é uma péssima notícia. Porque isto, significa em rigor que a tributação sobre as empresas concede a representação em Viseu poderia aumentar significativamente. Imagine-se por exemplo uma empresa que não iria ter colecta de IRC, porque tinha por exemplo prejuízos fiscais reportados dos anos anteriores, antigamente não pagava Derrama e agora paga derrama. Por isso houve um claro aumento da base de incidência e apesar desta questão não ter comovido por ai além os intervenientes no debate político que se fez em torno da Lei das Finanças Locais como sabe limitou-se à guerra entre os Municípios Portugueses e o Ministro António Costa, a verdade é que foi notória a apreensão de algumas empresas, a maioria das empresas relativamente a esta questão e a atenção que muitas delas tiveram quanto à fixação das Taxas da Derrama pelos vários Municípios. Ao estabelecer uma taxa geral, falo na taxa geral no limite máximo, o Município de Viseu perdeu uma oportunidade de se distinguir positivamente dos demais, e deixar perante o mundo da economia uma mensagem clara de reconhecimentos às empresas existentes, digamos assim de hospitalidade, às que eventualmente cá pudessem vir a instalar-se. Tendo em conta o novo método de apuramento da Derrama, sabemos que provavelmente o Município de Viseu perderia muitas receitas com esta política. Não o tendo feito é mais uma prova de qual é que é a relação da Câmara Municipal de Viseu com a sociedade e mentalidade que assim permite que se crie e que curiosamente, aliás também funciona contra a própria Câmara Municipal de Viseu. Sendo que tudo o que acontece em Viseu, é feito pela Câmara Municipal de Viseu, também tem que amargar sempre que corre mal, é criticável à Câmara como é óbvio. Antes de terminar, gostaria de dizer para não fazer coro com o Partido Socialista, não será um crime, se forem ver as Actas já fiz várias vezes coro com o Partido Socialista, mas quer dizer tenho como princípio não o fazer, é uma questão de saúde o debate democrático. Mas o que nos



distingue do Partido Socialista. É que este defende uma resolução da tributação, ao mesmo tempo que defende o aumento do investimento público nomeadamente a nível cultural, quer dizer, o que nos distingue e para deixar isto em Acta, o que nos distingue do Partido Socialista, é que nós de facto defendemos que há zonas da sociedade que devem ter o mínimo de investimento público e com isso como é óbvio não estamos a querer fazer gelo quente, ou fazer a quadratura do círculo. Portanto para concluir apesar de aplaudirmos o equilíbrio das contas não podemos deixar de registar que este Relatório traduz um modelo de desenvolvimento centralista que não é o nosso. Viseu precisa de uma nova ambição económica, de uma nova narrativa política, que lhe permita dar um salto para um grande pólo industrial, com outros níveis de riqueza criada e com o emprego mais qualificado, só assim pegando até num debate que se fez há pouco poderá a região exigir com mais propriedade e mais legitimidade a sua parte na descentralização de competências e organismo do Estado, feita a ponderação destas considerações o CDS absterse-á”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Pedro Madeira Antunes. -----

- QUARENTA E TRÊS – SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO SILVA BENTO MADEIRA ANTUNES (PS) – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Eu queria aqui fazer uma pequena correcção, é uma coisa que me é cara e não podia deixar em claro. No ponto dois, item dois nove, relativo ao saneamento e abastecimento de água, refere-se a tratamento de água e esgotos, noventa e cinco e noventa por cento respectivamente. Depois o Doutor Fernando Ruas, quando do seu discurso corrigiu isto e não referiu o tratamento, porque de facto todos sabemos e contrariamente ao que aqui está, que estamos muito longe dos noventa por cento de tratamento. Bastava dar uma volta com alguns Membros que se disponibilizassem das Juntas de Freguesia, bastava ver o que acontece na ETAR de São Salvador e deixava aqui um repto, que a ETAR de Viseu que já foi anunciada mais ou menos empessant aqui à uns tempos, entre rapidamente no Relatório de Gestão nos anos mais próximos. Porque Viseu bate sempre nesta tecla. Viseu por mais tulipas que tenha, não resolveu os problemas ambientais de primeira geração, em quanto não tiver o tratamento de esgotos a noventa por cento, efectivamente tratados, não é etares por onde passam, ou muitas etares que há nas Freguesias aonde ainda não chegam os esgotos. Não são os prémios atribuídos, que enfim, que normalmente são atirados mas que facilmente cairiam com a demonstração do estado dos esgotos no Concelho. A sério temos que resolver os problemas ambientais de primeira geração e assim não podemos ser uma cidade ambientalmente correcta, não são só as tulipas, é só.” -----

- MESA – Dá a palavra à Senhora Deputada Graça Pinto. -----

- QUARENTA E QUATRO – SENHORA DEPUTADA MARIA DA GRAÇA MELO CABRAL MARQUES PINTO (BE) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Vou ser muito breve, até porque todos nós somos como aqui foi dito resistentes. O relatório de gestão e os documentos financeiros da Câmara Municipal de Viseu e dos SMAS relativo a dois mil e sete evidenciam mais uma vez a visão excessivamente optimista da gestão camarária. Tudo vai bem no Concelho, não há aspectos a melhorar, políticas a corrigir, mas a verdade é outra. A inegável saúde financeira do Município continua a alicerçar-se na penalização dos Municípios. Os impostos directos com destaque para o IMI, registaram consideráveis aumentos com graves repercussões nos orçamentos familiares. Num contexto social e económico favorável, as taxas municipais são elevadas com particular destaque para as que são aplicadas na ligação de água e esgotos, favorecendo certamente a melhoria da qualidade de vida dos Municípios e as melhorias ambientais. A intervenção em bairros sociais, isto no que concerne às actividades mais relevantes, como estava a dizer a intervenção em bairros sociais fica muito aquém do desejável. O Bairro da Balsa e o Primeiro de Maio restringiu-se praticamente à pintura das casas, os moradores do Bairro Municipal têm manifestado preocupação, não só por não serem informados relativamente ao processo, mas também com os atrasos na regeneração. Por seu turno as



casas do Bairro da Pomba continuam com infiltração de humidade e estou a reportar-me às actividades mais relevantes, onde a questão social é mencionada, estes Bairros urgem como paradigma da intervenção social. No que respeita ao Ordenamento de Território, os projectos de regeneração urbana não iludem realidades como a degradação das habitações no Centro Histórico e também com uma desordenação patente em Freguesias Rurais, pelo menos em algumas. Carências a nível de arruamentos e ausência de política de preservação de património cultural. No que se refere ao saneamento e abastecimento de água as percentagens de cobertura aqui referidas não iludem situações aceitáveis num Concelho que se quer moderno e desenvolvido. Em pleno século vinte e um, não se pode admitir situações como aquelas que já foram aqui referidas e mesmo a poucos quilómetros da cidade em que há esgotos a despejar para a via pública e falta de ligação de esgotos exactamente a etares quando elas às vezes existem. Estas situações são de facto paradigmáticas, de que ainda à muito a fazer para melhorar a qualidade de vida nas Freguesias Rurais. A nível da juventude, as iniciativas camarárias estão longe de dar resposta ao objectivo enunciado e passo a citar: Desenvolver uma actuação integral que conduza à criação de condições para a sua efectiva participação individual e colectiva na vida pública municipal. Parece-me de facto, um objectivo interessante e arrojado, só que não tem tradução prática nas medidas que foram implementadas, há muito a fazer no sentido de favorecer a participação da juventude, nomeadamente através de locais onde possa exercer actividades culturais, espontâneas ou organizadas. No plano ambiental não há uma só referência ao necessário protagonismo da Câmara no incentivo na utilização das energias renováveis. Nomeadamente através de campanhas de sensibilização e do próprio exemplo em edifícios públicos. Pelas razões expostas a Deputada Municipal do Bloco de Esquerda votará contra o relatório de gestão e contas da Câmara Municipal”. ----

- **MESA** – Dá a palavra ao senhor Presidente da Câmara. -----

- **QUARENTA E CINCO** – **SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO** –
 Pede a palavra para esclarecer da seguinte forma: “Eu devo confessar que depois da adiantada hora, eu voltava outra vez ao princípio só para este ponto, que é aquele que me diverte, a sério. Gosto de o discutir e gostaria também de aproveitar para fazer alguns esclarecimentos, fazer algumas correcções. Espero que algumas pessoas com responsabilidades acrescidas, também vão aprendendo alguma coisa. Estou a falar directamente para o Senhor Deputado João Cruz, para lhe dizer uma série de coisas que precisa, também para seu governo, para que não volte a repetir os mesmos erros. Queria primeiro dizer-lhe, que a revisão de taxas tem o limite que é o próximo ano, como sabe, um de Janeiro de dois mil e oito, dois mil e nove e portanto, sabe..., mais não sabe... se alguém está adiantado nesse processo é a Câmara de Viseu, mas há muitas maneiras de perguntar e eu não lhe disse nada, ouvi-o dizer uma série de disparates, mas agora vou dizer-lhe. Sabe que há coisas... que às vezes, quando estou a fazer isto, também penso no Senhor Deputado João Cruz, para ver algumas coisas que diz que eu já sei, desde que o Senhor cá anda diz sempre as mesmas coisas, disse aqui coisas curiosíssimas, disse que não valia a pena colocar todo o relatório na deliberação. Sabe porque que é que o fizemos? Para lhe acabar com essa garganta, para lhe acabar com as coisas que o Senhor vinha para aqui dizer. Porque dantes, o que acontecia era isto, nós fazíamos um pequeno resumo do relatório e os Senhores aproveitavam para pôr a deliberação vossa, aquilo que era o nosso trabalho, agora chapei-lhe com tudo, para o Senhor ver. Por isso é que eu estive aqui a perder tempo, mas eu estou calmo, o Senhor não se exalte, vai ouvir mais ainda, não acabou aqui. O grande erro e o seu problema é a falta de credibilidade, vou dizer-lhe porquê? Não tem nada de pessoal, tem de credibilidade, é que os senhores defendem aqui no Concelho o contrário que fazem no País. Os Senhores no País, aumentam os impostos e aqui querem baixá-los. Os Senhores querem no País equilibrar as contas à custa do aumento dos impostos, aqui dizem que o segredo é baixarem os impostos, aliás já vos



acabou uma outra retórica que era, copiem o Presidente da Câmara de Lisboa, também já acabou isso, não acabou? É que o Presidente da Câmara de Lisboa, o que fez foi aumentar os impostos e pedir para aumentar os impostos, aumentar quarenta por cento em relação ao ano anterior, também já não me dizem para copiar o Presidente da Câmara de Lisboa, ainda bem. Depois uma outra coisa que o Senhor trouxe aqui, foi a nova Lei das Finanças Locais, registre bem isto, porque lhe pode ser útil. O Senhor é dos poucos que defende a Lei das Finanças Locais, só vinte pessoas das novecentas que tiveram na Parque Expo a defender a Lei das Finanças Locais, só há um dos Autarcas, agora aos Deputados da Assembleia Municipal junta-se-lhe o Senhor Deputado João Cruz, com duas pessoas a defenderem a Lei das Finanças Locais, como o Senhor não a tem que executar! O ROC devia ser necessário noutra sítios, então é que nós veríamos o que era o ROC, é com a vantagem que tenho por onde o Senhor anda, eu já lá passei e já agora deixe-me dizer-lhe outra coisa, este ROC foi imposto pelo Presidente da Associação Nacional dos Municípios e mais outra coisa. Também sabe ao contrário do que disse, que se não houvesse Empresas Municipais o ROC não era obrigatório, é o que está na Lei das Finanças Locais. Nós achamos que mesmo que não tivéssemos a Lei das Finanças Locais, o ROC era sempre necessário. Eu depois preguei-lhe uma outra partida, o Senhor veio criticar aquilo que estava na reserva e depois não teve a humildade mesmo depois de eu ter lido, é que eu li aquele ofício que me mandou o Revisor Oficial de Contabilidade e o Senhor Deputado não lhe fez menção nenhuma. O Senhor Oficial de Contabilidade disse o seguinte: “Há aqui algumas reservas, mas essas são próprias, porque a Câmara tem que apresentar as contas exactamente na mesma altura que as empresas”, então, e não podia ter dito isso, vem esclarecer isso. Começou por dizer que havia três formas de aprovar as contas, umas é sem reservas, outras é com reservas e outras não as aprovar, uma “la palissada”, mas podia ter dito que as reservas que foram colocadas... peço-lhe que se cale um bocadinho, eu ouvi-o e estou calmo. O Senhor estava ali a dizer que havia três formas, a gente já sabia, esqueceu-se de dizer e eu estou a complementá-lo, a esclarece-lo, que as reservas foram levantadas a seguir. O Senhor Revisor Oficial de Contabilidade levantou logo as reservas a seguir e agora outra coisa, esta é de “bradar aos céus” o Senhor veio dizer o seguinte: “A nove milhões cujo despacho é incerto”, é verdade, há uma coisa que se esqueceu, porque não leu tudo, sabe que a maioria deste dinheiro refere-se a expropriações e sabe que a Câmara previamente tem que depositar o dinheiro na Caixa Geral de Depósitos, sabia disso? Não, não sabia. Agora ouça para aprender, é que o dinheiro que está em falta no relatório a Câmara já o tem depositado na Caixa Geral de Depósitos, portanto pode haver aqui alguma diferença de avaliações, agora está lá o dinheiro que os nossos peritos disseram que tínhamos que dar, portanto Senhor Deputado... agora é o Doutor Ribeiro de Carvalho que também está nervoso. Os Senhores não sabiam disto e agora acrescento-lhe uma outra coisa que eu guardei para si Senhor Deputado, sabe o que é que eu guardei para si? É que nestas acções judiciais está também algumas que a Câmara pode também ganhar, por exemplo aquela que ganhou ao vosso governo, a do Matadouro, que os Senhores contaram como problema da Câmara e que a Câmara vai receber um milhão e quatrocentos e tal mil euros, veja lá o erro que os Senhores fizeram. Até o erro que os Senhores cometerem vieram dizer que a Câmara estava aflita. Deixe-me dizer-lhe uma coisa, eu estou a falar para a assistência toda, para criticar e comentar aquilo que disse um Deputado, é que disse uma série de asneiras e portanto eu estou a tentar ensinar-lhe e acho que deviam estar-me a ficar gratos, estou-lhe a dizer como é que isto se explica. Como é que o Senhor meteu os pés pelas mãos, fazendo aqui um exercício, eu vou-lhe dizer uma coisa já há muito tempo que não ando nessas coisas de análises financeiras, mas eu chumbava-o liminarmente, isto não se pode dizer se algum Deputado tem legitimidade para dizer, ouvi um Deputado do CDS e a Senhora Deputada do BE dizerem que iam fazer uma apreciação política, perdoem a expressão, já



podem tecnicamente dizer algumas asneiras, são-lhe permitidas, mas ao Senhor não. O Senhor incidiu em apreciação técnica e espalhou-se ao comprido com uma série de coisas. Se lá está muito dinheiro em relação às reservas, o Senhor disse que devíamos criar provisões, é abonatório para a Câmara e há-de reconhecer, até porque viu aquilo com atenção. Se o nosso resultado líquido é de tal maneira importante que o custo resultante das provisões era insignificante, não era Senhor Deputado? Era, e depois também o disse na última parte quando nós libertássemos as provisões entrava como receita, como proveito, está a ver? Pode dizer isso com outra gente, eu não estou assim tão esquecido e portanto eu sei muito bem. Queria dizer-lhe uma outra coisa, que é importante que saibam, é importante que leve isto aos viseusens mal ou bem. Todos os dias este Presidente da Câmara faz a análise financeira da Câmara, portanto não me venha com lições sobre a situação financeira da Câmara, porque aí é que eu vos “aperto os calos”. As obras que eu citei aqui, que incomodaram o Deputado e nosso amigo Mendes da Silva, acho que ele fez aqui uma descrição da ideologia do PSD que não é nada aquela que me levou a filiar neste Partido. Estou até com algum problema, porque durante algum tempo e não o renego andei com militantes do CDS a fazer campanhas com a AD, eu se sabia que tinha essa visão não ia com eles, não era possível, a sério! Mas os Senhores do CDS são mais do que nós a favor da iniciativa privada, quem é que vos passou esse estatuto? A Câmara só faz isto porque ninguém faz. A quem é que nós íamos encomendar o saneamento? O que vi aqui por parte do Deputado Mendes da Silva é que o PSD tem a mania de fazer tudo, que não deixa respirar a iniciativa privada, às vezes somos acusados do contrário, o que nós dizemos é que, quando houver empresas a fazer aquilo que nós devíamos fazer, nós não fazemos temos dado provas disso, são conhecidas. Então é por ideologia e que a gente não faz, fazer iniciativa privada, por amor de deus, eu não me revejo nesse conceito. Os Senhores podem ter esse conceito de nós, não me revejo e tenho dado provas mais que suficientes, ser um adepto fervoroso da iniciativa privada, tão fervoroso que eu até peço meças de uma coisa. Quando eu cheguei à Câmara, não sei se isto é elucidativo, a maior parte dos trabalhos feitos nesta, eram feitos por Administração Directa, eu implementei os Concursos, os Contratos, então afinal quem é a favor do trabalho feito pelo próprio. A Câmara comprava antes de eu lá chegar, para fazer uma estrada, um camião de três eixos, acabava a estrada ficava o camião encostado, estas obras foram todas Concursadas, todas empreitadas às iniciativas privadas. Quem é que gosta da iniciativa privada? Nós. Tomem lá que aí não nos dão lições. Já agora vou dizer ao Deputado João Cruz que nós praticamos taxas elevadas, mas faça um favor não diga que aplicamos as taxas máximas, porque pode até ter essa concepção de que nós podemos baixar as taxas enquanto o Senhor quiser, que é aquilo que faz a Segurança Social, baixa as taxas dos contribuintes quando acha que são muitas, quando acha que o contribuinte paga muito à Segurança Social baixa as taxa, são estes exemplos que os Senhores nos dão. O contribuinte está sobrecarregado e a maneira de o libertarem é baixarem as taxas, é uma determinação que os Senhores têm. Aqui paga-se uma taxa baixíssima da Segurança Social, nós devemos aplicar as taxas que se aplicam nas cidades parecidas, e os valores patrimoniais devem ser iguais nas cidades parecidas, porque senão os Senhores metem-nos numa situação complicada, dizem-nos assim: Façam os valores patrimoniais que entenderem porque depois vocês corrigem com a taxa, sentia-se bem que eu para um cidadão em Viseu só para pormos os valores adequados que pagava por exemplo zero virgula três e que em Aveiro para atingir o mesmo valor era zero virgula oito, acha isto bem? Eu não acho. Aquilo que os cidadãos devem responsabilizar-me é o Senhor aplica taxas aos outros ou não, portanto quando eu aplicar taxas no ranking distrital e no ranking nacional, nós estamos no fundo a aplicar as taxas. Quer queira quer não, nos prédios antigos baixamos doze e meio por cento, conhece alguém a baixar doze e meio por cento e nos prédios novos baixamos dez por cento, isto quer goste quer não goste e portanto compare-nos com o resto e não diga



coisas que não são verdade. Eu não ouvi o que disse o representante do PSD, percebi que as contas deviam ser aprovadas, eu não vi o relatório que fez, não sei se isto é apanágio nos outros Partidos, mas eu não vi nada do que fez previamente, não passou pela Câmara, portanto o que fez disse-o livremente, eu não ouvi, ouvi que propunha a aprovação das contas, que não haja para aí outra conjectura, porque se alguém tem liberdade, somos nós. Em relação ao Deputado Mendes da Silva, por mim podem fazer o coro com o PS, à vontade, tocam a mesma música, às vezes é que não, a mim não me incomoda absolutamente nada, já vi coisas piores. Os coros à vontade, se não o fizerem, tanto melhor, têm bom gosto, se o fizerem! Olhem, ajeitem-se. Vejam lá que instrumento hão-de tocar cada um, não me preocupa absolutamente nada. A aparente saúde orçamental, isso não é verdade não é aparente é real. Ajudas comunitárias, também devo dizer que tivemos as mesmas que os outros que são apontados com muitas dívidas, temos as mesmas e com uma coisa que é preciso esclarecer, é que cada vez que há Quadros Comunitários estamos dois anos de jejum, este é um ano de jejum e apesar de tudo os Senhores viram as contas, há dois anos que não vimos fundos comunitários que é na transição dos Quadros, como sabem. O equilíbrio orçamental não é um fim, de acordo, o equilíbrio orçamental que nós fizemos foi para mostrar as obras que depois referimos esse é que é o fim do equilíbrio orçamental, depois o desdém por a livre iniciativa. Agora só uma última coisa com a Derrama, eu estudei profundamente a Derrama e já agora temos uma novidade, a nossa Derrama está ao nível de dois mil e um, se quiserem eu dou-vos o gráfico ao nível desse ano, o ano que cobramos mais Derrama foi neste referido ano, este é um facto, está registado e agora vou fazer um comentário em relação à Derrama. Nós estivemos contra esta forma de aplicação da Derrama, quem assistiu ao debate com o então Ministro da Administração Interna soube, que os Municípios estiveram contra esta nova forma da derrama, por uma simples razão e eu vou dar um exemplo que é vizinho para que toda a gente perceba. Há um vizinho deste Concelho que tinha como grande pagador um contribuinte de derrama, uma única empresa, depois as outras eram meia dúzia delas, o que é que deu esta nova fórmula? As pequenas empresas pagam todas mais, mas nós estamos contra isso, o que significa que quem aprovou esta Lei das Finanças Locais provou sobre a Derrama a política do “Zé do Telhado”, mas não fomos nós. Tirou aos pequenitos para dar aos grandes ao contrário do “Zé do Telhado”, foi assim que foi aprovada. Nós nem recebemos mais, o modo de cálculo alterado, nós não temos nada a ver com isso. Ao Deputado Madeira Antunes, só para lhe dizer isto, duas coisas, eu frisei bem que a percentagem refere-se a população, não estamos a falar da cobertura do território, era o que faltava, refere-se a população. Aquilo que eu gostaria é que desmentisse com os técnicos os valores. Os dados são publicados por relatórios oficiais, eu também posso questionar tudo, posso questionar que a taxa de mortalidade que os Senhores dizem não é essa, estamos numa de questionar tudo, isto são dados oficiais que não foram confeccionados pelo Presidente da Câmara nem por nenhum dos seus assessores, são dados técnicos, o relatório não foi feito por mim, portanto são dados, tenho-os como certos se os Senhores não tem isso já é outra coisa, é por em causa o trabalho dos funcionários e normalmente não gostam. Porque quando nós dizemos que põem em causa o trabalho dos funcionários, os funcionários da Câmara para vocês são os melhores, só em determinadas situações. Isto é um trabalho técnico, já agora os prémios atribuídos que não sabe como é que são, são atirados, quem nos atirou um foi a Eurodeputada Elisa Ferreira, sabe quem é? Foi Ministra do Ambiente do Partido Socialista, atirou-nos um, bem nos desviamos, mas ela acertou-nos, é muito complicado jogar com este tipo de palavras. Agora sobre a Deputada Graça Pinto diz que as contas são excessivamente optimistas, eu acho que contas são contas e quatro vezes nove são trinta e seis, com optimismo ou com pessimismo é mesmo isto, as contas estão cá, são números. Depois diz que a intervenção nos bairros sociais podia ser melhor, nós já estivemos para fazer uma excursão a outras Câmaras,



uma só, para ver o que se lá passava, mas tivemos que regressar porque temos que fazer o Bairro da Pomba, o Bairro Municipal, a Fundação Salazar, nessa Câmara que sabe também, não vimos nada disso, não vimos nenhuma intervenção melhor, de maneira que enquanto não houver ninguém quem nos ensine, nós vamos fazendo estas intervenções sociais. O que é facto que acabamos com o único bairro de lata que havia, não fui eu que o criei, mas fui eu que o resolvi, o Bairro da Quinta da Pomba. Já agora uma outra coisa para os Senhores que são os paladinos das minorias, tive um prémio, não é coisa que resolva o problema em si, da Comissão da Integração dos Ciganos. Tenho muita coisa a aprender, mas tenho que aprender com quem tenha legitimidade, experiência e trabalho feito”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado João Cruz. -----

- QUARENTA E SEIS – SENHOR DEPUTADO JOSE DUARTE DA SILVA FERREIRA DA CRUZ (PS) – Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “Eu vou ser o mais rápido possível Senhor Presidente. Evidentemente com estilo brincalhão do Senhor Presidente da Câmara, nós temos que evidentemente responder. Em primeiro lugar, artigo quarenta e oito da nova Lei das Finanças Locais, as contas anuais dos Município e Associação dos Municípios que tenham capital em fundações ou em entidades do sector empresarial local devem ser verificados por um auditor externo, ponto, é isto o Senhor não tem participações. A Câmara não tem participações, então não há aqui dúvidas sobre isso. Em relação à questão do novo regime das Taxas e penalidades ficamos na mesma, não sabemos em que ponto está o processo, na Câmara Municipal não respondeu. Em relação a outra questão que gostaria de ter falado ainda relacionado com a Lei das Finanças Locais é de facto o endividamento municipal em dois mil e sete e de acordo com a nova Lei das Finanças Locais são quarenta e três milhões, mas é preciso dizer que a dívida da Câmara são de trinta e seis milhões, para as coisa ficarem completas, deve-se dizer de um lado e deve dizer-se do outro”. -----

- MESA – Dá a palavra à Senhora Deputada Graça Pinto. -----

- QUARENTA E SETE – SENHORA DEPUTADA MARIA DA GRAÇA MELO CABRAL MARQUES PINTO (BE) – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção. “Eu bem sei que estamos todos cansados, obviamente já são muitas horas. Eu em particular, até não estou nas melhores condições de saúde, portanto percebo a vossa paciência, a minha também, mas eu gostaria e tenho esse direito de responder a algumas das questões, responder às respostas que o Senhor Presidente da Câmara me deu. É assim eu penso, que nós estamos perante situações muito sérias, a situação que se vive nos Bairros Sociais é uma situação séria e estamos a falar de pessoas que vivem muitas vezes em condições que obviamente não são as condições que o Senhor Presidente da Câmara vive nem eu própria, nem desejaria ter que viver nessas condições. Eu quando falo em falta de condições no Bairro da Pomba e infiltrações de humidade, falo em casas onde os armários ficam completamente cheios de humidade, onde a roupa se deteriora, onde as famílias têm condições de insalubridade. Eu não estou, nem me parece interessante, responder como o Senhor Presidente da Câmara respondeu, eu estou a falar de pessoas com problemas graves e estou a falar de uma forma sentida com a razão e com a emoção que é tão cara também ao Senhor Presidente da Câmara, na forma como aborda as questões. Quando falo na urgência para se encontrar soluções, é que há gente a viver nesses sítios e há gente que vive mal e há gente que precisa de soluções rápidas e portanto a forma como respondeu, não me parece consentânea nem com o assunto em causa, nem com a problemática que eu abordei”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- QUARENTA E OITO – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Pede a palavra para responder do seguinte modo. “Vou dizer à Senhora Deputada, começo por si, dar preferência às Senhoras, bem pode andar, mas não tem mais consideração às pessoas



que eu. Quem as tem em casa a toda a hora sou eu, não é a senhora. Se calhar nem sabe onde é que são os Bairros Sociais. Há uma coisa que a Senhora pode saber, eu ouvia com todo o cuidado, eu não recebo nenhuma lição do Bloco de Esquerda sobre relações com as pessoas, os Senhores são “esquerda caviar”. A Senhora pensa que me dá alguma lição sobre isso, Senhora Deputada eu ouvi-a e agora a Senhora vai ter que me ouvir, os Senhores são um tipo de esquerda, da boca para fora, a Senhora só fala, quem tem que resolver os problemas somos nós. Quero dizer-lhe que o Bairro da Pomba mal ou bem também não fui eu, recebeu um prémio do INH, agora está a dizer que há lá fissuras, olhe eu também as tenho em casa e se calhar algumas pessoas têm-nas na suas casas e então isso retira que fizemos uma obra em condições, por amor de Deus! Esse era o problema que eu lhe dizia, “a menina é muito bonita mas tinha um sinalzinho”. Eu fui inaugurar o Bairro da Pomba que era um Bairro de lata, se calhar podíamos fazer melhor, mas é um Bairro com as salas todas com lareira e ainda está a dizer mal do Bairro da Pomba por ter fissuras, oh Senhora Deputada! tem limites isto, portanto não me venha como provedora do cidadão, nós já temos essa figura, até temos provedora do cidadão deficiente portanto dizer as coisas correctamente eu aceito, dizer desta forma tem que levar a resposta. Depois uma outra coisa também, diz que está a falar de pessoas, eu quando sou eleito quem lá põe o voto, não são postes de electricidade, são pessoas, as pessoas que eu contacto, não fale em nome das pessoas, eu é que posso falar, tenho essa legitimidade também, não se ponha para ai também a falar para uma pessoa que também foi eleita pela maioria, vejam lá tenham cuidado com as pessoas, porque eu é que tomo conta delas. A Senhora Deputada fala naturalmente, foi eleita por isso é que tem este tempo de antena, legitimamente e nós ouvimo-la, agora tem que ouvir também, quem foi eleito com margem significativa. Já agora em relação ao Doutor João Cruz, agora é que o chumbava mesmo, nem à oral ia, veja o que disse, o Senhor disse isto “É preciso dizer que a Câmara tem um endividamento de quarenta e três milhões mas deve quarenta e sete milhões, esqueceu-se de dizer uma coisa tão simples quanto isso, é que o endividamento é para um ano e a dívida está ao longo do tempo. Isto era a mesma coisa que o Senhor, dizer a um jovem casal, comprou uma casa por vinte mil contos e que a tem que pagar ao longo de quarenta anos, dizer-lhe você agora tem dezoito mil contos em seu poder mas está aflito, por amor de Deus, isto tem algum jeito, então eu tenho um endividamento para um ano de quarenta e três milhões, tenho uma dívida consolidada de trinta anos de trinta e seis milhões e o Senhor vem-me dizer que é preciso dizer isto, então os visienses riem-se, se esta dívida estiver a vinte anos que dizer que dá um vírgula oito milhões de contos por ano, não é Senhor Deputado? É um vírgula oito, então para quem tem um endividamento de quarenta e três milhões acha que é pouco, por amor de Deus. Isto era a mesma coisa que comparar a idade de uma pessoa falando em anos e outra em meses. O Senhor se comparar a idade dos seus filhos, se fizer a sua em anos e as deles em meses chega à conclusão que eles são mais velhos que você. Haja paciência”.

- **MESA** – O Presidente da Mesa do seu lugar profere as seguintes palavras: “Vamos então votar este Ponto, o Ponto Dois da Ordem de Trabalhos, foi aprovado com trinta e sete votos a favor, oito contra e duas abstenções, vamos passar ao Terceiro e último Ponto da Ordem de Trabalhos que foi o Ponto aditado e que se refere ao “Relatório Arbitral e Municipal de Viseu”, portanto num cumprimento de um dispositivo legal”. Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.”

- **QUARENTA E NOVE – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO** – Pede a palavra para apresentar o seguinte. “ Senhor Presidente, eu vou apresentar isto, até porque é só para conhecimento, mas deixe-me dar um dado usando este tempo, que é um dado muito rápido que é para ficarmos todos a saber, como é que são as votações do orçamento. Nós tivemos nove votos contra, em dezoito elementos da oposição é bom que se saiba isto porque às tantas... oito votos contra em dezoito elementos para depois dizermos



de facto como é que as contas foram aprovadas, ou não. Já fiz os esclarecimentos, já o apontei, nós sabemos qual é o número de Deputados nesta Assembleia e às vezes há uma chamada de atenção, quando se diz lá para fora que o Partido Socialista votou contra, calma lá, metade do Partido Socialista votou contra, eu não vou deixar passar mais isto, é para os Senhores saberem também que votaram poucos contra. Senhor Presidente, eu ia agora falar sobre a Comissão Arbitral, só para dizer que ela é obrigatória por Lei, é obrigatória também por a Legislação que eu me dispense de consultar, a não ser que me obriguem aqui. É uma Legislação de dois mil e seis que obriga a que o Relatório da Comissão Arbitral, venha à Assembleia Municipal, não é para ser votada é para conhecimento, cumprimos esse preceito trazer o Relatório da Comissão Arbitral à Assembleia Municipal. “-----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa intervêm para colocar uma dúvida: “Eu estou aqui com uma dúvida porque o Senhor Presidente disse que no Relatório vinha só à Assembleia Municipal e que não precisava de ser votado, mas eu penso que sim que ele tem que ser votado”. Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- CINQUENTA – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Pede a palavra para esclarecer sobre o assunto. “Eu acho que li que era para conhecimento, mas se estiver de acordo, podemos fazer o seguinte, como não se perde nada que ele seja votado ou não, vamos à votação se o entender”. -----

- MESA – Senhor Presidente da Mesa do seu lugar, intervêm da seguinte forma: “Indo à introdução do próprio documento diz que o presente Relatório visa cumprir a exigência legal decorrente na alínea d) do artigo dezanove, do Decreto-lei cento e sessenta e um de dois mil e seis de oito de Agosto que determina como incumbência da Comissão Arbitral o exercício das suas funções de acompanhamento, à aprovação do Relatório Anual de Actividades são elaborados pelo Presidente e são enviados à Assembleia Municipal, por isto é só dar conhecimento, sendo assim não precisamos votar nada. Algum Senhor Deputado quer pronunciar-se sobre o Relatório?”. Dá a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão. -----

- CINQUENTA E UM – SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONCALVES DE ASCENÇÃO (PS) – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Com o relatório enviado a esta Assembleia, a Comissão Arbitral Municipal (CAM) de Viseu, prevista no artigo quarenta e nove do Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU), aprovado pela Lei número seis de dois mil e seis, de 27 de Fevereiro, deu cumprimento ao estabelecido na alínea d) do artigo dezanove do Decreto-lei número cento e sessenta e um de dois mil e seis, de oito de Agosto, que regula as suas competências e o seu funcionamento, cuja remessa nem necessita de deliberação da Câmara Municipal, por se tratar de competência própria da Comissão. Trata-se de um documento que, como relatório que deve ser, da actividade e avaliações desenvolvidas pela CAM e elaborado pela sua presidente, cumprindo o que se encontra legalmente determinado, dá conta do trabalho desenvolvido ao longo do seu primeiro ano de efectivo exercício de funções. Tal documento reflecte contudo, a nosso ver, à luz da legislação por que é parametrizado, algumas deficiências no seu funcionamento, bem como é menos objectivo nas apreciações que produz e nas recomendações que pretende fazer. Não nos parece que a melhor forma de contribuir para a monitorização, ou mesmo a melhoria, da aplicação prática do Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU), passe pela abordagem, mais ou menos abstracta, de situações ou intenções, consideradas deficiências da lei em vigor, sem se apontar, concreta e objectivamente, o que está mal e a forma de lhe dar solução. “*Estas e outras considerações / reflexões*”, vagas e sem expressão concreta, não serão certamente contributos para melhorar o que quer que seja, menos ainda quando se trate de contar que sejam “*tidas em conta numa eventual alteração à lei*”. Não se entende que se defenda a “*existência de mais acções de formação ao nível dos técnicos que efectuam as vistorias, tendo*



em conta que se detectaram situações de falta de conhecimento na forma de actuação / desconhecimento da lei”, sem se deitar mão da possibilidade do apoio técnico oferecido à CAM no número dois do artigo onze do Decreto-lei número cento e sessenta e um de dois mil e seis, de 8 de Agosto, bem como no número três do artigo dezassete da Portaria número mil cento e noventa e dois – B de dois mil e seis de três de Novembro. Por outro lado, ao afirmar-se daquela forma, o desconhecimento de que enfermam os técnicos que procedem às avaliações atinentes à determinação do nível de conservação dos prédios urbanos, estará a pôr-se em causa o rigor que as respectivas Ordens terão posto na elaboração das listas de Arquitectos e de Engenheiros, que consideram “habilitados e disponíveis para a determinação do nível de conservação no município”. Pode até cair-se na tentação de, também aqui encontrar, certamente por mera coincidência, alguma presunção ou constatação de incapacidade, por parte dos técnicos designados por entidades estranhas ao município, para exercerem funções de avaliação no nosso concelho. Não cremos que assim seja. Entendemos que, o ainda curto curso de tempo e a consequente pouca experiência da aplicação da legislação em questão explicam, por si só, as opiniões vertidas nos relatórios em apreciação. Quanto ao mais, consideramos que o documento elaborado pela presidente da CAM reflecte, no essencial, a actividade e as avaliações desenvolvidas ao longo do ano de dois mil e sete”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar diz o seguinte: “Está encerrada a nossa Sessão, muito obrigado pela vossa participação. “A Sessão encerrou às vinte e uma horas. E do que se passou, lavrou-se a presente Acta, que vai ser assinada por mim, _____, Primeiro Secretário e pelo Senhor Presidente, nos termos do número três do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(António Joaquim de Almeida Henriques)